



CAMINHOS DE VISIBILIDADE



Proposta de integração de
 migrantes de deslocamento
forçado em Itajaí



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso
Acadêmica: Larissa Kock Adriano
Orientador: Prof. Me. Fábio Ferreira Lins Mosaner
Coorientador: Prof. Me. Eduardo Westphal
Florianópolis, 2020

PARTE 1

Dedico este trabalho às minhas companheiras voluntárias e aos meus amigos e alunos imigrantes, sempre tão doces e gentis e que tanto me ensinaram sobre superação, compaixão e esperança. Espero que seu conteúdo seja motivo de inspiração para a realização de ações em prol da dignidade de todo e qualquer ser humano, independente de sua nacionalidade, cor, cultura e crenças.

Lista de siglas

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí

CIC do Imigrante - Centro de Integração da Cidadania do Imigrante

Cnig - Conselho Nacional de Imigração

CONARE - Comitê Nacional para Refugiados

CRAI - SC - Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante de Santa Catarina

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

FEAPI - Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí

GAIRF - Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEMPsiC - Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

Sumário

Parte 1

Agradecimentos	5
Introdução	7

Escalas da Migração 10

Brasil no contexto migratório	15
Santa Catarina no contexto migratório	19
Itajaí no contexto migratório	22

Desafios do cotidiano 26

Documentação	27
Saúde	28
Educação	30
Moradia	31
Trabalho	32
Cultura	34

Encaminhamentos Projetuais 35

Estudos de caso	36
Rede de Serviços	40
Diretrizes	42
Análises de Itajaí	44
Terreno e Comunidade	48

PARTE 2

Programa	59
Partido Arquitetônico	61
Projeto Arquitetônico	63
Referências	87

Início meus agradecimentos com minha família. Agradeço à minha mãe por sempre ter me ensinado a dignidade que existe em todo ser humano, por ser inspiração, exemplo de força e determinação, além de todo conhecimento que tanto agregou neste trabalho.

Agradeço meu pai, meu companheiro de todas as etapas da vida, que sempre mergulha de cabeça nos meus objetivos e que ao me acompanhar neste TCC passou a ajudar imigrantes nas suas diferentes trajetórias.

Agradeço ao meu irmão pelo exemplo de calma e positividade que tranquiliza meus dias.

Agradeço ao meu namorado pelo ombro que sempre esteve disponível quando precisei e por agregar com suas opiniões às vezes tão diferentes das minhas.

Agradeço à todos os professores que participaram da minha caminhada, especialmente meu orientador, por me lembrar a cada assessoramento do potencial de transformação da arquitetura e por me inspirar com suas ideias, e meu coorientador pela compreensão, auxílio, por me mostrar novos caminhos e sempre respeitar minhas opiniões.

Agradeço aos funcionários públicos da Secretaria de Habitação que foram sempre solícitos e preocupados em ajudar, fornecendo dados do município. Às funcionárias do CRAS Nossa Senhora das Graças, que me ajudaram com informações, me mostraram as belas atividades realizadas no centro e me apresentaram à comunidade.

Aos funcionários e bolsistas do CRAI-SC por me explicarem sobre o espaço, por estarem sempre disponíveis e pelo importante trabalho realizado.

Aos voluntários da Pastoral do Migrante, que dão esperança à caminhada do migrante, que me acolheram e me fizeram enxergar a realidade com um novo olhar, um olhar muito mais positivo.

Por fim, agradeço todos os imigrantes que conheci, que são exemplos de coragem, força e alegria. Que mesmo em meio a tantas dificuldades nunca deixei de ver seus sorrisos.



Quando o inverno se aproxima, as borboletas monarca migram do norte dos Estados Unidos e sul do Canadá em direção ao centro do México, chegam em números tão grandes que cobrem as cúpulas das árvores. Para estas borboletas, as fronteiras criadas pelos homens não existem e sua chegada é motivo de festa.

Fonte: Escalopade, 2012.
Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/escalopade/8349457794/>>
Acesso em: 30 jun. 2019.

Introdução

Deixei Itajaí, minha cidade natal, para estudar na universidade que tanto aspirava. Um curso que me fez olhar a cidade com outros olhos. Foi através desse mesmo curso que tive a oportunidade de morar fora do país por um tempo.

Me afastar da minha origem fez com que reconhecesse todo o carinho e apego que nutria por ela. Os retornos tornaram-se constantes e toda vez que voltava, percebia que os rostos e o ambiente estavam mudando. Itajaí, como muitas cidades brasileiras, recebeu uma quantidade significativa de imigrantes, que diferente de mim, não tinham a mesma oportunidade de voltar para uma casa em paz.

Essas pessoas foram forçadas a enfrentar uma nova realidade, motivadas por catástrofes ambientais, conflitos, perseguições, vulnerabilidade econômica e social na esperança de novos rumos e de uma vida mais digna. E quando chegam no novo país, nem sempre são acolhidas de maneira justa e satisfatória.

Conforme ia me aprofundando no tema, maior se tornava meu senso de urgência na ajuda destas pessoas e foi a partir da experiência do TCC que conheci entidades e voluntários que destinam seu tempo para ajudá-los. Como vida com a situação optei por auxiliar nas aulas de português para imigrantes na cidade de Itajaí, elaboradas pela pastoral do migrante.

A vivência em sala de aula me trouxe muitos amigos e me proporcionou o contato com aspectos muito subjetivos da trajetória de um refugiado e solicitante de refúgio, que vão desde seus projetos migratórios até os entraves da vida em um novo país. São nestas páginas que explico a relevância do tema, suas histórias e tento apresentar caminhos de acolhimento e integração social, utilizando a arquitetura como ferramenta.

Este trabalho possui como objetivo geral a seguinte pergunta:

Como criar um espaço de referência no acolhimento e integração socioeconômica para migrantes de deslocamento forçado, que auxilie na promoção de políticas públicas e que ainda incentive a conscientização da comunidade quanto à condição dos novos migrantes?

A fim de responder ao questionamento, o presente caderno será dividido em duas partes que correspondem a etapa de Trabalho de Conclusão de Curso 1 e 2.

A **parte 1** é dividida em 3 capítulos, alcançando através de cada um objetivos específicos:

Escalas da Migração

Objetivos específicos:

- _ Compreender os perfis dos refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil, Santa Catarina e no município de Itajaí e
- _ Expor os dados e motivações do novo fluxo migratório em Itajaí - Santa Catarina.

1:1 Compreendendo os desafios do cotidiano

Objetivo específico:

- _ Entender os desafios enfrentados na inserção do imigrante à realidade brasileira, estadual e municipal.

Encaminhamentos Projetuais

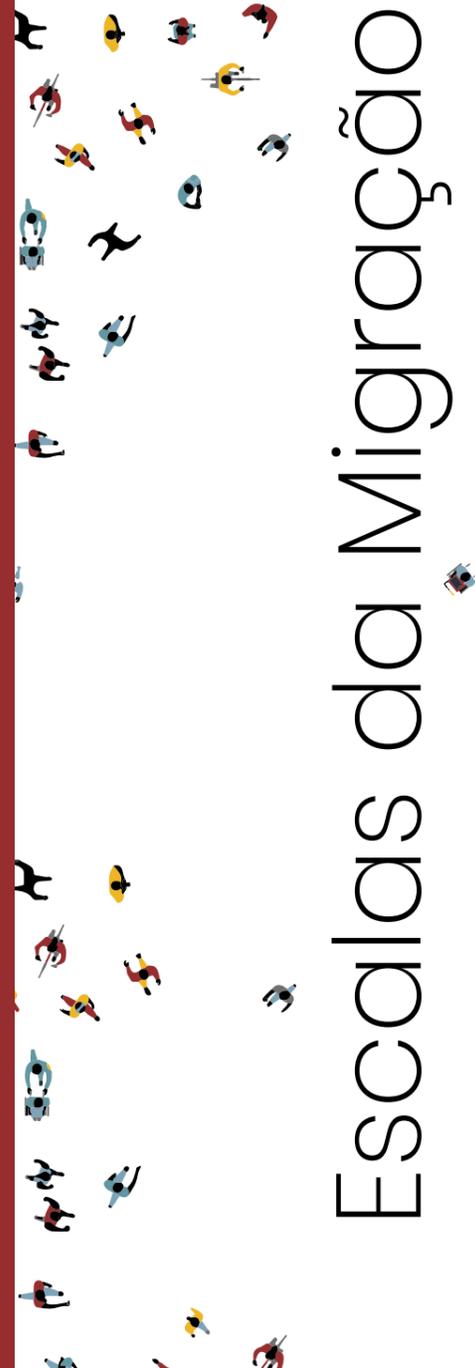
Objetivos específicos:

- _ Analisar os espaços de referência no atendimento a imigrantes;
- _ Eleger, de acordo com análises de território um terreno que se adeque às diretrizes e programa propostos e
- _ Pesquisar questões que auxiliem no projeto de um centro de referência no atendimento à imigrantes no município de Itajaí, que promova a integração e inserção comunitária dos mesmos.
- _ Propor diretrizes de projeto.

A **Parte 2** abordará o projeto arquitetônico e suas justificativas, recomenda-se que seja feita a leitura da primeira parte do caderno (TCC1) para compreensão da pesquisa e das decisões projetuais embasadas na mesma.



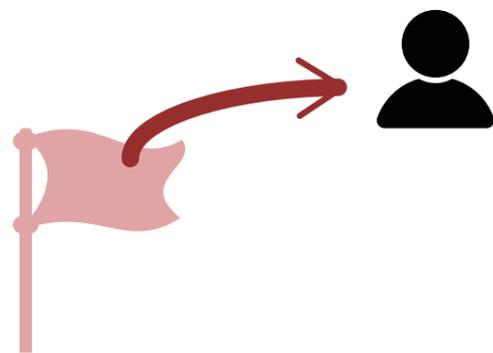
Refugiados Rohingya chegam ao lado bengalês do rio Naf depois de atravessar a fronteira de Myanmar, em Palang Khali, Bangladesh - 16/10/2017
Fonte: Jorge Silva/Reuters



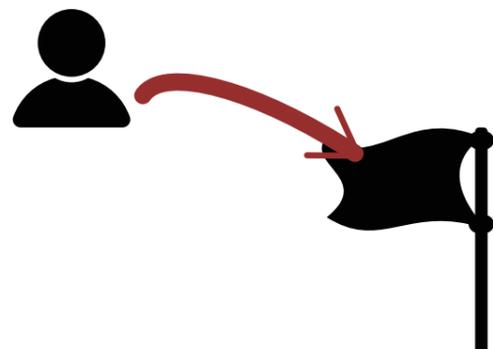
Escalas da Migração

Mas afinal, quem são eles?

O presente trabalho contempla migrantes de deslocamento forçado, divididas em categorias e exemplificadas de acordo com a Agência da ONU para Refugiados, ACNUR (2019b):



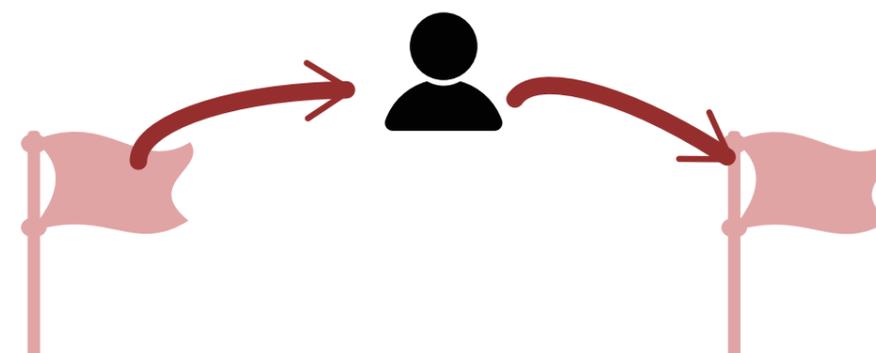
Refugiados: “Estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados”.



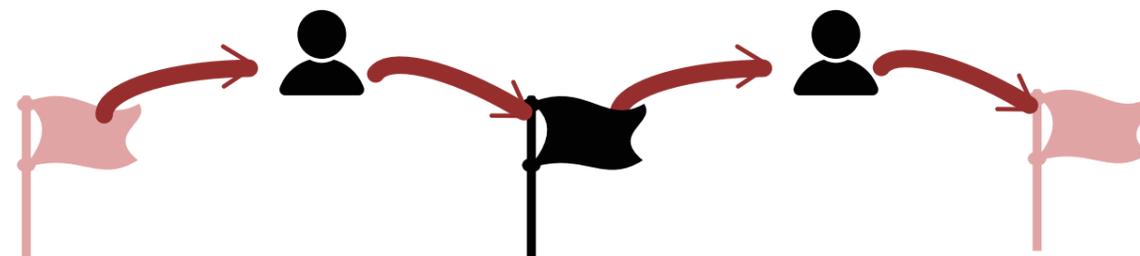
Solicitantes de refúgio: Pessoas que solicitam às autoridades do país que desejam ingressar o reconhecimento como refugiado e que ainda não obtiveram a confirmação do pedido.



Apátridas: Não possuem nacionalidade reconhecida em nenhum país. Os motivos da apatridia são variados e podem ocorrer por conflito de leis entre países, discriminação de grupos nas legislações e não reconhecimento de todos os residentes como cidadãos do país. Hoje, estima-se que a população de apátridas seja de 10 milhões de seres humanos.



Deslocados internos: São pessoas que se deslocam dentro de seu próprio país por motivações como as dos refugiados e que não atravessaram fronteiras internacionais na busca de proteção.



Retornados: Pessoas que um dia possuíram o status de refugiadas mas voltaram a seu país de origem.

O fenômeno migratório é global e vive hoje a maior crise humanitária desde a Segunda Guerra Mundial. São mais de 68 milhões de pessoas que vivenciam o deslocamento forçado (ACNUR, 2019b, p.5). São 68 milhões de pessoas que deixam para trás sua cultura, hábitos, relações sociais e projetos de vida em busca de melhores condições, que nem sempre são conquistadas.

Pode-se citar por exemplo o caso dos haitianos, considerados solicitantes de refúgio, em que 11,05 % da população reside fora do país. O Haiti sofreu em 2010 um terremoto que devastou parte do território, 200 mil pessoas morreram e 1,2 milhões ficaram desabrigados. O país conta com 10.255.644 habitantes, dentre eles 44,5% estão em condições de subnutrição e apenas 17% têm acesso a rede sanitária. As pessoas sofrem com doenças que poderiam facilmente ser evitadas - como por exemplo os surtos de cólera, aumentados depois do terremoto de 2010. Cerca de 34,7% dos habitantes não são alfabetizados e 61,7% vivem com menos de um dólar por dia (IBGE 2014 apud MAGALHÃES, 2014, p.233).



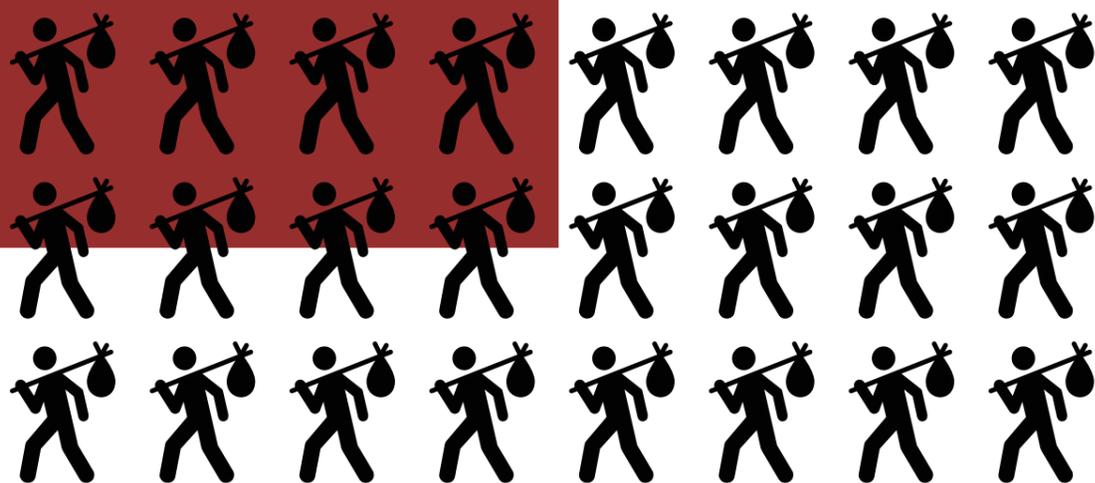
O atual modo de vida e sistema econômico explora pessoas e recursos naturais, desterra comunidades na busca de mais desenvolvimento econômico e gera impactos ambientais responsáveis por mudanças climáticas e consequente aumento de catástrofes, “No mundo, aproximadamente 203 milhões de pessoas foram forçadas a se deslocar em resposta a desastres naturais entre 2008 e 2015, e o risco desse tipo de deslocamento quadruplicou desde a década de 70” (IDMC, 2015 apud FOLLY, 2018, p.16) . O fenômeno migratório, tende então, a ser cada vez mais permanente.

Sassen (2016) aborda o tema do mercado global de terras, que expandiu a partir das crises do capitalismo, devido a sua materialidade e o acesso a um leque diversificado de mercadorias, como alimentos, minerais raros e água. Este mercado global de compras de grandes porções de terra é responsável por um alto número de expulsões de pequenos agricultores e cidades inteiras: “Há números cada vez mais altos de pessoas desalojadas, de migrantes rurais que se mudam para favelas nas cidades, de cidades e economias de subsistência destruídas e, a longo prazo, muita terra morta” (SASSEN, 2016, p.101)

Mais da metade dos refugiados e solicitantes de refúgio são reconhecidos como refugiados urbanos, vivendo em áreas urbanas e periferia. O Alto Comissariado das Nações Unidas compreende que estas pessoas só conseguem se sustentar e contribuir para a vida social, econômica e cultural das cidades se houver o suporte do governo e de entidades do país de acolhimento (ACNUR, 2015, p.2).

Haiti após o terremoto Sandy. Fonte: Marcello Casal Jr. Disponível em <<https://www.flickr.com/photos/15199971@N07/4313082709/sizes/k/>> Acesso em 12 de outubro de 2019.

a cada minuto **1**



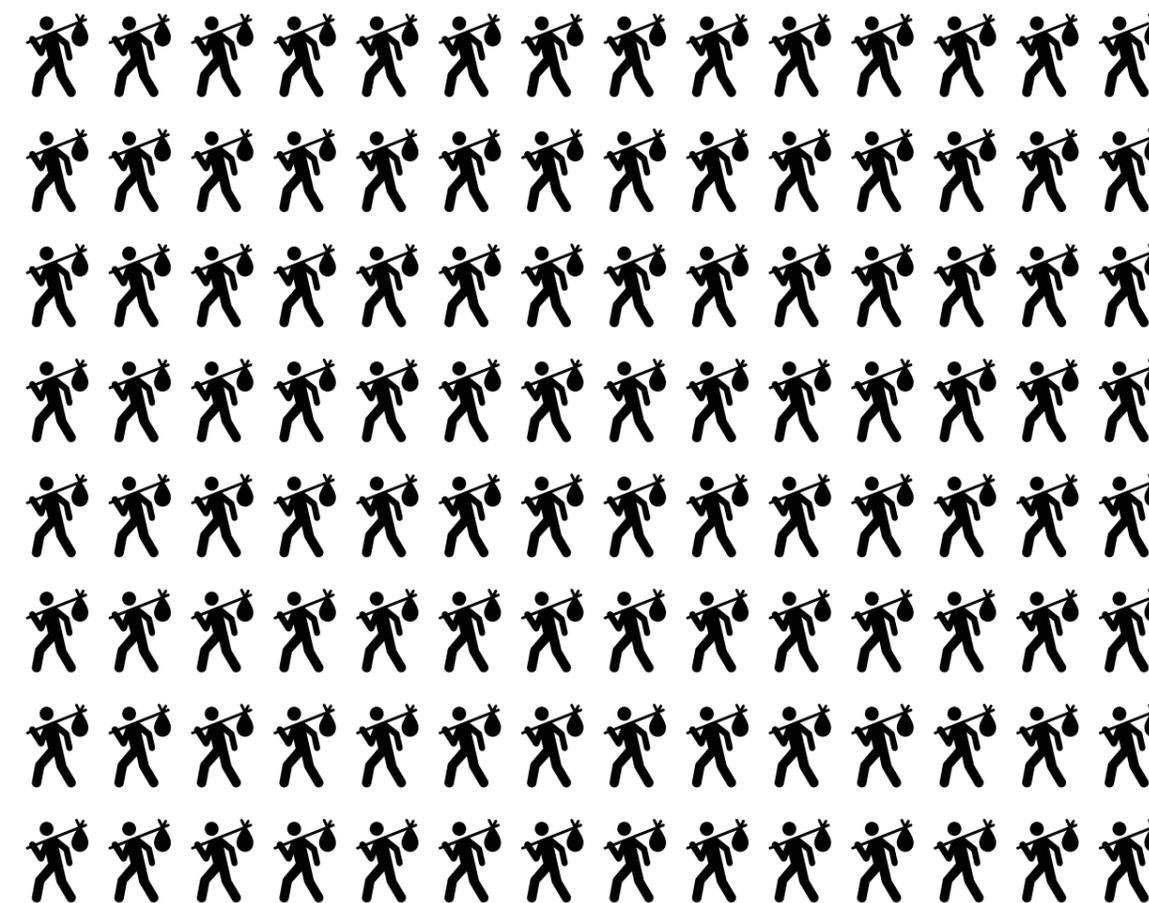
24 pessoas são deslocadas por conflitos, guerras, perseguições e violações de direitos humanos.

(ACNUR, 2017, p. 13)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A estimativa é de que, no mundo, 1 a cada 113 pessoas seja deslocada interna, solicitante de refúgio ou refugiada. (ACNUR, 2017, p. 13)

Fonte: Elaborado pelo autor.





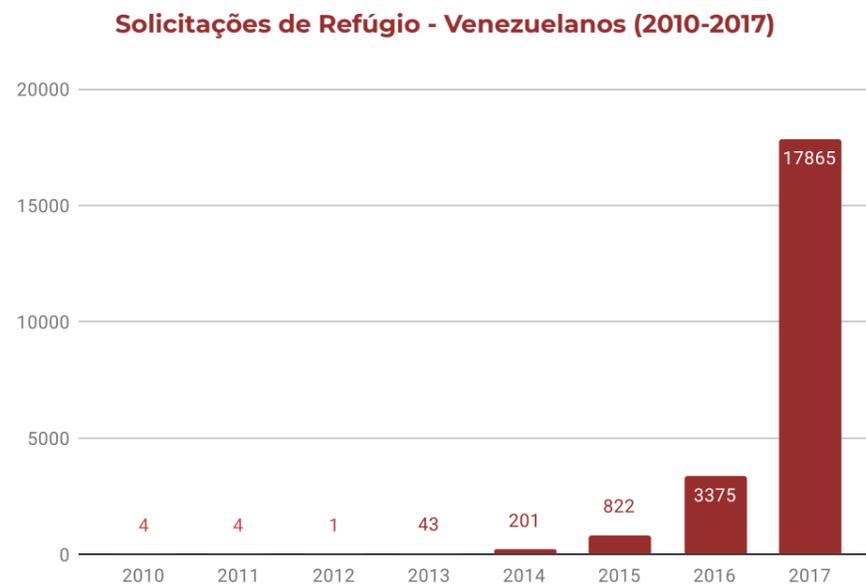
Aproximadamente 50% desse total são crianças. (ACNUR, 2017, p. 13)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Brasil no contexto migratório

Desde meados de 2010 o perfil e a quantidade de imigrantes no país vêm mudando. O Brasil está se tornando um dos principais destinos extracontinentais das Américas para os solicitantes de refúgio (ACNUR, 2015, p.4), sendo caracterizada uma predominância de migração mundial Sul-Sul, devido às fronteiras bloqueadas e novas políticas que restringem o movimento migratório no Norte (SILVA et al, 2018, p.283-284).

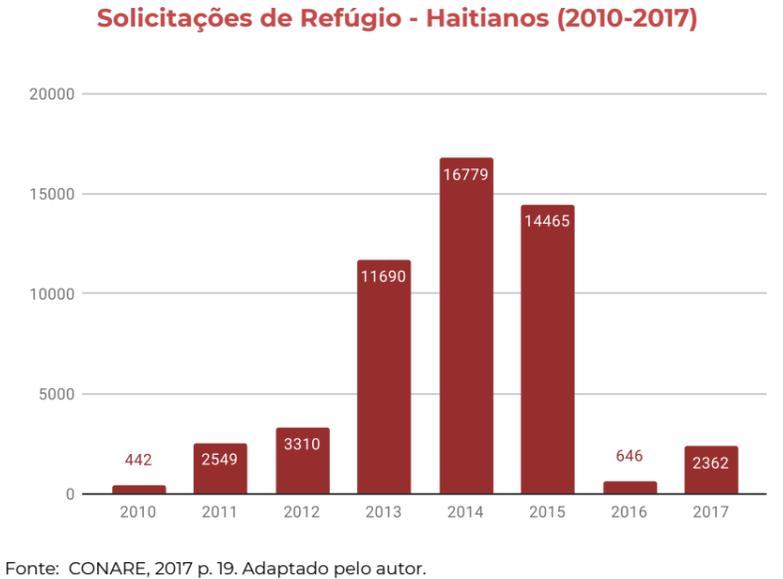
Dentre os diversos motivos dessa mudança de cenário pode-se destacar o terremoto de 2010 que devastou a capital do Haiti, e fez com que milhões de haitianos deixassem suas casas e milhares deixassem o país, a guerra na Síria e na República Democrática do Congo e o agravamento da crise político-econômica enfrentada pela população venezuelana (OBmiga, 2018, p. 7) que aumentou drasticamente o número de solicitações de refúgio em 2017, como demonstrado no gráfico a seguir:



Fonte: CONARE, 2017 p. 19 Elaborado pelo autor.

Além do aumento de demanda ocasionada pelo novo panorama, algumas políticas incentivaram a vinda de imigrantes. Em 2009 ocorreu a assinatura do acordo de Residência para os Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul - Mercosul, Bolívia e Chile (OBmiga, 2018, p.148), também foi concedida anistia a aproximadamente 45 mil estrangeiros - que tiveram a oportunidade de se regularizar no país - e no ano de 2012 adotou-se uma solução temporária para a situação haitiana - já que o governo brasileiro não enquadra estes imigrantes na definição de refugiados prevista na LEI N° 9.474, 1997 (ACNUR, 2015, p.5).

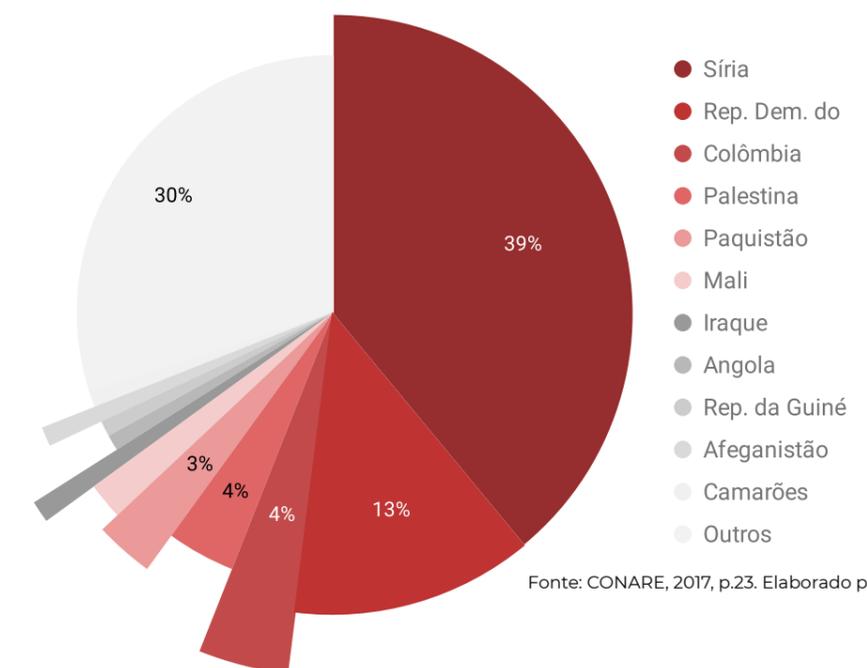
A política de concessão de 1200 vistos por ano a haitianos solicitantes de refúgio a partir da “residência humanitária” contribuiu na entrada dos imigrantes caribenhos nos anos seguintes (MARTINS-BORGES, 2013, p.152), como verificado no gráfico a seguir:



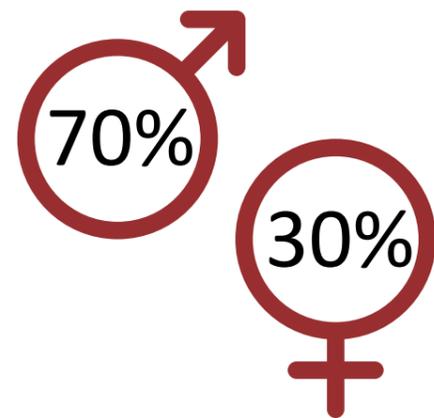
No ano de 2013 o Comitê Nacional para Refugiados possibilitou que as embaixadas brasileiras auxiliassem as vítimas do conflito Sírio através da emissão de vistos para fins humanitários, a partir daí o Brasil tornou-se o país da região que mais tem aceitado refugiados sírios, com 2077 imigrantes registrados e 6000 sírios contemplados com visto (ACNUR, 2015, p.4).

Segundo dados fornecidos pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE, 2017, p.7) em seu relatório “Refúgio em Números”, em 2017 o Brasil possuía um número acumulado de 10.145 refugiados reconhecidos, com as seguintes nacionalidades:

Nacionalidade dos refugiados reconhecidos em território nacional



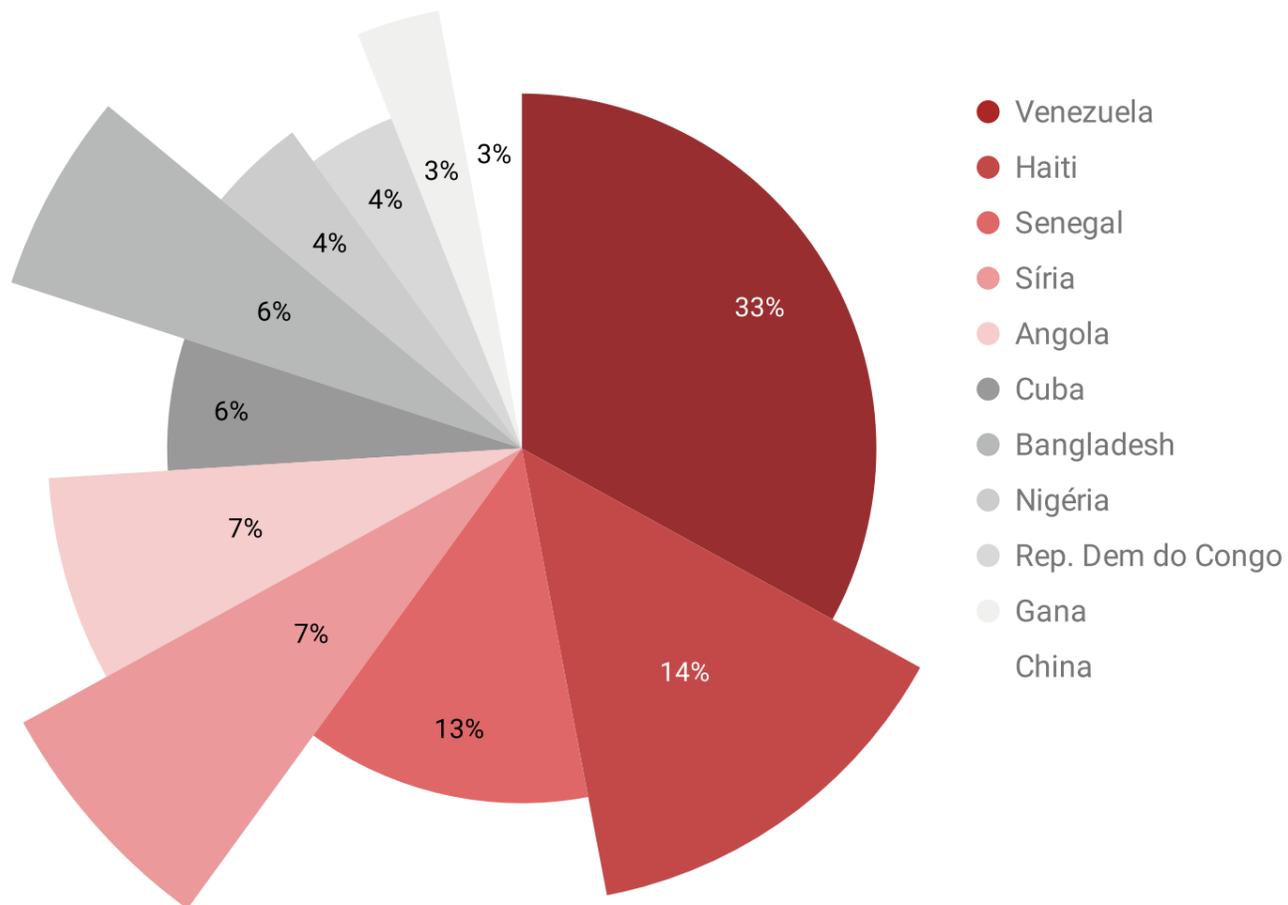
Gênero dos refugiados em território nacional, distribuídos em 70% do gênero masculino e 30% do gênero feminino:



Gênero dos refugiados em território nacional
Fonte: CONARE, 2017, p.23.
Adaptado pelo autor

Nos últimos 7 anos foram 126.102 processos de solicitação de refúgio. Dentre todos os processos, 84.162 estavam em trâmite, distribuindo-se de acordo com os seguintes países de origem:

Principais nacionalidades das solicitações em trâmite.



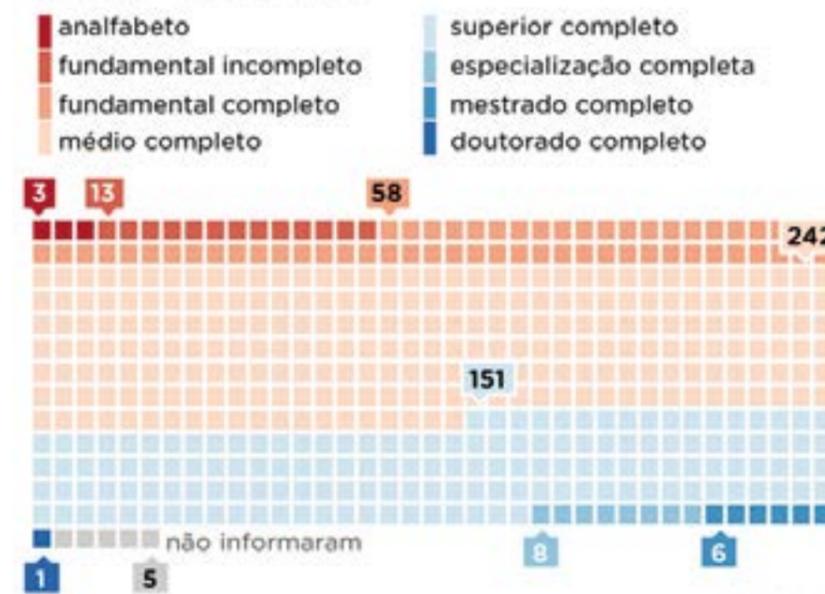
Fonte: CONARE, 2017 p. 17. Adaptado pelo autor.

Um estudo realizado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello, junto a pesquisadores de 8 universidades brasileiras traçou o perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil. Na pesquisa é relatado que dos 487 entrevistados, 461 refugiados mantêm contato com suas famílias, e 49,9% deles mantêm laços financeiros, através do envio (69,55% do total) ou recebimento de remessas (ACNUR, 2019a, p. 11).

“[...] as dificuldades cotidianas do refugiado no Brasil estão relacionadas às situações, talvez ainda mais difíceis, daqueles que não migraram. Dito de modo inverso, a sobrevivência dos que não migraram impacta negativamente a qualidade de vida dos refugiados migrantes instalados no Brasil.” (ACNUR, 2019a, p.11)

Outro dado que merece destaque é o elevado nível de escolaridade dos refugiados, com capital escolar e linguístico acima da média brasileira. No gráfico abaixo é possível analisar os altos números de ensino médio e superior completo. O estudo compara os 34,4% dos refugiados informantes que declararam ter concluído o ensino superior, comparado aos 15,7% de brasileiros com o mesmo nível de ensino (ACNUR, 2019a, p. 5)

Grau de escolaridade



Fonte: Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil apud Nexo Jornal (2019)

No Brasil, os imigrantes possuem seus direitos assegurados através da LEI N° 13445, que institui a Lei de Migração, seu artigo 3° garante acesso aos mesmos serviços que os brasileiros, descrito no seguinte parágrafo: “XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social”, apesar disso, muitos desconhecem seus direitos no território.

A imigração no país aumentou nos últimos anos mas não é um fenômeno recente, a cultura brasileira é fruto de uma mescla de muitas outras e não é por acaso que a nação é reconhecida por sua pluralidade. Apesar das diferentes fases imigratórias que conformaram o país, a porcentagem de imigrantes no Brasil não alcança hoje 1% da população (OBmigra, 2018, p. 7) e mesmo com a pequena porcentagem, sua entrada em território nacional é motivo de revolta para alguns, e o acolhimento é precário na maioria das cidades do país. A história dos antepassados advindos de outros países é exibida com orgulho ao mesmo tempo que é tratado com hostilidade o fenômeno Imigratório atual, não raro são noticiadas violência e atos de xenofobia com as pessoas que entraram recentemente no Brasil, advindas tanto da população no geral quanto dos representantes, ao mesmo tempo em que as imigrações do passado são motivo de orgulho.

Homens atacam com faca e pauladas imigrante venezuelano em Boa Vista

Fonte: G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/videos/v/homens-atacam-com-faca-e-pauladas-imigrante-venezuelano-em-boavista/7318569/>> Acesso em: 1 de jun. de 2019.

Bolsonaro diz que maioria de imigrantes não tem boas intenções e que apoia muro de Trump

Presidente manifesta apoio ao mandatário americano durante entrevista à Fox News

Fonte: Folha. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/bolsonaro-diz-que-maioria-de-imigrantes-nao-tem-boas-intencoes-e-que-apoia-muro-de-trump.shtml>> Acesso em: 1 de jun. de 2019.

BRASIL

Senado Federal homenageia imigrantes italianos

Ansa

14/03/19 - 17h17

Fonte: Istoé. Disponível em: <<https://istoe.com.br/senado-federal-homenageia-imigrantes-italianos/>> Acesso em: 1 de jun. de 2019.

SEXTA, 01/03/2019, 13:24

CBN Sabores - Rusty Marcellini

Tradições de imigrantes são grandes influências na culinária de Santa Catarina

Fonte: CBN. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/249543/tradicoes-de-imigrantes-sao-grandes-influencias-na.htm> Acesso em: 01 de jun de 2019.

'Bottarga', carne de marreco, ostras e polvo são algumas das iguarias típicas do estado. 'Santa Catarina tem tanto litoral quanto serra, isso permite uma diversidade muito grande na gastronomia', explica Rusty Marcellini. Qualidade dos restaurantes e fabricação de boas bebidas também são pontos fortes do estado.

Além dos imigrantes de origem estrangeira, o Brasil também possui dentro do próprio território deslocados forçados. São 8,8 milhões de migrantes entre 2000 e 2007, em função de desastres naturais, violência rural e empreendimentos de desenvolvimento. O maior motivador, que corresponde a 6,4 milhões de pessoas e 72% do total, são os desastres naturais, 1,2 milhões devido a projetos de desenvolvimento do país, e 1,1 milhões deslocados pela violência em espaços rurais (FOLLY, 2018, p.9).

Dentre os projetos de desenvolvimento destaca-se a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Minas Gerais, com 30000 pessoas deslocadas, o rompimento da barragem em Mariana, Minas Gerais, com 7 pessoas mortas e 1361 deslocadas (Observatório de Migrações Forçadas, 2019) e o desastre mais recente, na cidade de Brumadinho, que além do número elevado de mortes deslocou forçadamente 24 mil pessoas. Apesar dos números elevados, os deslocados internos não são reconhecidos oficialmente no Brasil:

“A despeito do elevado impacto sobre a vida e bem-estar dos brasileiros, pouco se sabe sobre o escopo e a escala das pessoas forçadas a se deslocarem involuntariamente no país. O Brasil não possui nenhum tipo de repositório voltado à centralização e sistematização de dados sobre deslocamento forçado. Isso contribui para que as respostas governamentais ao fenômeno - tanto no que diz respeito à formulação de normativas, quanto à implementação de políticas públicas - sejam insuficientes, fracas e compartimentadas entre os diferentes órgãos públicos.” (FOLLY, 2018, p.2)

A seguir, será apresentado um panorama das migrações em Santa Catarina, estado do município de estudo.

Fonte: Fábio Cavalcanti Ferreira.



Santa Catarina no contexto migratório

Dentre os deslocados internos, Santa Catarina ocupa o terceiro lugar na posição de estados mais afetados em número absoluto de pessoas deslocadas entre 2000 e 2017, com um total de 848.217, destes, 805.726 saíram de suas casas motivados por desastres naturais (FOLLY, 2018, p. 10-18).

Apesar disto, os níveis de desenvolvimento superiores aos índices nacionais e a maior possibilidade de entrada no mercado de trabalho fazem da região Sul a que atrai a maior quantidade de refugiados e imigrantes no País (SILVA et al, 2018, p.282). Isso se reflete no estado de Santa Catarina que tem uma população que cresce com índices maiores que a média nacional, apesar de a taxa de fecundidade no estado estar diminuindo. O aumento acontece devido a entrada massiva de migrantes, dentre eles os de origem estrangeira (ASSIS et al, 2018, p.128). Somente em 2018 foram mais de 30 mil estrangeiros (SPAUTZ, 2019) sendo o sexto colocado entre os estados que mais possuem refugiados no Brasil, com predominância das nacionalidades africanas (SILVA et al, 2018, p.282, CONARE, 2017, p. 23), Santa Catarina também ocupa a segunda posição de imigrantes inseridos no mercado formal, com 14,3 mil registros (ALVES, 2019).

O estado conhece hoje um novo movimento migratório, mas não é de agora a entrada de outras nacionalidades no território. Desde o início da colonização Santa Catarina é terra de acolhimento de diferentes culturas, dentre elas africanos, vítimas do tráfico negreiro, fazem parte da população do estado desde o século XVII (PIAZZA, 1992 apud SILVA et al, 2018, p.283). Após a abolição da escravidão e baseados nas teorias do século XIX do racismo científico - que visava o embranquecimento racial - foi incentivada a vinda de europeus para exercer as atividades antes ocupadas por escravizados. A partir daí um número significativo de portugueses, italianos, alemães, poloneses, dentre outros grupos, passaram a fazer parte da composição populacional do estado, sendo que estes imigrantes europeus têm seu papel reconhecido e valorizado na influência da formação urbana, na composição da população, nas indústrias e agricultura, não sendo difícil de encontrar literaturas que atribuem exclusivamente aos imigrantes europeus os altos índices de qualidade de vida e desenvolvimento econômico, invisibilizando a imigração negra que também participou da formação de Santa Catarina (SILVA et al, 2018, p.283, Secretaria de Estado do Planejamento - SC, 2018, p. 127).

“Assim, apesar de SC ser pátria de migrações de significativa constituição identitária plural, há um processo antigo e persistente de marginalização e desqualificação das etnias não europeias, não brancas.” (SILVA et al, 2018, p.283)



Ich Liebe Blumenau, que significa “Eu amo Blumenau”, em Alemão, em frente à prefeitura da Cidade. Tanto a edificação quanto a inscrição demonstram a presença e orgulho da cultura Alemã na cidade de Blumenau, Santa Catarina. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_alem%C3%A3_em_Santa_Catarina Acesso em: 30 jun 2019.

A partir de 1970 é iniciado um fluxo de entrada de latino-americanos no estado, motivados tanto pelo exílio político quanto pelo turismo. Dados da pastoral do imigrante relatam que até 2014 os argentinos constituíam a maior quantidade de pessoas a buscar serviços de regularização migratória, ultrapassados pelos haitianos em 2015. No mercado de trabalho, os argentinos foram excedidos pelos haitianos já em 2013 (ASSIS et al, 2018, p.132).

Hoje o estado conta com o desafio da nova imigração, sendo chamados de novos imigrantes os que chegaram desde meados da primeira década do século XXI, formada majoritariamente por uma população negra de haitianos, ganeses e senegaleses além de sírios e venezuelanos (GRUPO DE APOIO AO IMIGRANTE E REFUGIADO DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO, 2015, p.7). Segundo o coordenador da Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Florianópolis, somente em 2017 foram realizados atendimentos à 7870 imigrantes, nos anos anteriores a quantidade era de aproximadamente 10.000 para todo Estado de Santa Catarina (SANTOS, 2018).

Estes novos imigrantes não possuem aparato estatal para garantir uma permanência digna, com políticas públicas de inserção social e laboral. A língua é uma grande barreira, que dificulta a inserção no mercado de trabalho e a equipamentos básicos e, somado aos variados problemas que enfrentam os refugiados e solicitantes de refúgio, o racismo torna a situação ainda mais dificultosa.

Todo trabalho realizado para esta população, até a criação do Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante em 2018, se dava através de organizações da própria população, universidades e grupos religiosos como: a Pastoral do Migrante, da Igreja católica e igrejas evangélicas (ASSIS et al, 2018, p.132). Em pesquisa realizada pela Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI (2017, p.8) os imigrantes de origem haitiana reclamaram da dificuldade dos municípios de entender a condição de refugiado além da inércia das autoridades federais, estaduais e municipais.

“O imigrante precisa ser visto como oportunidade de diálogo, troca e aprendizado intercultural, não como problema a ser resolvido.” (GRUPO DE APOIO AO IMIGRANTE E REFUGIADO DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO, 2015, p. 8)

Apesar da dificuldade em se obter políticas públicas no atendimento ao imigrante, existem ações positivas do estado quanto ao seu atendimento, como a criação do Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante de Santa Catarina, o CRAI-SC, aberto em fevereiro de 2018 no Centro de Florianópolis e fechado em setembro de 2019, foi o único do estado e o segundo do Brasil. A primeira cidade a ter um centro é São Paulo, que conta com o espaço desde 2014. O CRAI-SC funcionou a partir de um convênio entre a Secretaria de Estado da Assistência Social Trabalho e Habitação de Santa Catarina e a Ação Social Arquidiocesana (ASA) de Florianópolis (SANTOS, 2018).

Segundo dados de Luciano Leite da Silva Filho (SANTA CATARINA, 2018), coordenador do centro na audiência pública, que debateu políticas públicas para imigração em Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2018), o centro atendeu cerca de 50 imigrantes por dia desde sua instalação, totalizando 47 nacionalidades, sendo a comunidade haitiana a de maior público, seguido da comunidade venezuelana. Durante seu período de funcionamento (um ano e sete meses) os quatro funcionários do CRAI - SC atenderam um total de 5,4 mil imigrantes (ALVES, 2019).

Apesar da grande demanda suas atividades foram encerradas. Esta curta permanência se deu por dependência de políticas de governo de estado, que na gestão atual não demonstram interesse em lidar com questões relativas à migração. Seu papel era fundamental na regularização de documentos, no suporte do imigrante nas esferas socioeconômicas e no encaminhamento aos serviços públicos. Hoje estes serviços serão fragmentados e executados em sua maioria nos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, que já exercem este papel nas cidades que não possuem CRAI. A fragmentação dos serviços é especialmente problemática para um imigrante, já que por não estar inserido no sistema brasileiro não tem conhecimento dos serviços e direitos, sendo obrigado a buscar em diferentes lugares respostas que antes estavam centralizadas, contando ainda com a dificuldade da língua para uma comunicação efetiva.

Em virtude do orçamento, do atraso dos repasses e da equipe de tamanho limitado, o CRAI-SC acabou por atender uma demanda mais centralizada na Grande Florianópolis. Os demais municípios do estado algumas vezes organizavam vans para conseguir atendimento do centro. Na audiência pública supracitada (SANTA CATARINA, 2018) Nahum Saint Julien - presidente da coordenação dos Imigrantes Haitianos em Chapecó, estagiário da prefeitura, onde acompanha os imigrantes e estudante da Universidade da Fronteira Sul - relata a necessidade de descentralização do CRAI, já que a região oeste do estado possui mais de 8.000 imigrantes.

A seguir, será apresentado um panorama das migrações em Itajaí, município de estudo.



Imagens do CRAI/SC em seu período de funcionamento. Fonte: Anderson Coelho/ND. Disponível em: < <https://ndmais.com.br/noticias/apos-atender-54-mil-imigrantes-centro-de-referencia-fechara-as-portas-em-santa-catarina/> > Acesso em: 12 de outubro de 2019.

150 Imigrantes Venezuelanos que chegaram no Oeste de Santa Catarina em maio de 2019. Fonte: Lê Notícias. Disponível em: < <http://www.lenoticias.com.br/noticia/6077/imigrantes-venezuelanos-chegam-ao-oeste-de-santa-catarina> > Acesso em: 30 jun. 2019.



Itajaí no contexto migratório

Itajaí, cidade de estudo, situa-se no litoral catarinense, 90 km ao norte da capital do estado e faz limite com as cidades de Balneário Camboriú, Camboriú, Brusque, Gaspar, Ilhota e Navegantes. É reconhecida por sua forte ligação com o mar, sendo considerada a capital brasileira da pesca, responsável por 20% da produção brasileira de pescados. A cidade também é sede do segundo maior porto brasileiro em movimentação de cargas em contêineres, se destaca a nível nacional como maior exportadora de carnes congeladas do Brasil, e é sede da segunda maior empresa do mundo em alimentos (D'ÁVILA, 2019).



Fonte: Elaborado pelo autor.

O município sedia a Marejada, festa que valoriza a cultura portuguesa e as atividades de pescada. Possui também a Festa Nacional do Colono, que valoriza o homem do campo e visa destacar sua importância para a cidade, além do Festival de Música, sendo este o maior evento do tipo no estado e um dos maiores do país (D'ÁVILA, 2019).

Itajaí, desde sua colonização e com as intensas atividades de comércio exterior relacionadas ao porto, é espaço de acolhimento e passagem de diferentes nacionalidades. Hoje a cidade enfrenta os desafios da nova imigração, que não passa despercebida no município: as ciclovias passaram a ficar muito mais movimentadas, alguns comércios começaram a abrir com placas de outros idiomas e basta uma breve caminhada para escutar uma nova língua.



Fonte: Disponível em: < <https://perfilnautico.com.br/confirmada-4a-edicao-feira-nautica-marina-itajai/>>. Acesso em: 13 out. 2019.

O censo de 2010, realizado pelo IBGE, é o levantamento mais recente de pessoas residentes na cidade nascidas em país estrangeiro e já tem Itajaí na quinta posição do estado, atrás de Florianópolis, Balneário Camboriú, Joinville e Blumenau. Desde então o fluxo migratório teve um aumento significativo, com a entrada principalmente de imigrantes de origem haitiana, senegalesa e venezuelana. Hoje Itajaí ocupa o terceiro lugar no estado entre as principais cidades a receberem imigrantes, atrás apenas de Florianópolis e Joinville (SPAUTZ, 2019).

A chegada de imigrantes no município difere muito de acordo com a nacionalidade. No caso do Haiti, Magalhães (2014, p. 246) relata que após aplicação de questionários ficou clara a atuação de três empresas do Vale do Itajaí ainda na fronteira do Acre a fim de recrutar imigrantes para trabalhar na cidade, empregando o uso intensivo da força física dos solicitantes de refúgio em atividades menos qualificadas. Foi a partir desse recrutamento que se deu início à chegada de haitianos no estado de Santa Catarina (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.23). A partir dos primeiros grupos, os próximos imigrantes a se deslocarem para Itajaí foram motivados pela comunicação em redes sociais dos próprios Haitianos, que garantiriam hospedagem e ajuda inicial dos recém-chegados (MAGALHÃES, 2014, p.23). Cerca de 64,7% deles afirmam que o fato de já possuírem amigos na cidade foi determinante para a chegada na região (UNIVALI, 2017, P.8). Depois que já estavam estabelecidos no Vale do Itajaí, empresas de outras regiões catarinenses passaram a recrutá-los (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.23).

**Mas quem
são essas
empresas?**

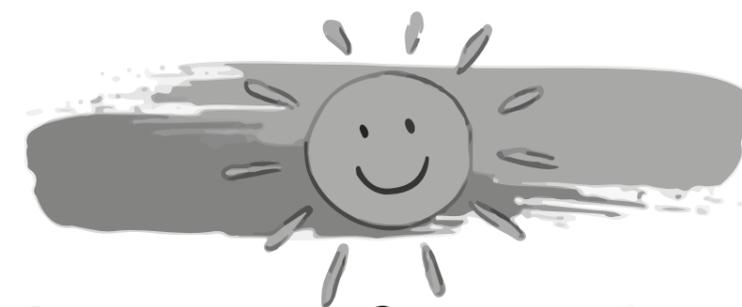
MULTILOG

Multilog: Empresa de comércio exterior e logística com sede em Itajaí. Dentre suas atividades principais está o armazenamento de mercadorias e transporte para exportação.

-I-

INBRASUL

Imbrasul Construtora e Incorporadora: empresa com sede em Navegantes, município vizinho de Itajaí. Responsável pela construção de edifícios de alto padrão na região (MAGALHÃES, 2014, p. 246).



Ambiental

Cuidando da nossa cidade

Ambiental: Empresa de limpeza urbana que atua em nove cidades de Santa Catarina: Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Itapema, Indaial, Jaraguá do Sul, Joinville, São Francisco do Sul e São José. Dentre os serviços estão inclusos o tratamento de resíduos sólidos e operações de saneamento básico.

A chegada de venezuelanos no município se deu pela entrada em Balneário Camboriú, cidade vizinha de Itajaí, através da política de interiorização promovida pelo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2019). A política visa distribuir os imigrantes em território nacional a fim de promover a inclusão socioeconômica dos mesmos.

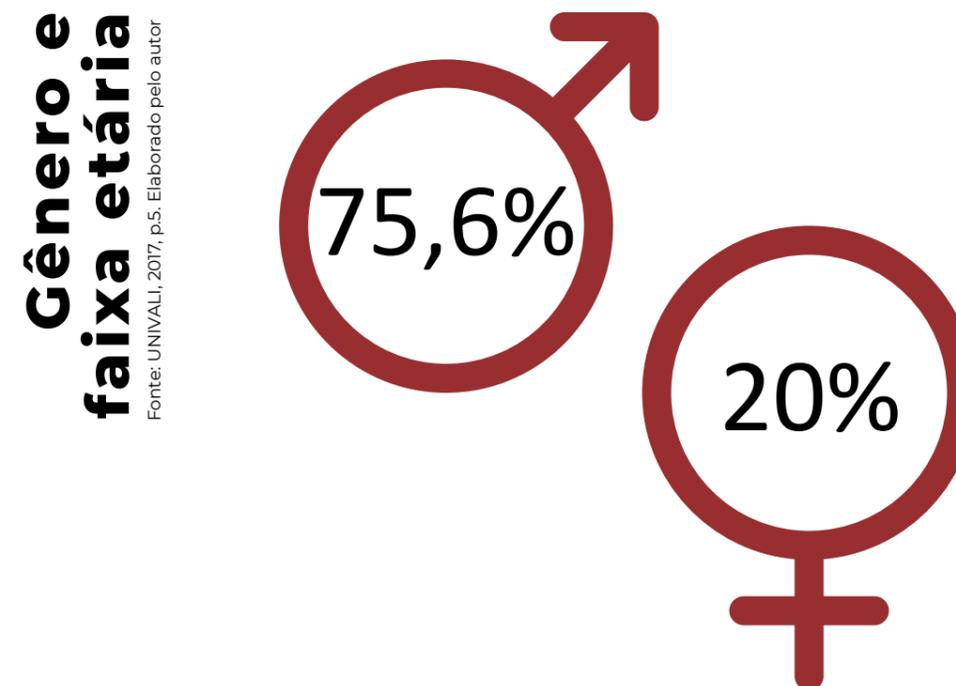
No final de 2018, Balneário Camboriú recebeu 230 venezuelanos, dentre eles aproximadamente 100 crianças, com apoio da igreja Embaixada do Reino de Deus e foram encaminhados para casas alugadas por três meses. O projeto da Igreja de nome “Somos Todos Hermanos” visa dar ajuda humanitária a um total de 500 imigrantes da Venezuela (DIÁRIO DO LITORAL, 2018).

Já os Senegaleses foram impulsionados, a partir de 2014 pela crise que ainda não havia chegado ao Brasil e pelos megaeventos das Olimpíadas de 2016 e Copa do Mundo de 2014. Estima-se uma população de 200 pessoas, fixadas principalmente na capital do estado, devido à maior mobilidade proporcionada para que possam assim, se deslocar continuamente à outros municípios.

Suas atividades principais se concentram em feiras e comércio em cidades diversas. A maioria já passou por trabalho formal, mas as condições de exploração, preconceito e baixos salários fez com que optassem pela venda de mercadorias como roupas e eletrônicos (ASSIS et al, 2018, p.135). A imigração para os senegaleses é uma forma de os jovens evitarem fazer parte das altas taxas de desemprego e garantirem um incremento na renda familiar com o envio de remessas, e mesmo uma inserção profissional que não seria possível em seu país de origem (SANTOS NETO, 2017 apud SILVA et al, 2018, p. 284).

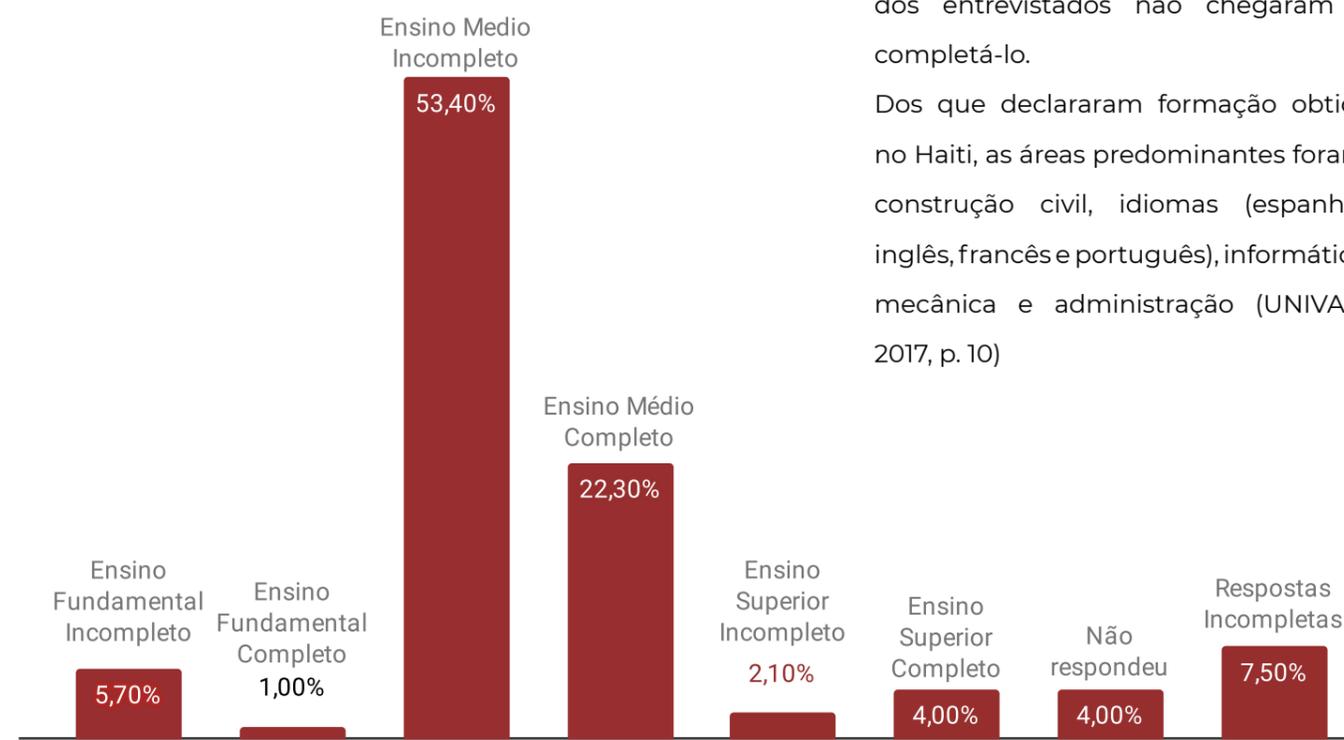
Embora o levantamento da quantidade, perfil e necessidades dos migrantes seja deficiente por parte do poder público, em 2017 ocorreu a publicação de uma cartilha intitulada “Realidade Socioeconômica dos Haitianos na AMFRI”, um estudo interdisciplinar dos Cursos de Relações Internacionais e Direito da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), que visa compreender a realidade socioeconômica dos imigrantes haitianos na região da AMFRI - a nacionalidade mais expressiva do território -, através da aplicação de questionários à 600 haitianos da região. A pesquisa possui o objetivo de servir de embasamento para a elaboração de políticas públicas na região da AMFRI (UNIVALI, 2017, p.3) que compreende os municípios: Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo. A seguir, são apresentados alguns dados disponibilizados na publicação:

Similar aos dados nacionais, a maior parte dos imigrantes haitianos são do gênero masculino, com idade entre 20 a 30 anos.



Escolaridade

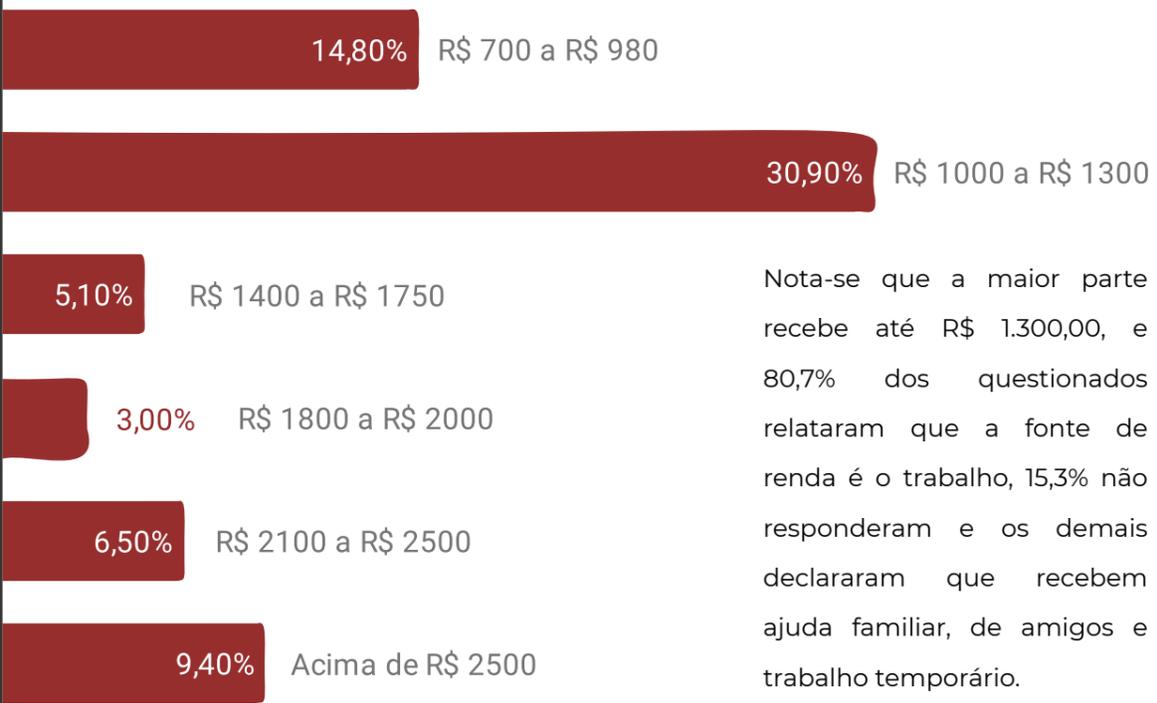
Fonte: UNIVALI, 2017, p.6. Adaptado pelo autor



Através do gráfico é possível analisar que a predominância se dá na formação até o ensino médio, sendo que 53,4% dos entrevistados não chegaram a completá-lo.

Dos que declararam formação obtida no Haiti, as áreas predominantes foram: construção civil, idiomas (espanhol, inglês, francês e português), informática, mecânica e administração (UNIVALI, 2017, p. 10)

Renda



Nota-se que a maior parte recebe até R\$ 1.300,00, e 80,7% dos questionados relataram que a fonte de renda é o trabalho, 15,3% não responderam e os demais declararam que recebem ajuda familiar, de amigos e trabalho temporário.

Hobbies e Práticas esportivas

32,7% dos entrevistados declararam que não praticam esportes ou realizam atividade física e 29,7% não responderam. Dos 32,7% que responderam afirmativamente, ressalta-se o futebol, muito apreciado por eles, corrida e passeios de bicicleta, sendo este seu principal meio de locomoção - 78,6% registram a presença de bicicleta nas habitações (UNIVALI, 2017, p. 10).

Quando questionados sobre hobbies e atividades de lazer destaca-se o apreço do futebol (20,3%) - que também pode ser televisionado, música (8,7%), televisão (8,5%) e participação em atividades oferecidas pelas igrejas (UNIVALI, 2017, p. 12).

1:1

Desafios do
cotidiano



A segunda parte do trabalho abordará os desafios enfrentados pelos imigrantes no seu dia a dia, embasada na classificação elaborada pela mesa redonda do projeto “Construindo Comunidades de Prática para Refugiados Urbanos” do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), realizada no dia 3 de junho de 2015. A mesa visou a discussão da integração de refugiados na cidade de São Paulo e elencou as principais dificuldades enfrentadas pelos refugiados sendo elas: documentação, saúde, educação, moradia, trabalho e cultura (ACNUR, 2015) explicadas em detalhes nas próximas páginas.

Documentação

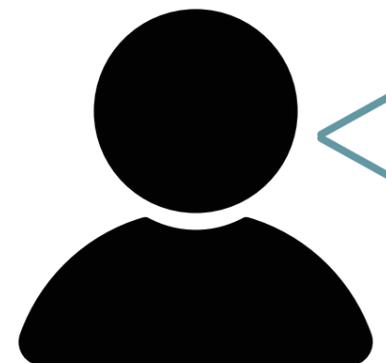
Apesar de possuir a entrada facilitada pelo governo federal, a regulamentação do imigrante em território nacional possui entraves e é considerada uma grande dificuldade do processo migratório. Obter o visto permanente é um processo demorado, e enquanto ele não é conquistado o imigrante conta com um protocolo provisório emitido pela Polícia Federal, que não cumpre seu papel de garantir direitos básicos e integração na sociedade. Isso se dá porque funcionários públicos, empregadores e instituições de ensino não são instruídos quanto à validação do documento. A partir de 2018, através do Decreto 9.277/18, o protocolo provisório passou a ter uma aparência mais oficial, com dados biográficos e biométricos, além de QR code que atesta a validade do documento.



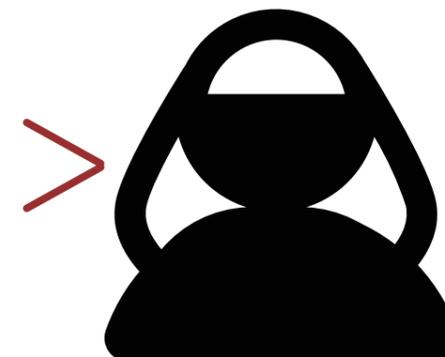
Protocolo Provisório recebido ao solicitar refúgio no Brasil. Fonte: Fellipe Abreu/Pacto Global. Disponível em: <<https://migramundo.com/solicitantes-de-refugio-terao-novo-documento-provisorio-no-brasil/>> Acesso em: 30 jun. 2019.

O não reconhecimento do protocolo impede atividades como a obtenção da carta de habilitação, o que limita a locomoção diária. O protocolo também não é suficiente para a matrícula em universidades e impede que os refugiados continuem seus estudos (ACNUR, 2015, p.10; Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.32; PEROTTO, 2016, p.9), como exemplificado pelos casos do refugiado Sírio Majd “Miguel” Soufan e Miracle Panzu, da República Democrática do Congo, no evento “Construindo Comunidades de Prática para Refugiados Urbanos” :

“Majd expressou sua gratidão para com o Brasil, por ser um dos poucos países a conceder vistos a refugiados sírios para que estes possam viajar em segurança com um visto válido. Majd também expôs a frustração que ele sentiu quando tentou encontrar uma casa para alugar utilizando o documento de identidade emitido pelo governo, o Protocolo Provisório. Ele também estava frustrado pela incapacidade de validar seus créditos acadêmicos da Síria e matricular-se em uma universidade brasileira, continuando seus estudos.” (ACNUR, 2015, p.7)



“Miracle também falou sobre suas dificuldades quanto ao reconhecimento do Protocolo Provisório que lhe foi emitido. A precariedade do documento foi um empecilho em seu primeiro emprego, assim como para a matrícula de sua filha menor na escola pública local, ainda que nenhum tipo de documentação seja requisito para a matrícula na rede. Ambos os casos ilustram as dificuldades que os refugiados enfrentam logo que chegam ao Brasil, apesar de sua gratidão para com o país.” (ACNUR, 2015, p.8)



Alguns refugiados planejaram estudar em terras brasileiras, mas a burocracia no acesso aos equipamentos educacionais torna o processo complicado e demorado. Dentre eles, alguns receberam ajuda na viagem e até mesmo para se manter aqui a fim de que melhorassem seus estudos. A dificuldade de entrada torna a situação vergonhosa para alguns, que omitem de suas famílias sua situação atual (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.33).

Em relação às documentações também são encontradas dificuldades para a tradução oficial de documentos pessoais - o que impede o acesso a uma série de serviços, a cobrança de taxas para a emissão dos documentos e a falta de orientação quanto a reunião familiar e casamento (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.32, PEROTTO, 2016, p.9).

Existem diferenças de relação entre o migrante voluntário e o involuntário, sendo que este último, pela situação forçada, não planejada e súbita da migração, carrega consigo muito pouco dos fatores identitários que o constituía. Os traumas deste tipo de migração variam desde o período pré-migratório até a migração em si, já que o refugiado normalmente viveu violências variadas e testemunhou catástrofes que o forçaram a se deslocar (MARTINS-BORGES, 2013, p.152).

Toda a ambiência que o constituiu já não é mais presente em sua vida, existe uma ausência da cultura fundadora e segundo Martins-Borges (2013, p.153) "A comunicação entre o mundo externo e o mundo interno se encontra – pelo menos temporariamente – abalada". O refugiado já não possui a mesma projeção de vida que havia antes, existe um sentimento de fracasso ao renunciar sua continuidade de planos e hábitos acompanhado da saudade da terra natal e de tempos que não retornam mais (MARTINS-BORGES, 2013, p.154).



M. da República da Guiné, hoje morando em Torino na Itália. Disponível em: < <https://www.msf.org/refugees-around-world-stories-survival-world-refugee-day>>. Acesso em 14 out. 2019.

Além do processo de chegada, muitas vezes dramático e fatal, a vulnerabilidade continua no período pós migratório dependendo das experiências de acolhimento do indivíduo, o que inclui a regularização burocrática, o início de uma nova vida profissional e muitas vezes familiar, a dificuldade de comunicação, a diferença cultural, a perda da continuidade de si, podendo ter como sintomas: tristeza profunda, isolamento social, ansiedade, depressão, aumento do consumo e abuso de álcool e drogas.

Fatores como a mudança de alimentação e exercícios ao constituir a vida em outro ambiente também podem causar problemas de saúde como obesidade, diabetes e subnutrição. A migração implica em mudanças que causam estresse e exigem uma adequação ao novo cenário (MARTINS-BORGES, 2013, p.154 e 159 e PADILLA, 2013, p. 55). O acompanhamento psicológico, quando existente, fica comprometido com a diferença de idioma, até porque segundo Martins-Borges (2013, p.155) “a língua materna é portadora de representações e organizações simbólicas formadoras da identidade”.

Em 2012 foi formalizada a Clínica Intercultural, um projeto de extensão do Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas - NEMPsiC na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que oferta um espaço de escuta e encontro focado na experiência do imigrante (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.39).

Única refeição do dia de requerentes de asilo do Zimbábue. Fonte: Zalmi Ahad. Disponível em: < <https://www.swissinfo.ch/por/refugiados-urbanos/8014068>>. Acesso em: 14 out. 2019.



Segundo Padilla (2013) a precariedade da moradia também pode gerar problemas de saúde através de questões normalmente presentes na nova vida como: a sobrelotação da moradia, falta de saneamento básico, rotatividade dos espaços de descanso e a desagregação familiar devido a pouca disponibilidade de espaço.

A necessidade de emprego a qualquer custo aumenta a probabilidade de imigrantes em condições inseguras e insalubres no ambiente de trabalho, sendo eles as pessoas que normalmente realizam atividades que a população local não se sujeita a praticar, o que pode desencadear em abuso e violação de direitos com casos de fatalidades e hospitalizações que levam à invalidez total ou parcial (PADILLA, 2013, p. 57).

Quando precisam ser atendidos nos serviços de saúde, a língua se torna uma barreira no atendimento, tanto pelos termos técnicos, quanto pela explicação das doenças e tratamentos (UNIVALI, 2017, p.12). No evento “Construindo Comunidades de Prática para Refugiados Urbanos” foi sugerido o aumento da conscientização dos servidores de saúde sobre a condição de refugiado e a superação da barreira da língua (ACNUR, 2015, p.11).

Educação

O idioma e a pouca conscientização dos servidores públicos foram os pontos principais quando o assunto se tornou educação, na roda de conversa proposta pelo ACNUR, os imigrantes acreditam que estas barreiras precisam ser superadas a fim de atingir a garantia dos direitos em sua totalidade (ACNUR, 2015, p.11).

As aulas de língua portuguesa são fundamentais para que os refugiados e solicitantes de refúgio, consigam empregos, se integrem na sociedade, garantam laços com a comunidade local, exerçam a cidadania e tenham acesso a serviços públicos em sua completude (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.32; PEROTTO, 2016, p.9).



"Em Soacha, fora Bogotá, Wilson vega ensina seu filho de 13 anos, Jair, como escrever uma carta no computador. Para os refugiados em cidades da Colômbia, ter habilidades básicas do computador pode ser crucial para encontrar um emprego." Fonte: Zalmi Ahad. Disponível em: < <https://www.swissinfo.ch/por/refugiados-urbanos/8014068>>. Acesso em 15 out. 2019

O acesso aos serviços educacionais encontra barreiras já na educação básica, devido ao desconhecimento da situação do refugiado e problemas de inserção das crianças. No grupo de trabalho do encontro "Construindo Comunidades de Prática para Refugiados Urbanos" foi relatado a relevância de um documento que orientasse servidores públicos, gestores, professores e comunidade para receber e acolher, visando a educação básica (ACNUR, 2015, p.11).

Entre os haitianos é recorrente o discurso de concluir a formação e voltar a contribuir com a reconstrução do país de origem. Apesar da vontade de retorno, acreditam que o acesso a educação permitiria que os mesmos fizessem contribuições mais expressivas para a sociedade brasileira (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.32).

"Dizem que não se importam de trabalhar em postos que os brasileiros não querem trabalhar, mas desde que consigam também estudar. Desenvolver suas habilidades e aprimorar o campo de possibilidades de suas vidas é demonstrado como principal objetivo da viagem de tantos até aqui"

(Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.33)

Na região da AMFRI são ofertados cursos gratuitamente através de instituições como as igrejas, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí (FEAPI). Apesar de se mostrarem motivados e dispostos a estudar e se aperfeiçoar, apenas 21,4% encontram-se matriculados em algum curso, justificando a baixa adesão devido à falta de tempo, desemprego, dificuldades com o português, problemas financeiros e de documentação (UNIVALI, 2017, p.11).

"O ensino é visto por todos como a única ferramenta para o pleno desenvolvimento de pessoas e sociedades. Acreditam que "ser educado é a única arma que faz uma pessoa normal." (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.32)



Moradia

Atualmente mais da metade dos refugiados e solicitantes de refúgio são considerados refugiados urbanos, isto deve-se ao fato de que os mesmos encontram-se em áreas urbanas e periféricas (ACNUR, 2015, p.2). Questões relacionadas à moradia e acessos à cidade são fundamentais para o desenvolvimento destas pessoas.

Soluções de moradia dignas desde a chegada dos refugiados e solicitantes de refúgio são uma das pautas nos grupos de trabalho supramencionados. Os imigrantes acreditam que o acolhimento auxiliaria não só no bem-estar, mas promoveria a interação e integração social (ACNUR, 2015, p.11).

É comum que os refugiados sejam colocados em abrigos com moradores de rua, apesar das demandas serem muito específicas. Foi sugerido o acolhimento dos refugiados em repúblicas ao invés de abrigos, porém todos reconhecem a crise habitacional no país e acreditam que a pauta precisa ser considerada com cuidado (ACNUR, 2015, p.11).

Assim como é para os brasileiros, o alto custo dos aluguéis é considerado uma preocupação, já que em grandes cidades o salário mínimo não é considerado suficiente para o pagamento de despesas básicas. Nos grupos foi sugerido então que houvesse um treinamento para que fossem preparados à nova realidade (ACNUR, 2015, p.11).



Em Santa Catarina, assim como no resto do país, as demandas variam de acordo com cada imigrante. Assim como existem reclamações da falta de atendimento na chegada de Florianópolis (PEROTTO, 2016, p.9), existem situações como a dos venezuelanos recém chegados a Balneário Camboriú, que contaram com o apoio da igreja para a recepção e o encaminhamento em casas alugadas por três meses (DIÁRIO DO LITORAL, 2018).

Na região de estudo foram levantados aspectos relacionados à moradia dos haitianos segundo dados da Cartilha “Realidade Socioeconômica dos Haitianos na AMFRI” na região de estudo:

“A maioria compartilha residência com outras pessoas (conhecidas ou não), principalmente entre dois (23,1%), três (32,7%) e quatro (20,8%) moradores. Nesse caso são casas locadas (89,4%), com um (45,5%) e dois quartos (40,1%), uma sala (73,1%) ou ausência desta (15,5%), uma cozinha (86%) podendo ser também a cozinha inexistente (6,2%), uma garagem (31,1%) ou sem (50,5%) e um (87,8%) ou dois (3,9%) banheiros. [...] Quando passaram a possuir maior renda deixaram de compartilhar a residência e passaram ao aluguel unifamiliar.” (UNIVALI, 2017, p.9)

A falta de conscientização sobre a situação dos refugiados e solicitantes de refúgio também é problema quando se trata do mercado de trabalho. Existe um desconhecimento tanto da realidade dos migrantes, quanto de suas habilidades e talentos por parte dos empregadores. Entre os refugiados externos a falta de informação sobre os direitos trabalhistas permite que situações de exploração aconteçam. É comum que realizem trabalhos perigosos e com maior quantidade de acidentes, além de ser alvo de violação de direitos laborais (ACNUR, 2015, p.11; PADILLA, 2013, p. 56).

A inserção de refugiados e solicitantes de refúgio no mercado de trabalho em Santa Catarina ocorre de maneiras diferentes de acordo com a nacionalidade. Segundo o Diário do Litoral, jornal popular do litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina, os venezuelanos foram acolhidos pela igreja Embaixada do Reino de Deus, em Balneário Camboriú e, após mobilização realizada com os empregadores pela entidade, foram contratados em diferentes setores como fábricas de brinquedos, hotelaria e lojas de móveis.

No caso dos haitianos, houve inicialmente o recrutamento de empresas, ainda no Acre, para trabalhos com mão de obra na área de construção civil, no porto de Itajaí e na empresa de limpeza da cidade, e só depois que empregos em outros setores foram procurados, principalmente em supermercados (MAGALHÃES, 2014, p.247).

“O número de haitianos com vínculo formal de trabalho em Santa Catarina passa de 0, em 2011, para 1.281, em 2013. Tanto em Santa Catarina como no restante do Brasil, os haitianos já são, desde 2013, o principal grupo estrangeiro no mercado de trabalho formal.” (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.23)

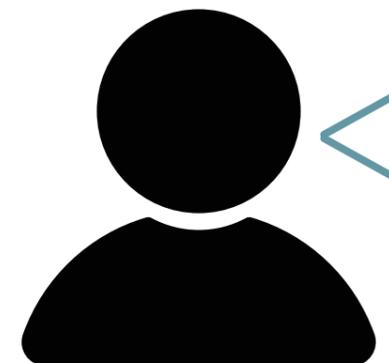
Pelo menos 5 cidades de Santa Catarina possuem papel importante no cenário de inserção laboral de imigrantes em Santa Catarina. Chapecó, Itajaí, Joinville, Florianópolis e Balneário Camboriú alternam seus postos no ranking de dez cidades brasileiras que mais empregaram haitianos entre 2014 e 2016 (CAGED/MTE).

Conforme mencionado anteriormente, muitos imigrantes possuíam algum tipo de formação em seus países de origem e quando chegam na região poucos conseguem atuar nas suas áreas de especialidade. Devido às difíceis condições, relatam que não veem problema de trabalhar em postos não ocupados por brasileiros, desde que consigam ter acesso aos estudos, a fim de melhorar suas perspectivas de vida (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.33), o que não é possível atualmente devido aos baixos salários (MARCON, 2013).

Além de trabalhos fora de suas áreas, existe a dificuldade mesmo em tarefas que a primeira vista parecem simples, como o envio de currículos, já que existe a barreira do idioma e o escasso acesso aos equipamentos eletrônicos para elaboração, cópia e impressão (Grupo de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Florianópolis e Região, GAIRF, 2015, p.34).

Os conflitos se tornam ainda maiores quando se trata da sazonalidade dos empregos, como no caso de Balneário Camboriú, que após a temporada despediu 108 imigrantes da empresa de limpeza urbana - todos eles recrutados no Acre e acomodados no alojamento da empresa - restando apenas 14 haitianos, conforme noticiado por Marcon, através do jornal Diário do Litoral (2013). A relação com o empregador também deve ser destacada, muitos relatam o comprometimento que os imigrantes possuem no emprego, poucas faltas, sua vontade e felicidade em trabalhar, também comentam da diferença entre o fluxo mais recente de haitianos. Entre os recém chegados muitos possuem problemas de alcoolismo e uso de drogas (MAGALHÃES, 2014, p.249, MARCON, 2013).

A vontade e a necessidade também são exploradas por alguns, segundo o jornal da região, em 2015 foram relatadas mais de 40 denúncias de maus tratos a imigrantes, dentre elas trabalho escravo, assédio moral, dupla jornada de trabalho, não cumprimento do salário combinado, não pagamento de horas extras, racismo e atrasos de pagamento (DIÁRIO DO LITORAL, 2015). Em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina para debater políticas públicas para imigração em Santa Catarina o presidente da Associação dos Haitianos de Navegantes, Ashan Jemps Lucien descreve a questão da desvalorização e exploração do imigrante com a seguinte declaração:



“E com relação aos nossos direitos de trabalho, é uma coisa que eu gostaria que esse negócio seja resolvido para os haitianos. Por quê? Se eu for trabalhar numa empresa, vamos supor que eu seja soldador, e também tem um brasileiro trabalhando como soldador, só porque você é branco está recebendo mais do que eu. Eu acho errado isso. A minha carteira tem o mesmo preço e [desempenhamos] a mesma função. Até aqui você está como seu nome na empresa. Então eu gostaria que o representante do Ministério do Trabalho fiscalizasse para nós essa questão do trabalho, porque estão fazendo coisas erradas com os haitianos. Por quê? Têm haitianos que estão trabalhando no feriado, e eles não têm o direito de bater ponto, só marcar presença no papel, isso é errado. Isso é errado porque eles sabem que, quando trabalharem em feriados, vão ganhar 100%, ou 110%.” (SANTA CATARINA, 2018)

Em 2016 ocorreu a morte de um haitiano provocada por queimadura em acidente de trabalho, além de queimadura em situação gravíssima de outro imigrante (DIÁRIO DO LITORAL, 2016). Uma das entrevistadas pelo Diário do Litoral (2015) foi trancada em depósito e pressionada contra um fogão, causando queimaduras em seu braço, outra foi despedida após anunciar gravidez, sendo o hotel que empregava as trabalhadoras punido e incubido de fornecer lições de língua portuguesa além de instrução das leis trabalhistas brasileiras.

Alguns imigrantes, predominantemente haitianos e senegaleses, sem acesso ao trabalho formal utilizam as ruas do centro da cidade de Itajaí para a venda de mercadorias ilegais, o que gera conflito com os comerciantes locais, que os vêem como ameaça, além de questionarem a não arrecadação de impostos pelo município (DIÁRIO DO LITORAL, 2010). Quando ocorre a fiscalização, normalmente é feita sem diálogo e de maneira violenta, até porque existe o empecilho da língua.



Cultura

**“Os brasileiros não sabem quem é um refugiado. Eles acham que você está no Brasil só porque você quis deixar o seu país de origem”
Palavras de um refugiado da Costa do Marfim (ACNUR, 2015, p.35)**

É importante que o tema seja discutido e que iniciativas de integração entre culturas aconteçam, a fim de quebrar estereótipos, gerar empatia e reconhecer a riqueza cultural que outras nacionalidades podem oferecer. A mobilização pode partir da sociedade civil, como é o caso dos projetos “Abraço cultural” e “Migraflix”, que utilizam os conhecimentos dos imigrantes como forma de troca de experiência e geração de renda, através de aula de línguas, gastronomia, cultura e organização de eventos.

O desconhecimento da cultura e da condição de refugiado e solicitante de refúgio gera entraves em todas as esferas da vida destas pessoas. A falta de informação leva a casos de preconceito, xenofobia, racismo e criação de estereótipos. Cerca de 41% dos entrevistados no estudo que traça o perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil admitem ter sofrido algum tipo de discriminação. Numa amostra de 487 entrevistas, 147 relatam ter sido discriminados por serem estrangeiros, 104 discriminados por raça e 5 discriminados por orientação sexual (ACNUR, 2019, p. 15).

“[...] um fator agravante quando se trata do fluxo de afrodescendentes e africanos para o Brasil e para SC, é que tal como os negros brasileiros, os africanos são os coletivos que mais sofrem os processos de exclusão social e violação de direitos humanos. Os casos de injúria racial e racismo, quando somados à xenofobia, fazem com que eles recaiam numa condição de hipervulnerabilidade, o que prejudica fortemente a integração desses povos na vida social e no mercado de trabalho.” (SILVA et al, 2018, p.288)

Em audiência pública na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina houve muitos relatos sobre a situação do imigrante no estado, dentre as situações são descritas atitudes preconceituosas dentro da esfera pública, inclusive na cidade de Itajaí, campo de estudo do presente trabalho. Segundo palavras do secretário da “Associação dos Haitianos de Itapema e seus Amigos”, Joam Florisma:

“Temos outra dificuldade com a Polícia Federal de Itajaí, onde os haitianos têm um peso forte e estamos sofrendo uma discriminação tão forte, como por exemplo: os haitianos têm agendamento para as 13h, se essa pessoa chega às 13h, ela vai ter que esperar até as 19h.

Outra coisa que eles fazem - eu não sei se é porque somos pretos, se temos a mente preta também, não sei se nós podemos ver... - é quando você chega lá eles vão atender todas as nações, e depois atender os haitianos, por último. Eu não tenho problema se eles disserem: “Vocês vão ser atendidos por último”. Sem problema. Mas, se é por ordem de chegada - eu não vejo como todos que estão aqui -, eles estão atendendo os haitianos por último.” (SANTA CATARINA, 2018)

Concluindo este capítulo, pode-se perceber os desafios enfrentados por esta população no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos de saúde, educação e até mesmo na obtenção de validação de documentação - o que é importante para conseguir emprego e acesso a direitos. A seguir, apresentam-se projetos semelhantes, propostas de atendimento, dando início aos encaminhamentos projetuais.



Encaminhamentos

Projetuais

Estudos de caso

A terceira parte do trabalho tem por objetivo lançar decisões projetuais, através da análise de centros de referência no atendimento ao migrante, tanto de programa quanto de projeto, políticas de acolhimento e análise de território, a fim de embasar as escolhas de programa e terreno.

Centro de Referência de Paris

Paris, assim como várias cidades da França recebeu fluxos migratórios sem precedentes. Apesar dos vários abrigos e acampamentos existem muitos imigrantes nas ruas em condições desumanas, devido à demanda foi fundado o “Centre Humanitaire Paris nord”, a fim de atender os recém chegados e oferecer alternativas dignas.

O principal operador do centro é a associação EMMAÜS solidarité, que desde 2015 possui um local para identificação e orientação dos migrantes mais vulneráveis (EMMAÜS SOLIDARITÉ, 2016, tradução nossa).

“Este lugar de acolhimento humanitário terá de enfrentar um triplo desafio: acolher os migrantes à medida que chegam, garantir a cada um deles atendimento digno e de qualidade, que permita satisfazer as suas necessidades vitais, e assegurar o fluxo regular de encaminhamentos para cuidados de longo prazo, desde que seu pedido de asilo esteja bem documentado.” (EMMAÜS SOLIDARITÉ, 2016, tradução nossa)



Centre Humanitaire Paris nord, centro de recepção e abrigo temporário. Foto por: Cyrille Lallement, Guillaume Foresti, Ugo Vouaux-Massel, François Diard, Yoonyoung Choi. Disponível em: <<http://www.pavillon-arsenal.com/fr/paris-dactualites/10523-centre-humanitaire-daccueil-pour-migrants.html>> Acesso em 15 de jun 2019.

Para atingir tal objetivo o centro é organizado através de um centro de recepção e boas-vindas, uma estrutura inflável que realiza, triagem, orientação e encaminhamento dos migrantes para duas estruturas :

1. Uma de abrigo temporário com 400 vagas para homens adultos sem vínculos na cidade pelo período de 5 a 10 dias, período em que serão realizados os encaminhamentos na rede de equipamentos públicos. A estrutura pode receber cerca de 1500 pessoas por mês, dividida em 8 blocos de 50 lugares, com quartos para até 4 pessoas. Cada bloco tem instalações sanitárias próprias, espaço de escritório para os trabalhadores, refeitório e sala de atividades. Após o fim da acomodação os migrantes são encaminhados para instituições em todo o território nacional, de acordo com a demanda de cada imigrante.
2. Um abrigo situado em outra região da cidade para grupos em situação de vulnerabilidade em que se enquadram famílias, mulheres sozinhas e mulheres grávidas.



Centro de recepção. Disponível em: <https://www.emmaus-solidarite.org/le-centre-humanitaire-paris-nord/>. Acesso em: 15 jun. 2019

O centro também possui um “centro de Saúde”, que auxilia física e psicologicamente e conta com a presença de intérpretes, um local para armazenamento e distribuição de roupas, kits de higiene e roupas de cama para os que estão alojados no abrigo temporário, uma lavanderia para a manutenção das roupas e um “polo de transporte”, que garante o transporte para a rede de acolhimento.

Para garantir seu funcionamento o centro possui parcerias com “centros de empregos” e uma associação local de integração, que consegue garantir uma equipe de 200 funcionários, além de contar com o apoio de muitos voluntários.

CIC do Imigrante

Em dezembro de 2014, foi inaugurado na cidade de São Paulo o Centro de Integração da Cidadania do Imigrante (CIC do Imigrante), um espaço de referência no atendimento ao imigrante, que concentra serviços de diferentes áreas como a Defensoria Pública da União, Defensoria Pública Estadual, Cursos de Idiomas e Posto de Atendimento ao Trabalhador, além de fazer encaminhamentos a serviços que não são contemplados no Centro (SÃO PAULO, 2016).

O CIC também promove atividades como aulas de português, exclusivas para imigrantes, e aulas de inglês, francês e espanhol abertas ao público em geral (SÃO PAULO, 2016). O projeto possui atendimento especializado para a situação do imigrante, porém seus espaços também ofertam cursos para a comunidade, promovendo a integração entre os usuários.

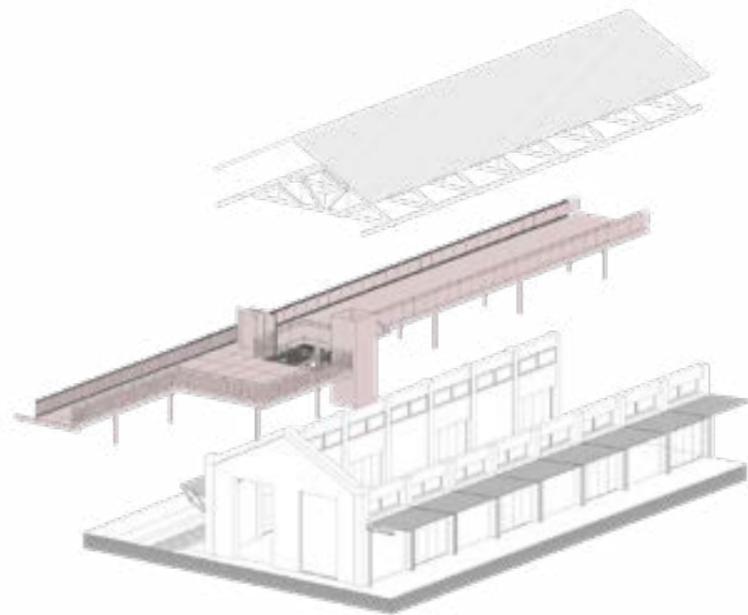
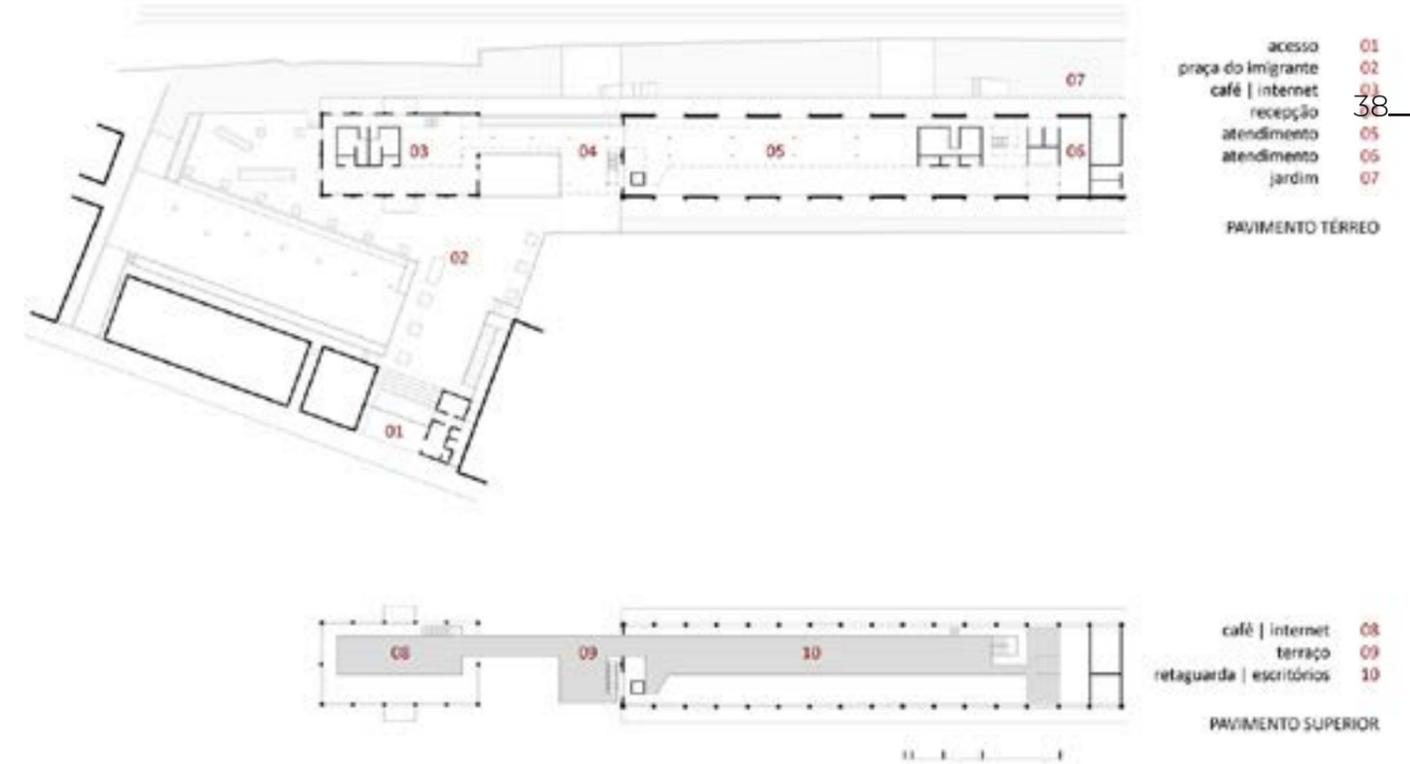


Praça do Imigrante. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/871396/cic-do-imigrante-escola-da-cidade-plus-b-arquitetos>. Acesso em 15 jun. 2019

O projeto de 1580 m² atendeu em 2015, 4500 pessoas e foi desenvolvido através de um convênio entre a Escola da Cidade, a Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo, com apoio da Inditex e do Ministério Público do Trabalho de São Paulo, sendo desenvolvido através de projeto de extensão acadêmica.

O projeto foi realizado a partir de uma reforma de edifícios ferroviários e inclui no seu programa (ARCHDAILY, 2017):

- 1.** Praça de recepção, espaço que organiza os fluxos além de possuir possibilidade de adaptação, sediando festas, assembleias e reuniões de entidades organizadas de imigrantes e de redes de apoio;
- 2.** Café, conectado a praça;
- 3.** Espaço para os programas estaduais de acesso à internet e recreação infantil;
- 4.** Setor de atendimento e
- 5.** Mezanino que abriga áreas de apoio dos serviços de atendimento, isoladas das áreas de acesso público.



Isométrica do bloco de atendimento. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/871396/cic-do-imigrante-escola-da-cidade-plus-b-arquitetos>>. Acesso em 15 jun. 2019. Adaptado pelo autor.

Plantas baixas do CIC do Imigrante. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/871396/cic-do-imigrante-escola-da-cidade-plus-b-arquitetos>>. Acesso em 15 jun. 2019

Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante de Santa Catarina (CRAI - SC)

Segundo o coordenador do CRAI-SC, Luciano Leite da Silva Filho (2018), em audiência pública (2018), que debateu políticas públicas para imigração em Santa Catarina, o centro possuía quatro áreas de atuação, demonstradas no esquema a seguir:

INTEGRAÇÃO

Objetivo: promover a área do desenvolvimento social, trabalho e integração.

Como atua? Oferece serviços de capacitação, inserção no mercado de trabalho, cursos profissionalizantes, elaboração de currículos, projeto de geração de renda e aulas de português e conta com parcerias como Igeof e Senac.

Objetivo: Garantir o exercício da cidadania.

Como atua? Auxilia na documentação, refúgio, renovação do protocolo de refúgio, residência, reunião familiar, passaporte, contato com Embaixadas, Consulados e naturalização.

PROTEÇÃO

Objetivo: Escuta especializada na situação de imigração.

Como atua? Oferece acolhida individual com mediação cultural e linguística, encaminha para redes de atenção e cuidado nos serviços de saúde e assistência social.

PSICOLOGIA

Objetivo: Contribuir na inserção e proteção social, atuando nas questões sociais.

Como atua? É realizado o atendimento individual e familiar, encaminhamento para inserção nos programas de assistência, projetos e benefícios sociais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fonte: SILVA FILHO, 2018. Audiência Pública: Políticas Públicas para Imigração em Santa Catarina. Elaborado pelo autor.

Também eram exercidas atividades externas junto a Associação de Imigrantes. Dentre as atividades, foram realizadas capacitação em políticas públicas na cidade de Itapema - SC, capacitação nas escolas, com a Defensoria Pública da União, a rede socioassistencial que inclui CRAS, CAPS e Centro Pop, Unidades básicas de Saúde, CREV, casas de passagem e também capacitação com os grupos voluntários da sociedade civil que lidam com a questão migratória. O CRAI-SC acredita que além dos atendimentos prestados aos imigrantes também é necessário que a sociedade civil tenha conhecimento da realidade imigratória, por isso realiza eventos como o Pedal Humanitário e a semana do Imigrante (SILVA FILHO, 2018)

Dentre as dificuldades enfrentadas pelo centro encontrava-se a questão financeira, em que o atraso das parcelas previstas no contrato com o Governo do Estado afetava a qualidade dos serviços. O centro também possuía uma equipe pequena, orçamento restrito que não supre as demandas do estado inteiro, com atendimentos mais focalizados na região da Grande Florianópolis. Não raro chegavam ônibus de outros municípios para usufruir dos serviços prestados pelo CRAI-SC, por isso a equipe do centro acredita que ter uma atuação a nível estadual é primordial.

A equipe do centro também ressaltou em audiência pública (SANTA CATARINA, 2018) que as políticas precisam avançar no sentido de capacitar gestores públicos e entidades da sociedade civil, na criação de uma casa de acolhida para imigrantes, já que muitos chegam sem destino certo no estado, além de uma melhora no diálogo com a Polícia Federal, que encontra problemas principalmente em Chapecó e Itajaí, já que a demora nessas regiões é demasiada.



Imagens do CRAI/SC em seu período de funcionamento. Fonte: Anderson Coelho/ND. Disponível em: < <https://ndmais.com.br/noticias/apos-atender-54-mil-imigrantes-centro-de-referencia-fechara-as-portas-em-santa-catarina/> > Acesso em: 12 de outubro de 2019.

Rede de Serviços

Os refugiados e solicitantes de refúgio tem acesso aos mesmos direitos da população brasileira, garantidos pela Lei de Migração. Portanto, podem usufruir dos equipamentos de educação, lazer, cultura, saúde, assistência social e proteção. Além dos serviços e atividades que eram oferecidos pelo CRAI-SC, citados anteriormente, nas demais cidades do estado os imigrantes contam com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que ao enxergar o indivíduo como um todo, auxilia nas questões sociais e realiza encaminhamentos na rede pública. O apoio de entidades voluntárias também é fundamental, já que ofertam aulas de língua portuguesa, auxiliam nas questões legais, aulas de artesanato e costura, encontros de formação e organização de atividades junto a outras entidades.

Tendo em vista as atividades existentes com os refugiados e solicitantes de refúgio no território, foi feita uma análise mais aprofundada dos serviços socioassistenciais, fundamentais para a prevenção e proteção social ao enxergar o indivíduo por completo e realizar a articulação em rede, a fim de destinar corretamente o usuário às políticas públicas necessárias ao seu desenvolvimento.

Serviços Socioassistenciais no Brasil

No Brasil a assistência social é organizada pelo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), um sistema descentralizado que considera as demandas e necessidades do território (BRASIL, 2019) padronizado através da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que estabelece público, conteúdos essenciais, propósito dos serviços e resultados esperados, divididos em proteção social básica e proteção social especial (BRASIL, 2013).

Proteção Social Básica: atua na prevenção de risco social, através de serviços que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários. O público é composto por pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade social - como pobreza e rompimento de vínculo familiar e comunitário e os serviços são realizados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), instalados em áreas de alta vulnerabilidade social (ACNUR, 2015).

Proteção Social Especial: o público atendido é separado em média e alta complexidade. Média complexidade atende indivíduos com direitos violados mas que ainda possuem laços familiares e/ou comunitários e a Alta complexidade atende indivíduos que possuem tais laços ameaçados ou inexistentes. A unidade responsável pelo atendimento é denominada CREAS (ACNUR, 2015).

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Quando uma pessoa se encontra em vulnerabilidade social, a primeira coisa a ser feita é o encaminhamento ao CRAS, porta de entrada dos serviços de Assistência Social. É esse centro que articula as unidades da rede socioassistencial e de outras políticas públicas e possui dois eixos centrais: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização.

A matricialidade sociofamiliar acredita na centralidade e importância da família para efetivação das ações e serviços da assistência social.

Mas o que é família para a Política Nacional de Assistência Social? São pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, que sobrevivem através de ajuda mútua nas obrigações, renda ou dependência econômica (BRASIL, 2009, p.12).

Para o CRAS, é imprescindível que exista o PAIF, Serviço de proteção e atendimento integral à família, sendo sua oferta obrigatória e exclusiva. É a partir dele que surgem outras demandas no centro. Sua política visa trabalhar com as famílias continuamente, a fim de proteger, prevenir a ruptura de vínculos, promover acesso aos direitos e contribuir para seu desenvolvimento (BRASIL, 2013, p.12).





A territorialização visa a descentralização da política de assistência para que os serviços sejam ofertados próximos aos usuários. Três ações podem ser destacadas na gestão territorial (BRASIL, 2009)

- 1.** Busca ativa, que é a procura intencional das situações de vulnerabilidade e risco social no território;
- 2.** Articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS, que visa o acesso e a gestão integrada aos serviços, benefícios e projetos de assistência social para a população vulnerável e
- 3.** Promoção da articulação intersetorial, que promove o diálogo com outras políticas públicas, nessa ação envolvem-se escolas, postos de saúde, espaços de capacitação e formação, habitação, esporte, cultura, lazer e demais serviços a fim de construir uma rede de proteção social.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, atua como um braço do PAIF e organiza grupos que participam de percursos, focados para as situações de vulnerabilidade dos usuários, visando a prevenção e proteção de risco social.

“Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.” (BRASIL, 2013, p.16).

Possui como objetivos gerais (BRASIL, 2013, p.19):

- _Complementar o trabalho do PAIF, prevenindo o risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária;
- _Prevenir a institucionalização e segregação de grupos vulneráveis;
- _Articular a rede de proteção social e promover acessos aos serviços de assistência;
- _Contribuir na articulação intersetorial, articulando a rede das demais políticas públicas;
- _Disponibilizar acesso à informação sobre direitos e participação cidadã, visando o protagonismo do usuário;
- _Promover a sociabilidade através do acesso a manifestações culturais, esportivas e de lazer;
- _Contribuir para a troca de experiências e vivências, fortalecendo os laços familiares e comunitários.

Serviço de Acolhimento Institucional

O serviço de acolhimento institucional é parte dos serviços de alta complexidade da proteção social especial, destinado a famílias e/ou indivíduos que possuem frágeis ou inexistentes vínculos familiares e visa garantir proteção integral através do acolhimento seguindo as seguintes modalidades (BRASIL, 2013, p.44):

Acolhimento em unidade institucional com caráter residencial e limite de 50 pessoas por unidade, com ocupação máxima de quatro pessoas por quarto e atendimento em unidade institucional de passagem, para acolhimento imediato e emergencial. Nela são realizados diagnósticos dos usuários para que sejam feitos os encaminhamentos de rede.

Apesar de não haver a inclusão de refugiados sob a proteção do SUAS, a Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo considera este público com o status de alta vulnerabilidade e risco (ACNUR, 2015, p.15) e baseado nisso implantou a primeira casa de Passagem estatal, nomeada como Casa de Passagem Terra Nova, que atende a especificidades de refugiados, solicitantes de refúgio e vítimas do tráfico humano (ACNUR, 2015, p.16). A casa possui 50 vagas, o tempo de acolhimento varia de acordo com cada usuário e são estabelecidas regras de conduta e convivência para conciliar as diferenças e respeitar as individualidades.

Diretrizes

A partir do que foi apresentado anteriormente acredita-se que os serviços de CRAS e CRAI-SC possuem demandas complementares e que a criação de um espaço que una comunidade e a população de migrantes de deslocamento forçado, pode promover avanços na relação entre os públicos, ao quebrar estigmas, a partir do reconhecimento da situação do refugiado e solicitante de refúgio, da compreensão de vulnerabilidade de ambas as partes e da aproximação cultural, promovendo a empatia entre as pessoas, inserindo-o gradativamente na sociedade.

Como todo município deve possuir implantado um ou mais CRAS - de acordo com a quantidade de famílias referenciadas no território - e este é o serviço de atendimento socioassistencial existente que realiza hoje o primeiro contato com imigrantes nas regiões que não possuem CRAI - o que se propõe no presente trabalho é que cidades com demanda de imigrantes implementem, pelo menos, um equipamento central, que ofereça um serviço especializado voltado ao atendimento desse público, respeitando suas especificidades e cultura, promovendo a integração e o convívio social, que inclua em um único espaço o serviço do CRAS, para uma comunidade em situação de vulnerabilidade social, e as demandas próprias do CRAI, voltado ao atendimento desse público, respeitando suas especificidades e cultura e atuando como um marco no atendimento para imigrantes de toda cidade. Este serviço ficaria vinculado à política pública permanente do CRAS, diferente do serviço do CRAI, que dependeu da posição política do governo do Estado, sem ter assegurado recurso orçamentário e continuidade de programa.

Com o objetivo de analisar e compatibilizar os espaços dos centros existentes foi realizado um diagrama onde foram cruzados os programas dos dois serviços. As informações foram disponibilizadas pelo documento de "Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS" (BRASIL, 2009), para um CRAS com quantidade maior que 1000 atendimentos anuais - demanda dos quatro CRAS de Itajaí - além de visita ao CRAI-SC, consciente de que o espaço do CRAI-SC era adaptado ao local disponibilizado.



Foi identificado que ambos os centros possuem recepção, salas de atendimento e administração, sendo que o CRAI-SC possui duas salas de atendimento a mais que o CRAS, referentes às frentes de atuação em que trabalha. Além disso o espaço do CRAS contempla duas salas de uso coletivo, não inclusas na realidade atual do CRAI-SC.

A partir da análise dos estudos de caso, dos desafios enfrentados pelos imigrantes, do cruzamento dos espaços previstos no CRAS e CRAI-SC foram propostas as diretrizes de projeto, apresentadas abaixo:

Diretrizes

_Ser espaço de acolhimento e troca de experiências entre migrantes e comunidade;

_Visar a inclusão social e atividades que despertem a empatia;

_Facilitar a articulação em rede, possibilitando uma melhor vivência da cidade e garantia dos direitos;

_Valorização e reconhecimento da diversidade sócio-cultural;

_Ser espaço de encontro tanto para os migrantes quanto para a comunidade;

_Criar uma centralidade que promova a visibilidade das manifestações culturais;

_Possuir espaço de acolhimento provisório até que a situação do migrante se estabilize;

_Estar localizado em região central da cidade, a fim de que seja facilmente acessível e visível.

O Lugar

A partir das diretrizes propostas foram lançados aspectos que deveriam ser levados em conta na escolha do terreno:

1. Estar inserido em comunidade vulnerável.

É previsto nas orientações técnicas de um CRAS que o mesmo seja instalado em comunidade vulnerável, priorizando áreas com concentração de famílias com renda per capita mensal de até ½ salários mínimo, entendendo que a situação de vulnerabilidade pode ser agravada com a pobreza (BRASIL, 2009, p.32)

2. Facilidade de acesso e visibilidade.

Por ser um centro de referência precisa ser servido de diferentes modais e claramente visualizado, além de ser facilmente acessado pelos imigrantes distribuídas na cidade.

3. Proximidade com rede de serviços públicos e institucionais.

Um dos objetivos do projeto é promover o acesso a direitos e serviços, além de uma maior integração dos imigrantes e da comunidade com a cidade, através da articulação em rede com as diferentes políticas presentes na cidade.

Análises de Itajaí

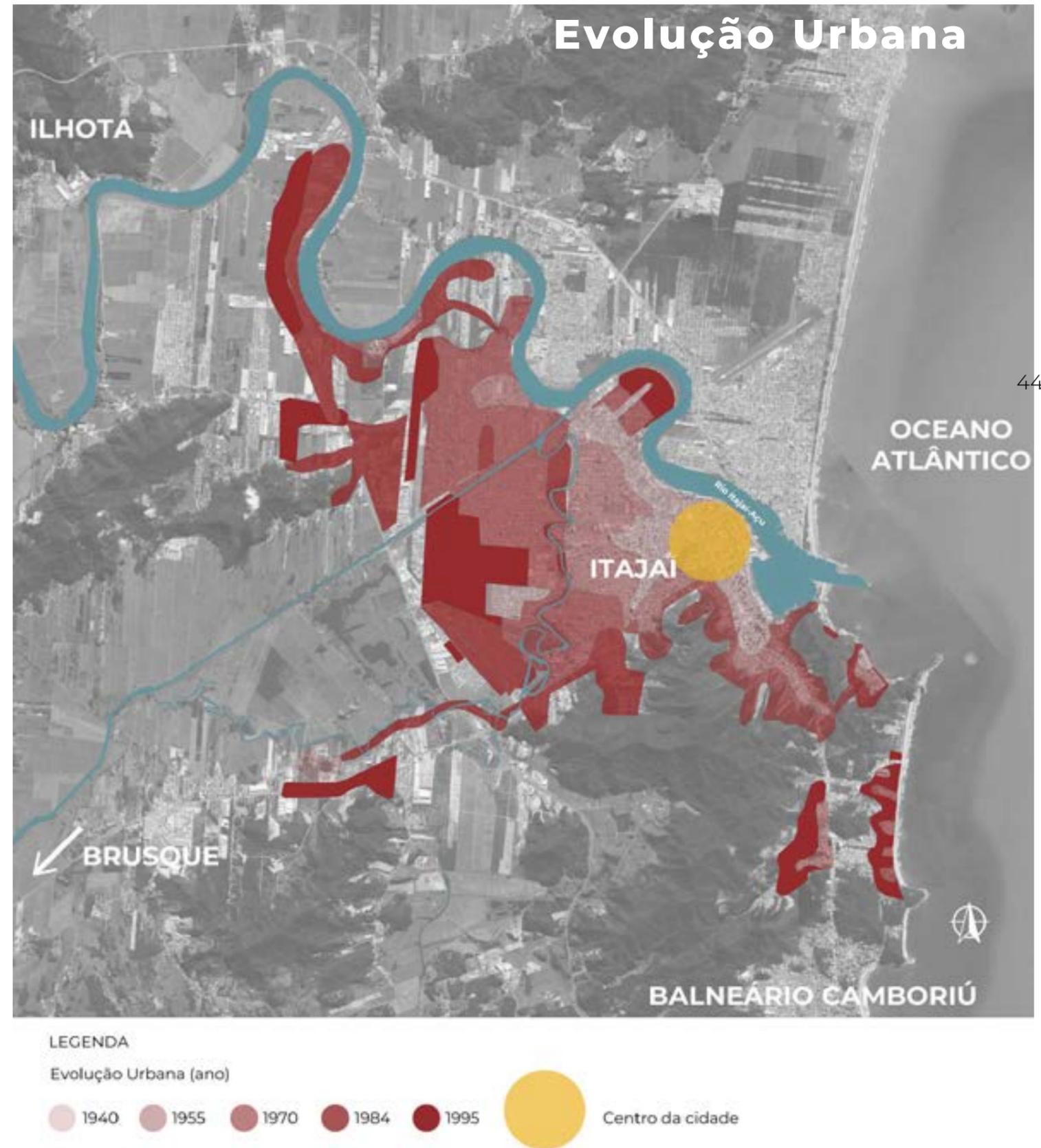
Como apresentado anteriormente, a cidade de Itajaí localiza-se no estado de Santa Catarina, Brasil.

O município faz parte do Vale do Itajaí, situa-se no litoral e possui como limites as cidades de Balneário Camboriú, Camboriú, Brusque, Gaspar, Ilhota e Navegantes. Abaixo é apresentado o perímetro urbano do município:



Fonte: Elaborado pelo autor

Desde o século XVIII Itajaí já possuía a exportação como atividade econômica de maior importância, sendo a madeira seu principal produto no início de seu desenvolvimento. Sua posição geográfica e atividades extraterritoriais fizeram com que o município acolhesse diferentes etnias desde sua fundação. Além da população nativa, pessoas de São Francisco do Sul, Florianópolis, Armação do Itapocorói, São Miguel da Terra Firme - majoritariamente luso-açorianos - formaram a população itajaiense (D'ÁVILA, 2019).

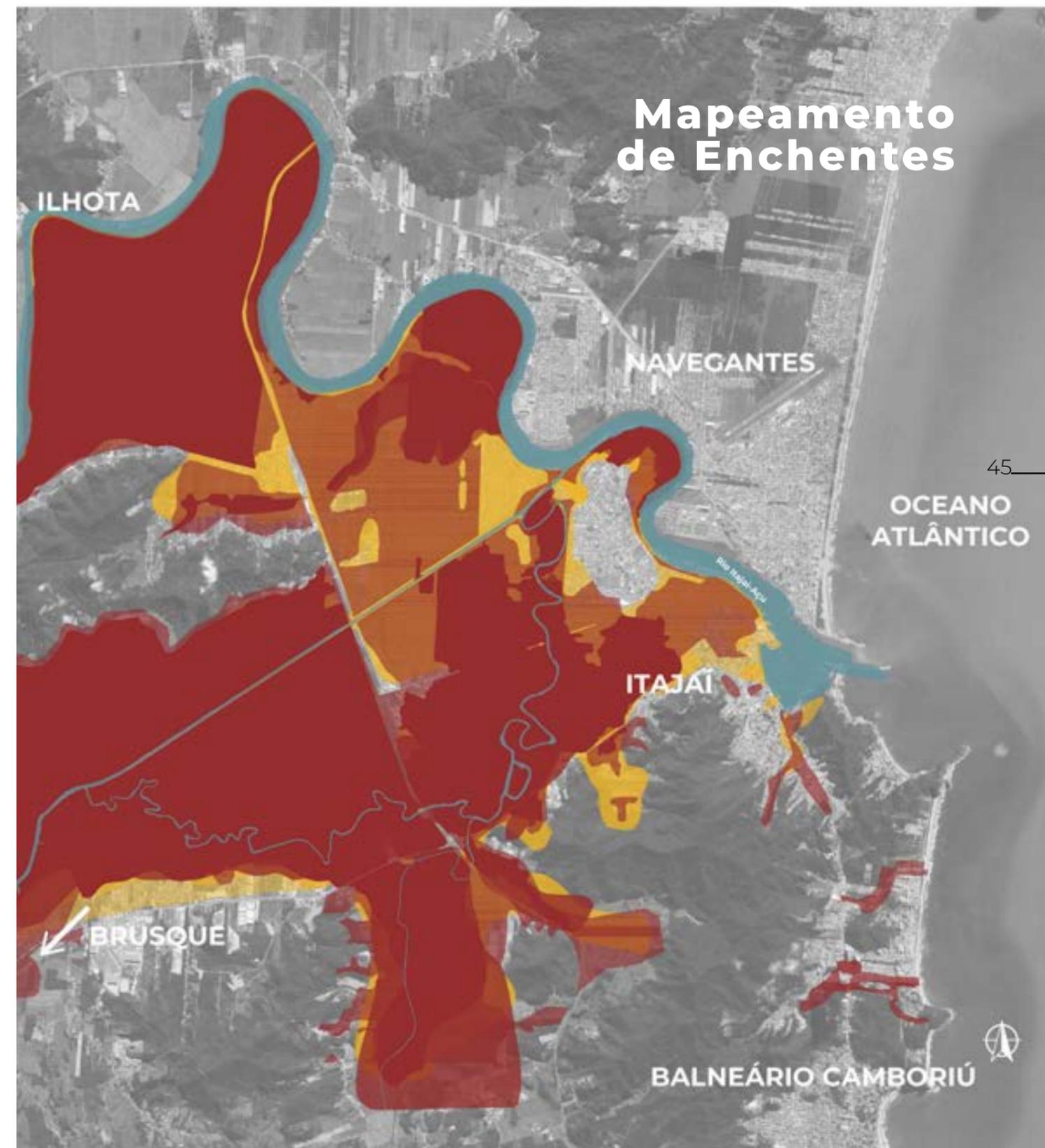


Fonte: MADEIRA, mapa elaborado pelo autor.

Mapeamento de Enchentes

Através do mapa anterior é possível observar que as primeiras ocupações se deram às margens do Rio Itajaí Açu, onde está localizado o porto e centro fundacional da cidade. A partir de 1955 o município passa a crescer em direção à Balneário Camboriú e desde 1970 a expansão da malha urbana tende a seguir em direção a cidade de Brusque e Ilhota.

Itajaí é uma cidade que cresceu entre rios. Além do Rio Itajaí Açu, a cidade é cortada pelo Rio Itajaí Mirim, retificado a partir da década de 60. Cerca de 55% do município está situada em região de baixa declividade com desníveis que predominam entre 0 e 2°, o que o caracteriza como uma grande planície de inundação. Essas características, somadas às precipitações, marcam a história da cidade - através de enchentes e inundações que já atingiram a maior parte do território urbanizado, com 95% da área territorial de Itajaí afetada em 2008 e 65% em 2011, possuindo assim, deslocados internos dentro da própria cidade.



LEGENDA

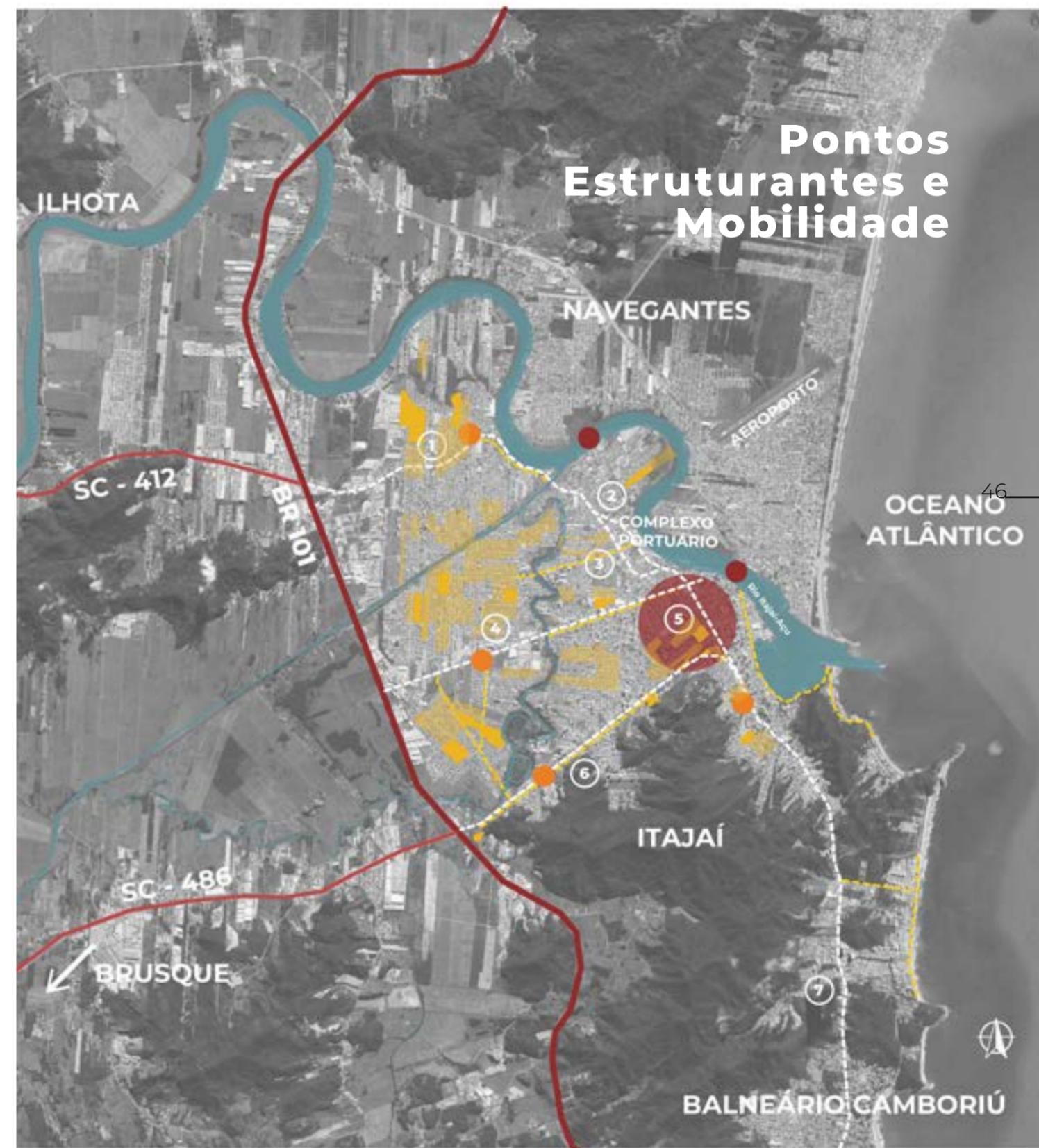
Enchentes



Fonte: Defesa Civil de Itajaí, mapa elaborado pelo autor.

Pontos Estruturantes e Mobilidade

A cidade, conhecida pela atividade econômica pesqueira e portuária, possui como eixos viários estruturantes as vias que conectam o porto e o centro com os demais municípios. No mapa a seguir foi realizada uma sobreposição de layers, demarcando as áreas mais densas da cidade de acordo com o censo IBGE (2010). Também foram demarcadas as principais vias de acesso e conexão com outros municípios, pontos do sistema de mobilidade, além do complexo portuário e aeroporto, equipamentos em que a escala extrapola os limites municipais.



Fonte: Elaborado pelo autor.

LEGENDA

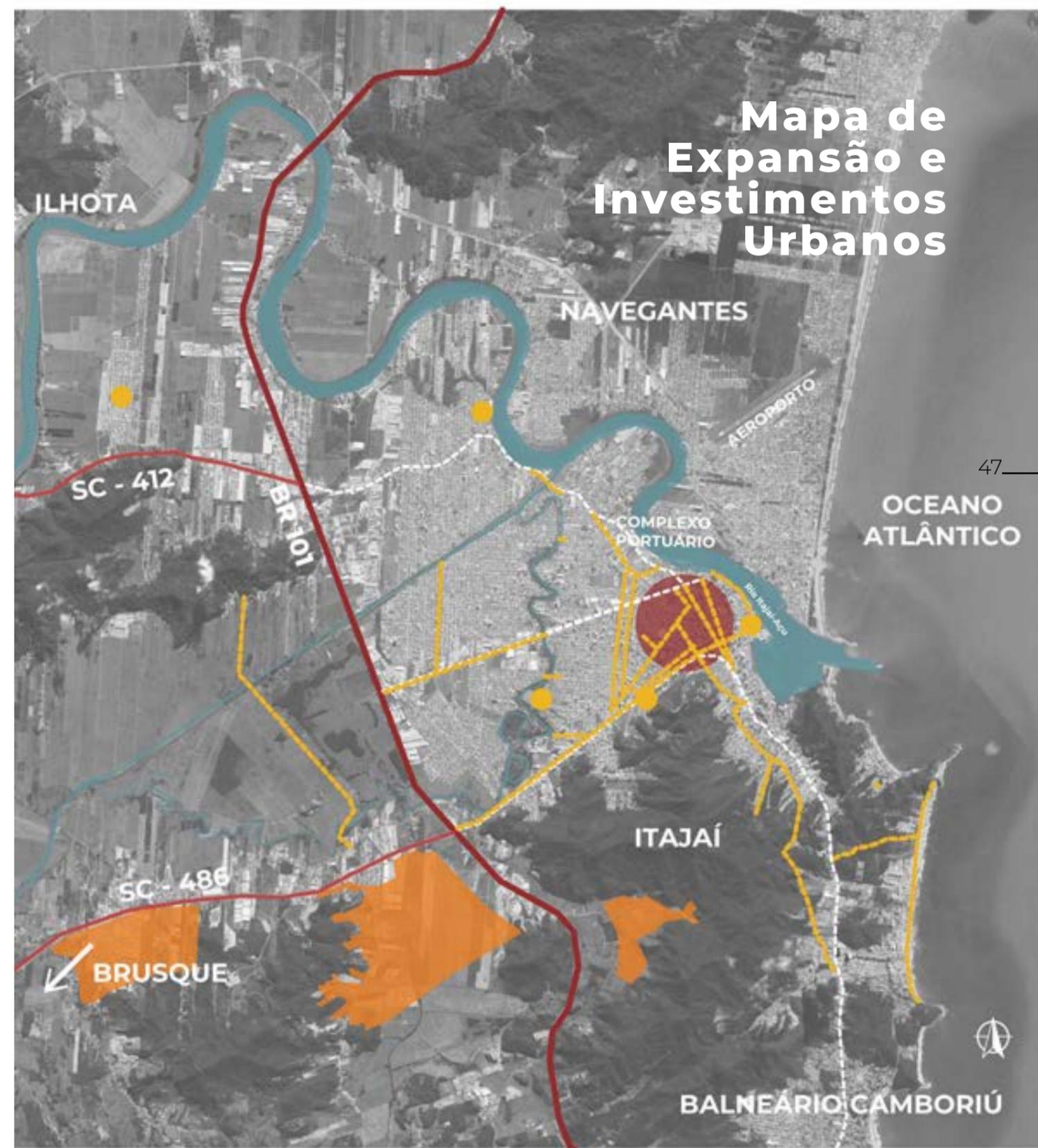
- | | | | |
|--------------------------------|------------------------|------------------------------------|--------------------|
| ① R. Dr. Reinaldo Schmithausen | ③ R. Irineu Bornhausen | ⑤ Av. Cel. Marcos Konder | ⑦ Av. Osvaldo Reis |
| ② R. Blumenau | ④ Av. Adolfo Konder | ⑥ Av. Ver. Abrahão João Francisco | |
| ● Conexão Marítima | --- Ciclovía | ● 85 a 127 hab/km ² | ● Centro da cidade |
| ● Terminal Urbano | | ● Acima de 127 hab/km ² | |

Expansão e investimentos urbanos

Com o objetivo de entender as novas dinâmicas da cidade, seus eixos de crescimento, e possíveis regiões de valorização imobiliária foi analisado o zoneamento da cidade e os locais de realização de novas obras de infraestrutura. Através da lei de zoneamento foi identificado que praticamente todo o perímetro urbano poderá ser verticalizado, variando de proporção de acordo com o tamanho da via em que se insere. Também foram identificados zonas de expansão urbana, destacadas no mapa a seguir, neste local está prevista a instalação do distrito de inovação da região da AMFRI, polo tecnológico que incubará empresas e será um centro de pesquisas.

A fim de identificar as regiões na cidade que receberão obras de infraestrutura nos próximos anos foram destacados os locais em que serão aplicados os recursos Fonplata, a partir de 2019. Estes recursos serão provenientes de financiamento internacional totalizando mais de R\$250 milhões de reais para a realização de 25 obras municipais, que compreendem o alargamento, criação e reurbanização de vias, instalação de binários de trânsito, projetos de áreas de lazer e obras de macrodrenagem.

Nota-se que as zonas de expansão urbana encontram-se em eixos de conexão da cidade com municípios circundantes - Brusque e Balneário Camboriú, devido à escala regional que o polo tecnológico - que futuramente será instalado no local - possui. Ao analisar os investimentos urbanos (linhas e símbolos amarelos) fica claro que o centro e regiões próximas receberão quantidade significativa de reformas de infraestrutura.



Fonte: Elaborado pelo autor.

LEGENDA

- Zona de Expansão Urbana
- Local de aplicação dos recursos Fonplata
- Centro da cidade

Em geral as áreas de baixa renda estão localizadas nas zonas mais afastadas do centro da cidade, concentradas às margens dos rios - áreas bastante afetadas pelas enchentes e alagamentos - e nas proximidades da BR 101, SC - 412 e SC - 486. Foi identificado que todas as concentrações de imigrantes coincidem com bairros de baixa renda, reforçando ainda mais a proposta de um equipamento que atenda os dois públicos. Este equipamento unirá a política do CRAS com a demanda do CRAI, e por isto, foram localizados no território os quatro CRAS presentes na cidade de Itajaí. Dois deles encontram-se em regiões de vulnerabilidade, enquanto outros dois encontram-se próximos, mas não estão inseridos nas comunidades, sendo o mais distante da população vulnerável o CRAS Nossa Senhora das Graças.

Terreno e Comunidade

Para escolha do terreno foram considerados três diretrizes principais, justificadas anteriormente:

1. Estar inserido em comunidade vulnerável;
2. Facilidade de acesso e visibilidade e
3. Proximidade com rede de serviços públicos e institucionais.

Quando cruzados todos os mapas foi identificado um bairro que se enquadra nas diretrizes propostas: o bairro Nossa Senhora das graças - em vermelho no mapa.



O bairro está localizado próximo ao centro, num eixo estruturante da cidade, numa zona vulnerável, com imigrantes na comunidade e parte do seu território não foi atingida por nenhuma das enchentes - característica importante caso o abrigo temporário seja utilizado na ocorrência de catástrofes e assim atenda também migrantes internos.

O bairro é cortado pela Av. Abrahão João Francisco, primeiro acesso da Br 101 à Itajaí, eixo que conecta o centro da cidade com a BR 101 e as Zonas de Expansão Urbana. Nos últimos anos foram instalados na avenida equipamentos de relevância municipal, como a Câmara de Vereadores de Itajaí, a Secretaria Municipal de Educação e o terminal urbano da Ressacada. Também é a avenida em que a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) está localizada, provida de ciclovia em mais da metade da sua extensão. Sua proximidade com o centro e com estes equipamentos permite uma melhor articulação em rede.

O bairro possui os limites destacados em amarelo no mapa a seguir e na lei complementar nº 215 - que institui normas para o código de zoneamento, parcelamento e uso do solo no município de Itajaí - está localizado na ZU2, cujos índices urbanísticos serão descritos posteriormente.



- 1 Presídio Regional de Itajaí
- 2 Vila da Paz

Fonte: Elaborado pelo autor.

Zoneamento do bairro Nossa Senhora das Graças



Fonte: Anexo 1, Lei complementar 215-2012, Itajaí Santa Catarina.

ZONAS		ZU2	
USOS	Permitidos	H	1 - 2
		CO	CO
		CS	1 - 2
	Permissíveis	I	1
		H	-
		CS	3 - E
ALTURA MÁXIMA	Largura da via (m)	Até 8,00	4 pavimentos
		8,01 até 9,99	2,5 x largura da via
		10,00 até 12,00	4,5 x largura da via
		12,01 até 15,00	6 x largura da via
		> 15,00	7 x largura da via
Altura máxima do embasamento		12,8	
Coeficiente de aproveitamento		3,5	
Taxa de Ocupação	Embasamento		80%
	Torre		60%
Taxa de permeabilidade		10%	
Recuo frontal embasamento		3,0	
Recuo Frontal da Torre	Largura da via (m)	Até 8,00	3,0
		8,01 até 10,00	5,0
		10,01 até 12,00	6,0
		12,01 até 15,00	7,0
		> 15,00	10,0
Recuo Lateral Fundos (m)	Torre	Até 4 pav	2,0
		05 pav. até 8 pav	2,5
		09 pav. até 12 pav	3,0
		13 pav. até 16 pav.	3,5
		17 pav. até 20 pav.	4,7
	acima de 20 pav	5,5	
Embasamento		zero até 12,8	
Lote (dimensões mínimas)	Testada		12,0
	Profundidade		25,0
	Área (m²)		300

H1 = Residencial, uma habitação
 H2 = Residencial Multifamiliar
 CO = Comunitário
 CS 1 = Comercial e Serviços vicinais (pequeno porte, até 100m²)
 CS2= Comercial e Serviços de bairro (médio porte, até 400 m²)
 CS3= Comercial e Serviços setoriais (superior a 400m²)
 CSE = Comercio e serviço específico
 I1 = Indústria de baixo impacto (até 100 m²)
 I2 = Indústria de baixo impacto (até 400 m²)

Fonte: Anexo 2, Lei complementar 215-2012, Itajaí Santa Catarina.

A zona possui elevado potencial construtivo, comparado aos demais zoneamentos da cidade. Seus altos índices podem ser exemplificados através da Av. Abraão João Francisco - avenida que corta o bairro e que possui mais de 15 metros de largura - que pode abrigar edifícios de até 105 metros, com coeficiente de aproveitamento de 3,5, um total de 47 pavimentos, considerando o pé direito mínimo da cidade que é de 2,2 m.

No meio destes altos parâmetros, cresce a comunidade Nossa Senhora das Graças - popularmente conhecido como "Matadouro" - que tem sua história iniciada desde o ano de 1908, com a criação de uma rua na planície rodeada de morros pelo prefeito municipal de Itajaí, Samuel Heusi (Hickeinbick, 1993, p.14 apud SANTOS, 1997 p. 11). Foi nessa mesma época que ocorreu a instalação de um Matadouro Público de Suínos e Bovinos, de onde provém o apelido do bairro. Este abatedouro foi responsável por problemas ambientais e mau cheiro, e já no ano de 1912 a localidade era considerada desprezada e de má fama (SANTOS, 1997 p. 11).

A partir da desvalorização da região, o governo utilizou a área para assentar famílias vindas do Planalto Serrano, mas somente após a Segunda Guerra Mundial com instalação do trilho do trem que conectava Itajaí a Blumenau que o bairro teve sua ocupação intensificada, isso porque na década de 60, com o aumento do êxodo rural muitas famílias pobres vindas do planalto Serrano e do Alto Vale do Itajaí se instalaram sem planejamento nas margens da Estrada de Ferro, dando início a "favela do matadouro" (SANTOS, 1997 p. 12). Segundo as palavras de Carlos de Paula Seara, Prefeito da cidade de Itajaí entre 1966 e 1970:

"Eu governei até sessenta e passei o governo para o Sr. Eduardo Solon Canziani. No governo do seu Solon, ele, com sua bondade não fez um plano, um loteamento. Mas vinha chegando gente, com o desenvolvimento de Itajaí ele ia mandando para lá. E foi dando um pedaço aqui, um pedaço ali. Toda essa propriedade, desde o Matadouro até a Brusque era do município, mas aquela parte de lá eles foram botando gente a torto e a direito. Até o meu governo o Matadouro não era povoado. Em 1965 eu volto novamente a ser prefeito. O primeiro ato meu foi proibir que as pessoas fossem para lá" (Hickenbick, 1993, p.17 apud SANTOS, 1997, p.13).



Vista da linha do trem onde hoje é a Av. Abrahão João Francisco. Fonte: Autor desconhecido. Acervo Parque Dom Bosco

Já nos anos de 1970 até 1973 o bairro tem títulos de posse de terra doados a moradores através da Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC) e no final da mesma década é planejada a construção de uma rodovia no lugar da estrada de ferro, desativada após falência das indústrias que extraíam madeira (SANTOS, 1997, p. 13).

A rodovia e a construção do Presídio Regional de Itajaí - desativado em 2019 - na década de 80, foram responsáveis pela remoção de dezenas de moradores. Estas famílias participaram de algumas tentativas de reassentamento. Uma contou com a remoção de 120 famílias - que moravam às margens da estrada de ferro - para o Loteamento Prómorar 1 (bairro Cidade Nova). Entretanto, após a enchente de 1983 parte das famílias retornaram com medo de serem atingidas novamente, além dos seguintes fatores relatados por Santos (1997, p.13) “rompimento brusco das relações culturais e de amizades construídas, não participação comunitária na decisão de remoção e falta de infraestrutura prometida no projeto inicial.”

Hoje a comunidade recebe novas propostas de moradia, uma delas é o Loteamento São Francisco de Assis, iniciado em 2007, teve suas obras entregues no final do ano de 2018. O loteamento foi financiado pela Caixa Econômica Federal e permitiu a realocação de 480 famílias de todo município através de pagamento parcelado de parte do valor da construção em valores de R\$ 80 a R\$ 270 reais (ITAJAÍ, 2019). O loteamento fica situado em região periférica da cidade, próximo à SC - 412 .

Outra proposta de realocação das famílias ainda não saiu do papel mas prevê um loteamento em terreno na comunidade, a previsão é de que o loteamento também financiado pela Caixa atenda 300 famílias, priorizando as que encontram-se em situação de risco. Atualmente o projeto encontra-se parado devido a descoberta de um lixão no terreno onde a obra seria construída.

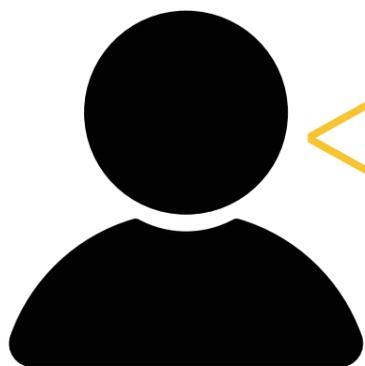
A mudança de nome ocorreu no final da década de 80 quando os moradores reivindicaram a mudança para “Nossa Senhora das Graças”, devido à demolição da capela da comunidade. O topônimo “Matadouro” tornou-se muito estigmatizado na cidade, e recorrentemente era associado a violência e marginalidade, contribuindo para a discriminação do bairro que já existia devido às condições de baixa renda (SANTOS, 1997, p. 14)

“Segundo relato de moradores, bastava dizer que morava no Matadouro para ser rejeitado na aspiração ao trabalho ou a outros serviços. Ainda hoje permanece o conceito de que todos os que moram no Bairro Matadouro são traficantes, malandros ou ladrões, quando trata-se de uma favela historicamente formada por excluídos e que a cidade pouco ou nada tem feito para resolver concretamente seus problemas. Problemas estes que vêm se agravando.”

(SANTOS, 1997, p. 14)

O bairro Nossa Senhora das Graças nasceu marginalizado e assim permanece até hoje. Em conversa com moradores do bairro foi relatada a impossibilidade de subir e descer o morro em dias de chuva, dificultando as idas para o trabalho, escola e demais atividades cotidianas. As habitações são precárias e muitas delas não podem receber reformas, apenas manutenções de forma controlada, por serem áreas de invasão ou/ e estarem em áreas de risco.

De acordo com o mapeamento da Defesa Civil de Itajaí são 43 habitações de risco muito alto, 143 de risco alto e 73 em risco médio. São realizadas algumas obras municipais no bairro mas as condições permanecem precárias, segundo o relato do Diário do Litoral (2012):



“Água encanada até tem, mas poucos barracos possuem banheiro. Tomar banho para a maioria das pessoas só de mangueira, bacia ou na casa de um vizinho. A luz chega apenas com ligações clandestinas, os populares rabichos, e o risco de curto-circuito e incêndio é sempre grande. As condições de higiene também são péssimas e as pessoas estão extremamente expostas a doenças.”

A proteção social básica é realizada através do CRAS Nossa Senhora das Graças, localizado no centro da cidade, e que até o ano de 2014 já possuía cerca de 600 famílias cadastradas. O centro de referência atende aos bairros da Praia Brava, Fazenda, Nossa Senhora das Graças, São Judas, Dom Bosco, e Centro. Dentre os bairros atendidos os únicos que se enquadram em regiões de renda até ½ salários mínimos - diretriz de instalação da política do CRAS - são os bairros Nossa Senhora das Graças e parte dos bairros Fazenda e Praia Brava. Além das questões relativas à proteção social básica, o CRAS já foi espaço para a realização de atividades que não pertencem a esta política, como aulas de português para pessoas de idade avançada, que se sentem constrangidas de frequentarem aulas de alfabetização regulares (Município de Itajaí, 2014).

Segundo o censo de 2010 (IBGE) as faixas etárias predominantes compreendem a população de até 24 anos, vindo ao encontro da faixa etária de maior relevância dos imigrantes na cidade de Itajaí.

O Terreno

A escolha do terreno se deu através da análise de oito lotes do bairro, em que foram analisados seus potenciais construtivos, visibilidade do terreno na cidade, acessos, risco de enchente, proximidade com a comunidade e proprietários.

Terrenos de Estudo



Fonte: Elaborado pelo autor.

1

2

3

4

5

6

7

8

Análise dos terrenos de estudo. Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre os oito terrenos analisados, dois obtiveram destaque: os terrenos de número 3 e 4 e serão explicados mais aprofundadamente.

Terreno 3

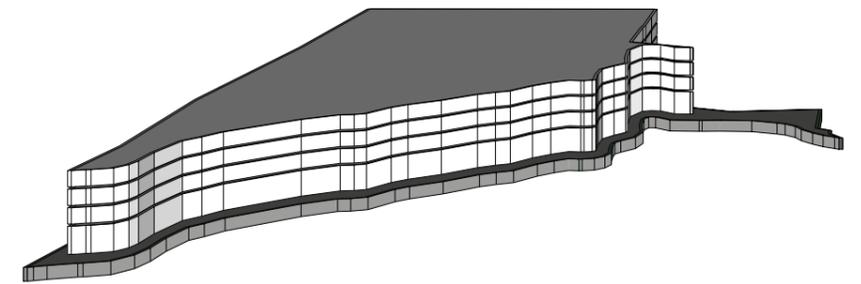
O terreno número 3 está localizado atrás do campo de futebol do bairro Nossa Senhora das Graças e é acessado por uma via utilizada predominantemente pela comunidade. Este terreno possui uma área de 8695,2 m², e sua via de acesso possui largura de 7,5 m.



Fonte: Elaborado pelo autor.

- _Com uma via de 7,5 m é permitida a construção de 4 pavimentos
- _A altura máxima do embasamento pela lei de zoneamento (sendo considerado embasamento os 4 primeiros pavimentos) é de 12,8 metros
- _Recuo do embasamento é de 3,0 metros
- _Coeficiente de aproveitamento é de 3,5
- Área do terreno = 8695,2 m²
- 8695,2 m² x 3,5 (coef. de aproveitamento) = 30.433,2 m²
- 30.433,2 m² / 4 pav = 7.608,3 m²
- Sendo assim, pode ocorrer a construção de 7608,3 m² por pavimento

Simulação do potencial construtivo



- Para a decisão do terreno também foram levados em conta os seguintes aspectos:
- _O terreno é utilizado pela comunidade nos dias de jogo, nestes eventos possui muita movimentação e funciona como estacionamento;
 - _É de propriedade do município;
 - _Seus acessos sofreram com as enchentes, mas devido a cota elevada o terreno não foi afetado.
- Apesar dos aspectos positivos o terreno não foi escolhido para o projeto por dois motivos:
- _Seu acesso é utilizado hoje somente pela comunidade, o que prejudicaria a visibilidade em escala de cidade, proposta nas diretrizes de projeto.
 - _Em conversa na Secretaria de Habitação da Prefeitura Municipal foi relatado que este terreno será utilizado caso o projeto do Loteamento Nossa Senhora das Graças seja realizado.

Terreno 5

O terreno escolhido foi o de número 5, e será explicado em mais detalhes.

O terreno fica localizado na Avenida Abraão João Francisco, primeiro acesso da cidade e que conecta a BR 101 ao centro.

Devido as conexões realizadas através da avenida e os equipamentos relevantes instalados no entorno, a avenida é acessada por diferentes públicos e modais, possuindo posição estratégica de visibilidade na cidade, em contraponto ao terreno de número 5.

Este terreno possui uma área de 999,8 m² e via de acesso maior que 15 metros.



Fonte: Elaborado pelo autor.

_ Com uma via maior que 15 m a altura máxima é de 7x a largura da via. Via = 39,3m
 $7 \times 39,3 = 275,1$ metros, limitados a 105 m devido a Lei de zoneamento do município.

_ A altura máxima do embasamento pela lei de zoneamento (sendo considerado embasamento os 4 primeiros pavimentos) é de 12,8 metros

_ Recuo do embasamento é de 3,0 metros, recuo frontal da torre é de 10 metros e recuo lateral da torre é de 5,5 m.

_ Coeficiente de aproveitamento é de 3,5

Área do terreno = 999,8 m²

$999,8 \text{ m}^2 \times 3,5 = 3.499,3 \text{ m}^2$

_ Taxa de ocupação do embasamento = 80%

80 % de 999,84 = 799,84 m²

_ Taxa de ocupação da Torre = 60%

60% de 999,84 = 599,8 m²

Caso fosse utilizado todo o potencial construtivo do embasamento seriam realizados quatro pavimentos de 799,6 m² e um de 300,9 m².

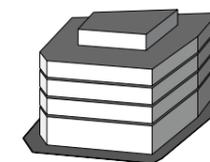
$3499,3 - (4 * 799,6) = 300,9 \text{ m}^2$

1 pav de 300,9 m²

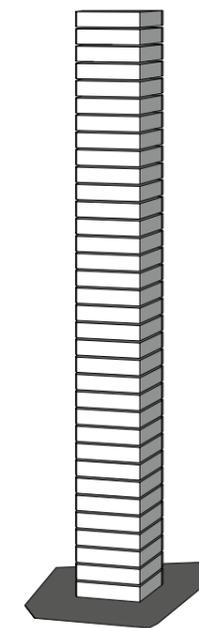
Com todos os pavimentos com mesma metragem quadrada, sem utilizar todo potencial construtivo do embasamento

$3.499,3 \text{ m}^2 / 34 \text{ pav} = 102,9 \text{ m}^2$

Simulação do potencial construtivo



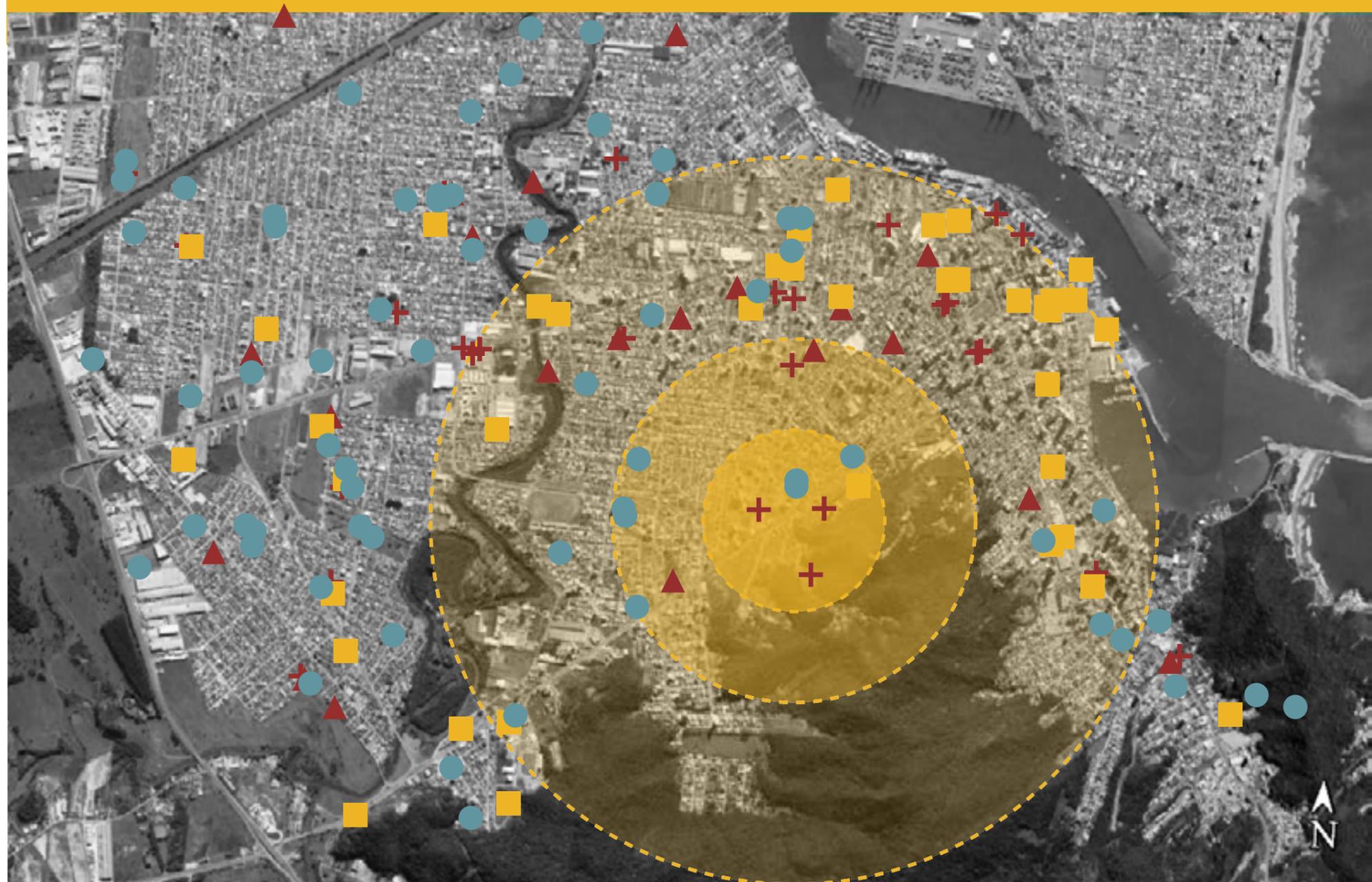
Simulação do potencial construtivo



O terreno está localizado em avenida estratégica e central na cidade, visível a diferentes públicos, próximo a equipamentos de relevância, reforçando a ideia de rede do projeto. No mapa a seguir, foram traçados equipamentos públicos próximos ao terreno, levando em conta raios caminháveis numa velocidade de 5 km por hora.

Através do mapa é possível observar a localização privilegiada do terreno, em que em uma caminhada de 20 minutos são encontrados mais de 70 equipamentos de uso público.

Fonte: Elaborado pelo autor.



+ Equip. Saúde

● Equip. Educação

○ 20 minutos de caminhada

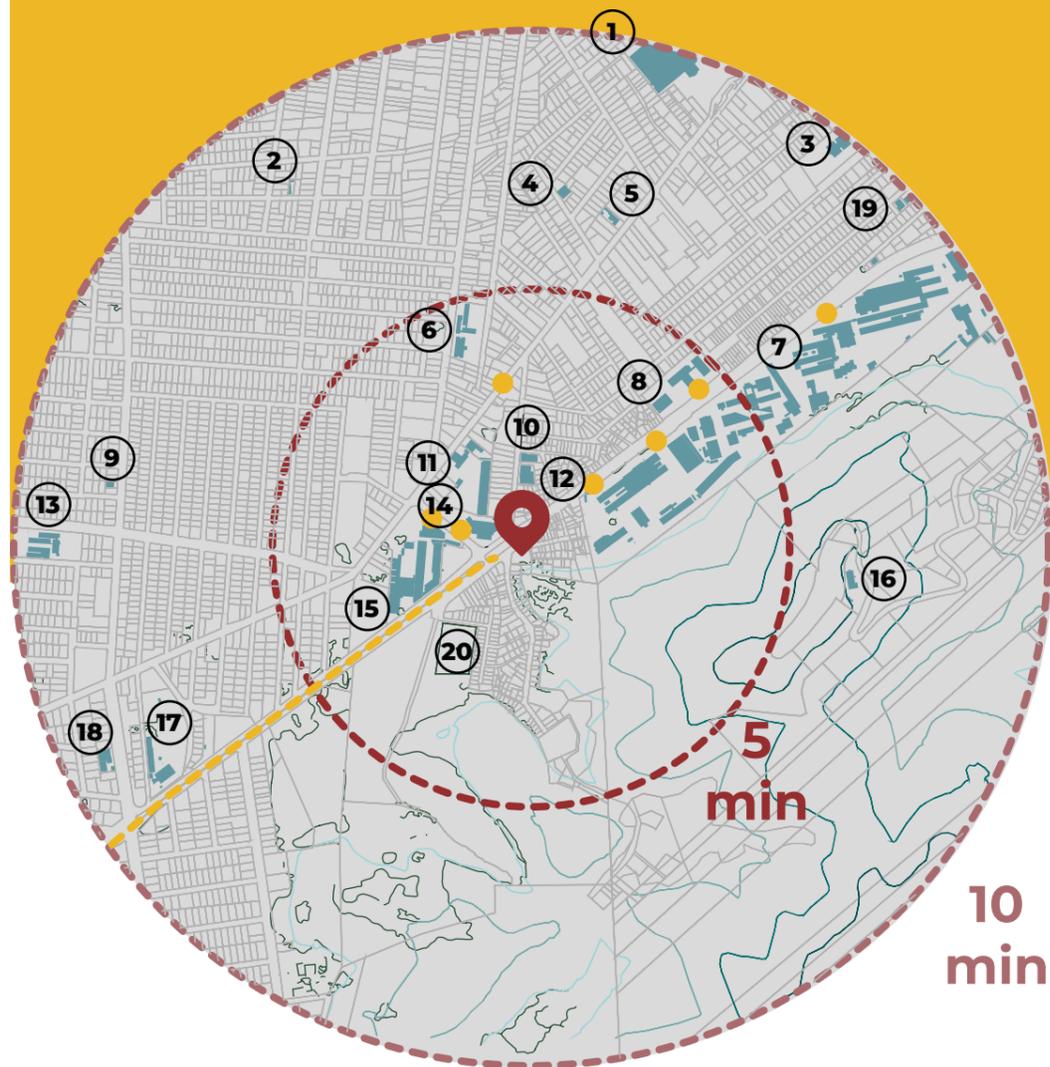
○ 10 minutos de caminhada

○ 5 minutos de caminhada

■ Edifícios Públicos

▲ Equip. Assistência Social

No mapa a seguir, foram levantados equipamentos públicos e privados de relevância na cidade e sistema de mobilidade nas proximidades imediatas, considerando caminhadas de 10 e 5 minutos.



- | | | |
|--------------------------------|--|--|
| ● Pontos de Ônibus | --- Ciclovia | 📍 Terreno |
| 1 Supermercado Angeloni | 8 CEJA / E.E Pedro Paulo Philippi | 15 Parque Dom bosco / Unidade de Saúde |
| 2 C.E.I Ursinhos Carinhosos | 9 Igr. do Evang. Quadrangular | 16 Rede de Comunicação RIC |
| 3 Fórum da Comarca Itajaí | 10 C.E.I N. Sra. das Graças | 17 Lar Fabiano de Cristo |
| 4 Polícia Civil | 11 Posto Presidente | 18 Fórum Trabalhista |
| 5 SEBRAE | 12 Grupo Escolar Carlos de Paula Seára | 19 Se.c. Est. de Desenvolvimento |
| 6 E.B Francisco de Paula Seara | 13 C.E.I Adélia Russi Silva | 20 Campo de Futebol N. Sra. das Graças |
| 7 UNIVALI | 14 Paróquia São João Bosco | |
- Fonte: Elaborado pelo autor.

O terreno possui um aparato de serviços no seu entorno, com destaque ao sistema de mobilidade, já que o terreno é ponto de encontro entre dois eixos em que passam linhas de ônibus tanto municipais - que conectam bairros com concentração de imigrantes como Cidade Nova e Cordeiros - quanto intermunicipais através do serviço da "Praiana", que passa por toda a extensão da UNIVALI e conecta Itajaí com os municípios de Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Canto Grande, Tijucas, Camboriú e Meia Praia. A avenida Abrahão João Francisco também é provida de ciclovia. É importante ressaltar que esta ciclovia possui conexão com o bairro Cidade Nova, bairro com grande concentração de imigrantes.

No passado, no lugar da avenida onde o terreno está localizado, existia o trilho do trem, que conectava Itajaí à Blumenau, isso fez com que este eixo fosse mais elevado, tornando-se rota de fuga para muitos bairros nos episódios de enchente. O terreno encontra-se acima da cota da Avenida, e em nenhum dos casos de enchente documentados foi afetado pelas águas.

Na década de 50 foi inaugurada no terreno, doado pelo prefeito Sr. Paulo Bauer, a Capela Nossa Senhora das Graças (SANTOS, 1997, p. 12)



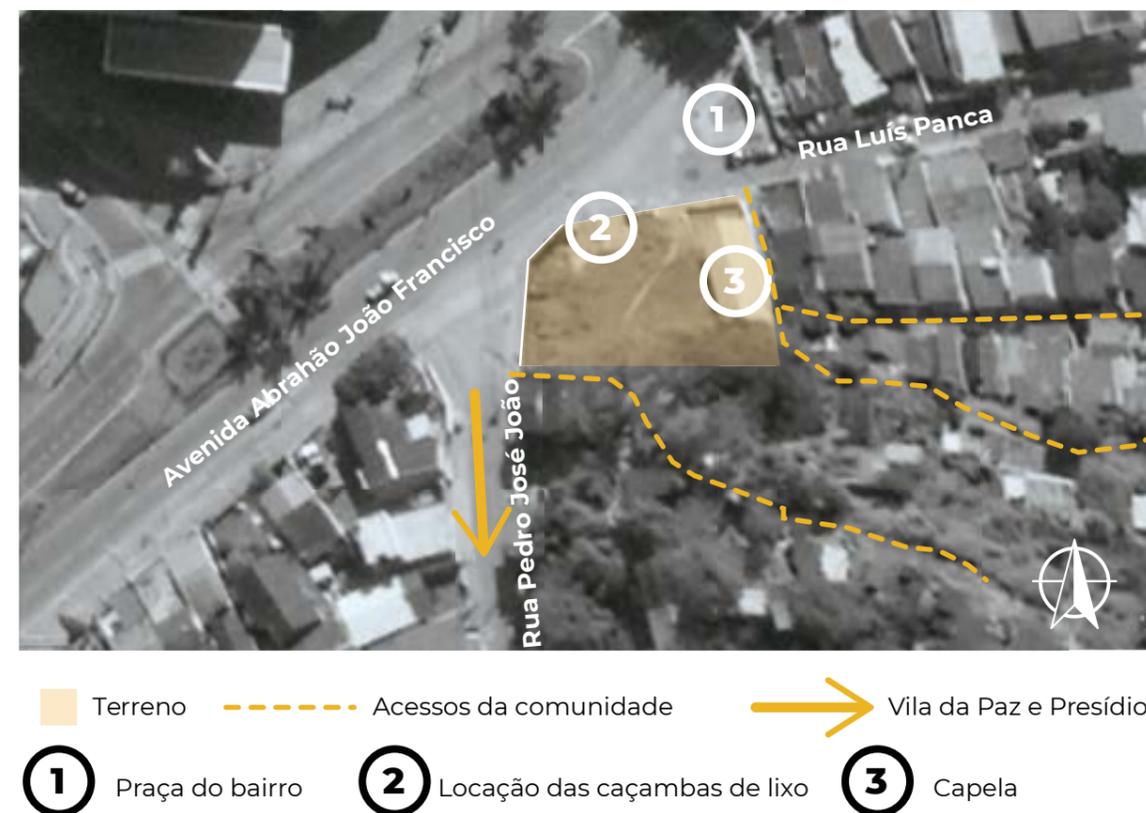
Capela Nossa Senhora das Graças. Autor Desconhecido. Acervo Parque Dom Bosco.

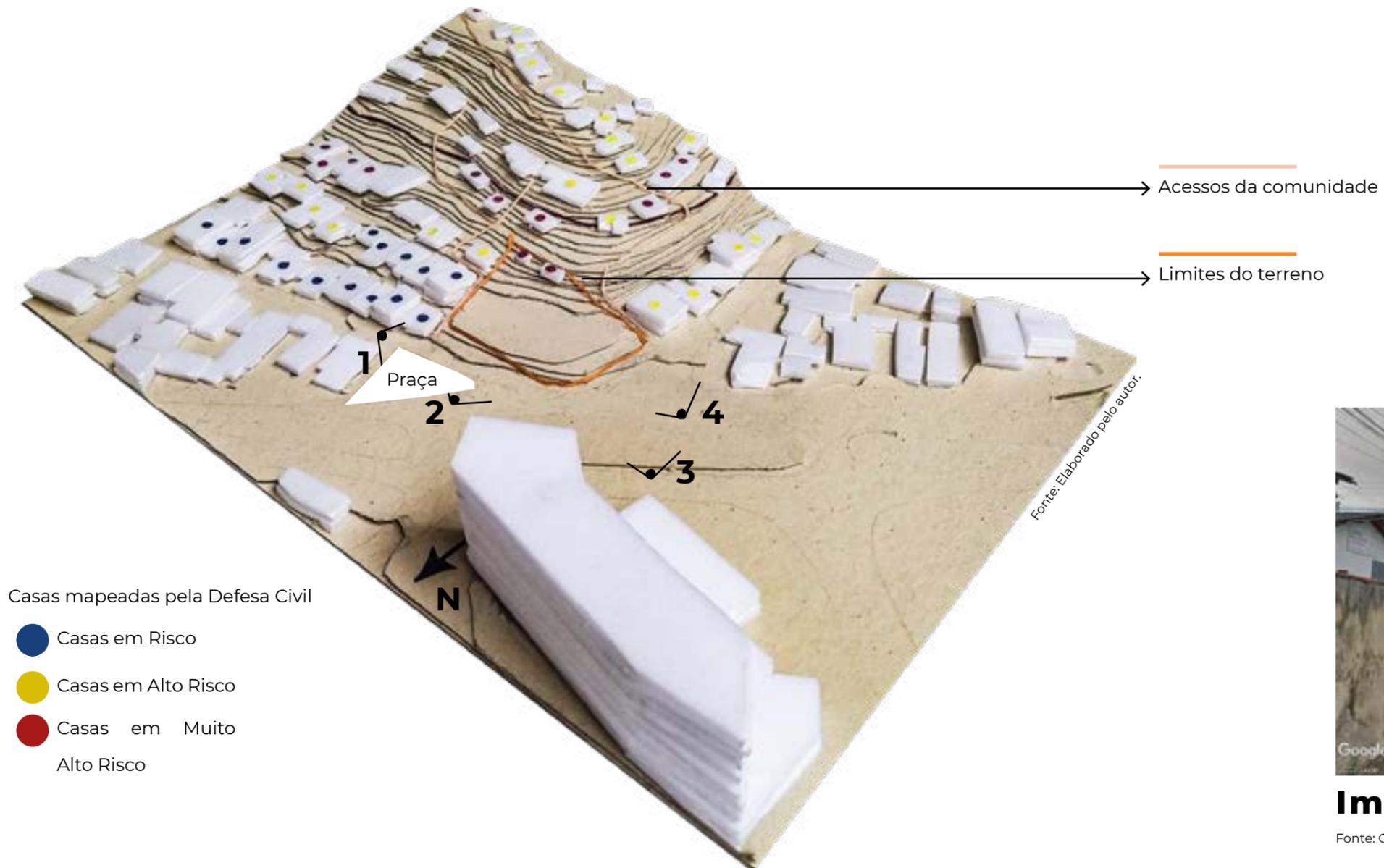
Hoje o terreno é de propriedade da Mitra Metropolitana de Florianópolis, pessoa jurídica da Arquidiocese de Florianópolis, a mesma Arquidiocese que firmou convênio através da Ação Social Arquidiocesana (ASA) de Florianópolis com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina, para criação do CRAI-SC. Acredita-se que o programa sugerido seja de interesse do atual proprietário, devido ao seu trabalho pioneiro no estado realizado na cidade de Florianópolis.

Atualmente no terreno existe uma edificação de pequeno porte, onde eram realizadas atividades da Igreja católica com a comunidade, mas devido a falta de manutenção hoje o local não é mais utilizado. Também existe uma habitação em condições de risco, mapeada pela defesa civil e propõe-se sua desapropriação.

O local faz parte do cotidiano da comunidade, que acessa o morro através das escadarias presentes no entorno do terreno, sinalizados na imagem a seguir. Também encontra-se na esquina da rua que leva ao interior da comunidade, denominada Vila da Paz. O terreno vem sendo escavado a cada dia, e nesses recortes foram colocadas caçambas para depósito de lixo. Nas proximidades encontra-se a praça da comunidade, que será contemplada com os recursos do fonplata.

Fonte: Elaborado pelo autor.





Casas mapeadas pela Defesa Civil

- Casas em Risco
- Casas em Alto Risco
- Casas em Muito Alto Risco



Imagem 1

Fonte: Google Earth. Acesso em: 11 de dezembro de 2019



Imagem 2

Fonte: Google Earth. Acesso em: 11 de dezembro de 2019



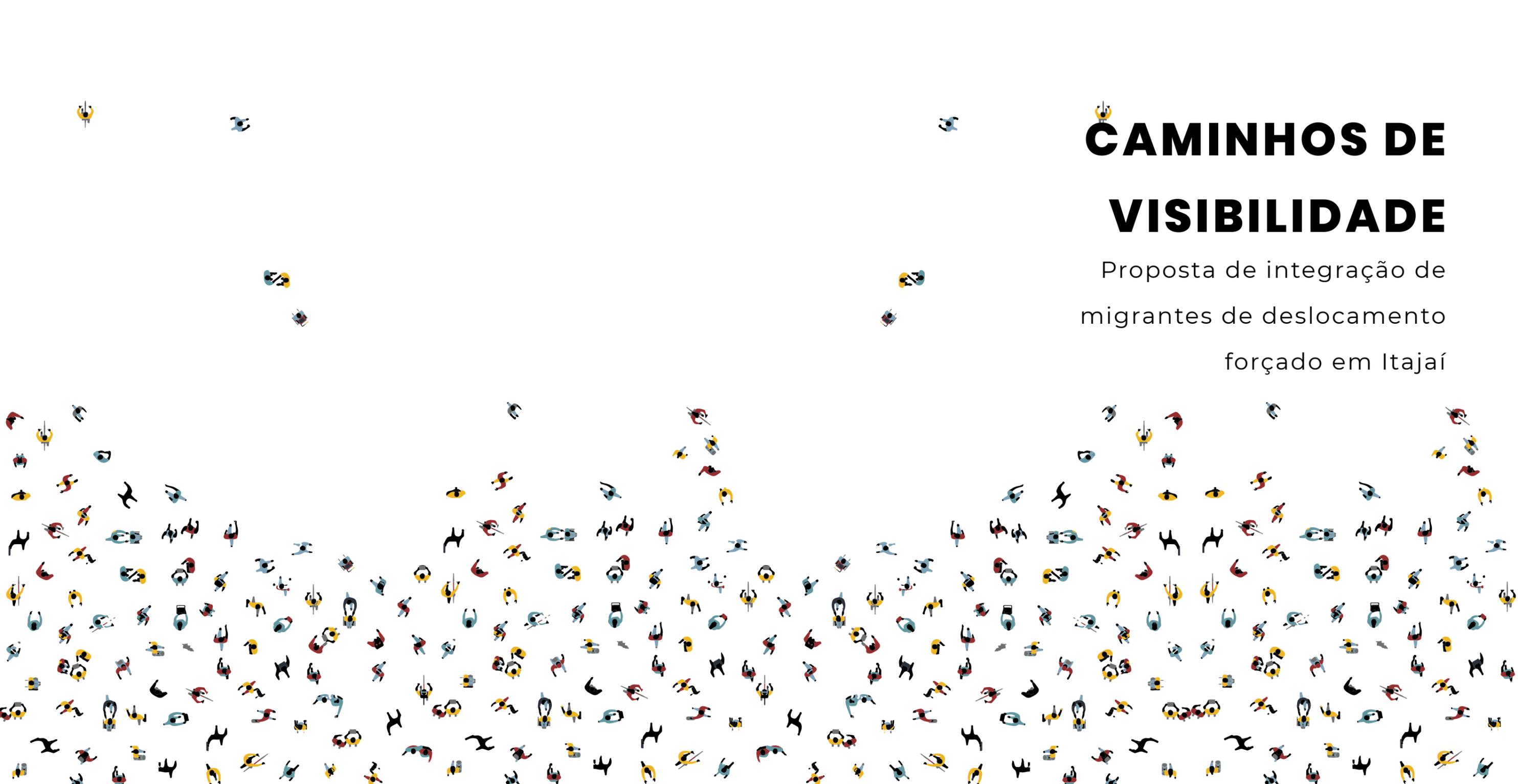
Imagem 3

Fonte: Google Earth. Acesso em: 11 de dezembro de 2019



Imagem 4

Fonte: Google Earth. Acesso em: 11 de dezembro de 2019



CAMINHOS DE VISIBILIDADE

Proposta de integração de
migrantes de deslocamento
forçado em Itajaí

Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho de Conclusão de Curso
Acadêmica: Larissa Kock Adriano
Orientador: Prof. Me. Fábio Ferreira Lins Mosaner
Coorientador: Prof. Me. Eduardo Westphal
Florianópolis, 2020

PARTE 2

Programa

Este caderno é uma continuação da parte 1, e abordará o projeto arquitetônico e suas justificativas. Recomenda-se que seja feita a leitura da primeira parte do caderno para compreensão da pesquisa e das decisões projetuais embasadas na mesma.

Além de realizar a junção de programas do CRAS com o CRAI-SC, propõe-se a criação de um espaço que abrigue o serviço de acolhimento institucional. Este serviço contempla um abrigo temporário para a chegada dos migrantes, aspecto demandado pelo Centro de Referência no Atendimento ao Imigrante de Santa Catarina (CRAI-SC).

Foi pensado que o espaço possa ser utilizado também como abrigo de emergência em situações de enchente, já que possuirá infraestrutura de acolhimento temporário e por entender que este desastre natural tão presente na história da cidade também é motivo para o deslocamento interno de muitos moradores. Acredita-se que unir este equipamento ao programa pode auxiliar no desenvolvimento da empatia entre públicos.

O espaço será dimensionado para um público de até 50 pessoas em períodos não emergenciais, baseado nas diretrizes propostas para o Serviço de Acolhimento Institucional do SUAS e na demanda atendida pela casa de Passagem Terra Nova abordada na parte 1 do caderno.

Em relação aos períodos de enchente, hoje a cidade é dividida em 10 áreas de Defesa Civil e a população desabrigada possui uma lista de opções de abrigo que podem ser utilizados, desde que seja na mesma zona administrativa de residência. O bairro Nossa Senhora das Graças encontra-se na zona 10 (DEFESA CIVIL, 2019), junto aos bairros Praia Brava, Fazenda e Cabeçadas.

Hoje os abrigos listados na zona possuem uma capacidade de 1200 pessoas, com uma estimativa de 1048 desabrigados. Como a capacidade de suporte é suprida pela zona, o abrigo foi dimensionado para abrigar parte das famílias que se encontram em risco muito alto no bairro, mapeadas pela defesa civil. O bairro possui uma média de 3,7 habitantes por moradia (IBGE, 2010) e conta com 43 famílias em risco muito alto, um total de 159 pessoas que poderiam utilizar o abrigo, que se encontra próximo às edificações.

O abrigo foi pensado de maneira que possa se adaptar a catástrofe e atender de maneira qualificada estes indivíduos. O período de acolhimento para ambos os casos varia de acordo com a especificidade de cada migrante.

Para o abrigo temporário serão contemplados os seguintes espaços, dimensionados para abrigar 50 pessoas em período não emergencial:

- _Recepção;
- _Quartos;
- _Cozinha;
- _Banheiro;
- _Depósito e
- _Lavanderia.

No Centro de Referência serão previstos os seguintes ambientes:

- _Recepção;
- _Administração;
- _Refeitório e cozinha;
- _5 Salas de atendimento (Proteção, Integração, Psicologia e salas CRAS, capacidade para até 10 pessoas);
- _2 Salas de uso coletivo (utilizadas para os serviços do CRAS, 3 níveis de aulas de línguas; cinema; palestras; encontros de formação e oficinas)
- _Acesso à internet;
- _Coworking;
- _Espaço para feira e convivência;
- _Acesso qualificado à comunidade (“Eixo Rua”, explicado posteriormente);
- _Sala de Layout flexível, que possibilita :
 - Organização de eventos;
 - Palestras;
 - Bazar;
 - Dança e
 - Música.

Utilização da Rede:

- _Oficinas não contempladas no projeto - UNIVALI, SENAI, SEBRAE, IFSC e Parque Dom Bosco.
- _Atendimento psicossocial - UNIVALI, postos de saúde e CAPS.
- _Aulas de línguas - UNIVALI e CEJA.
- _Capacitação e qualificação profissional - IFSC, SENAI, SEBRAE, UNIVALI e Parque Dom Bosco.

Os espaços foram separados de acordo com a facilidade de acesso e divididos em:

- _ Aberto, para os espaços de acesso público sem cadastramento prévio;
- _ Cadastrado, para espaços abertos ao público mas que necessitam de cadastramento prévio para serem utilizados e
- _ Íntimo, espaços restritos para públicos específicos.

Aberto

_ Recepção;
_ Refeitório;
_ Eixo Rua;
_ Espaço para feira e convivência;
_ Acesso à comunidade e
_ Coworking.

Cadastrado

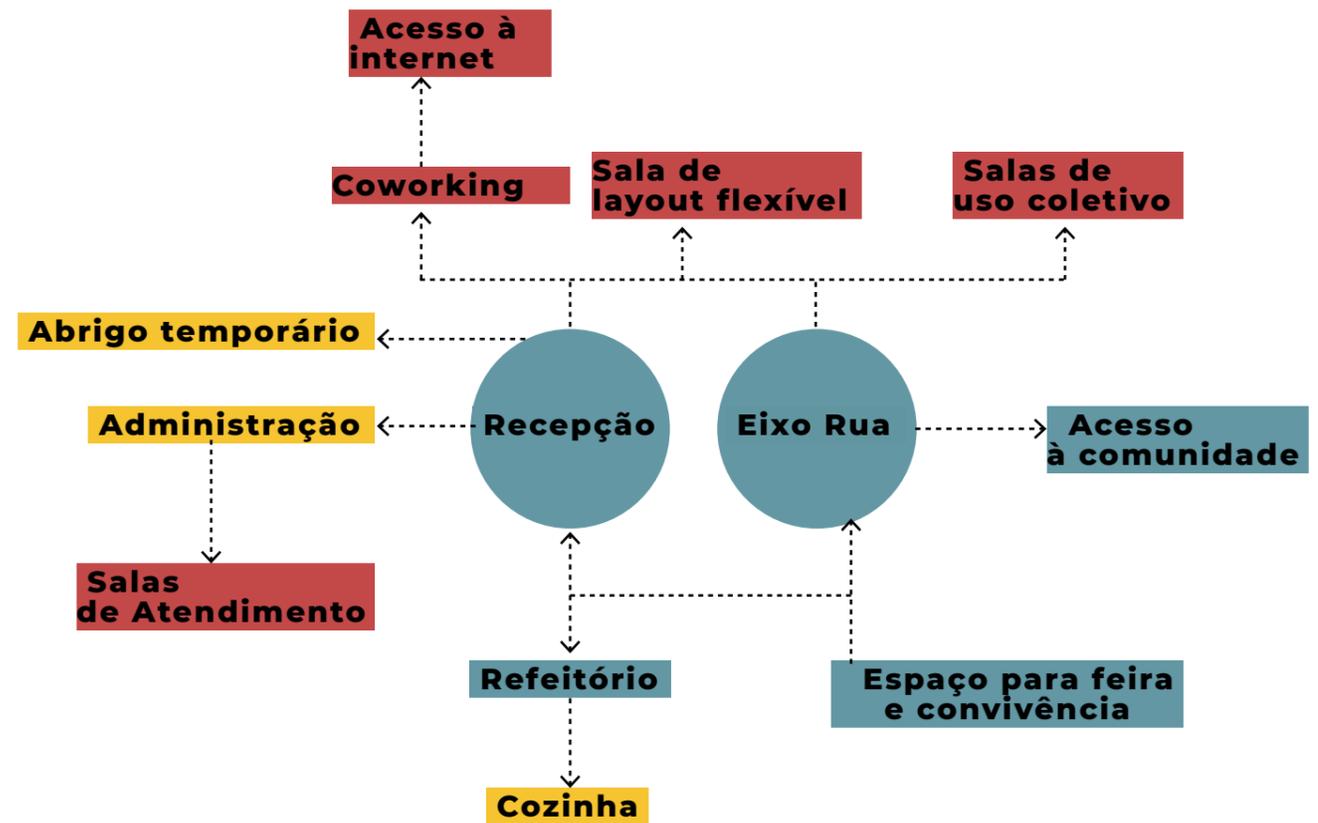
_ Salas de atendimento;
_ Salas de uso coletivo;
_ Acesso à internet e
_ Sala de layout flexível.

Íntimo

_ Cozinha;
_ Administração e
_ Abrigo temporário:
Quartos;
Cozinha;
Banheiro;
Depósito e
Lavanderia.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Esquema de fluxos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Palavras-chave

Para facilitar acessos, integrar projeto com cidade e dar visibilidade ao migrante, seus desafios e cultura.



Visibilidade

Na busca de um espaço plural de diferentes expressões e conformações culturais.



Adaptabilidade

A fim de criar conexões com o território e com as pessoas.



Vínculo

Local que seja familiar, transmita a sensação de segurança e conforto.



Acolhimento

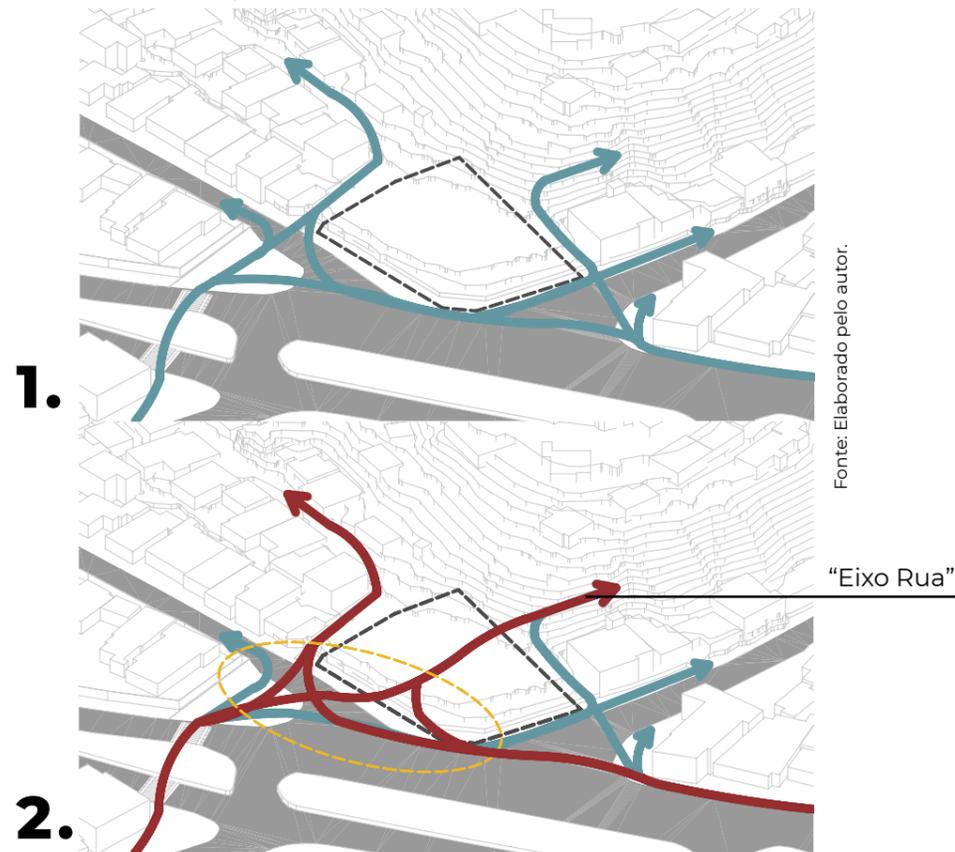
Fonte: Elaborado pelo autor.

Partido Arquitetônico

A partir da decisão dos espaços e de um dimensionamento prévio foi dado início ao processo de partido arquitetônico.

Foram analisados os fluxos existentes (em azul) de acesso a comunidade.

Nota-se que o terreno (tracejado preto) é uma barreira no acesso, já que as pessoas precisam contornar seus limites para acessar o morro.



Foi pensado em utilizar sua posição privilegiada e criar um "Eixo Rua" por dentro do terreno, que auxiliaria na subida da comunidade ao morro e serviu de diretriz de projeto ao criar diferentes entradas no edifício, fortalecendo os diferentes níveis de intimidade separados no programa.

Ao redirecionar a entrada novas conexões de fluxo ocorrem próximo a praça, destacados através da linha tracejada amarela.

Legenda

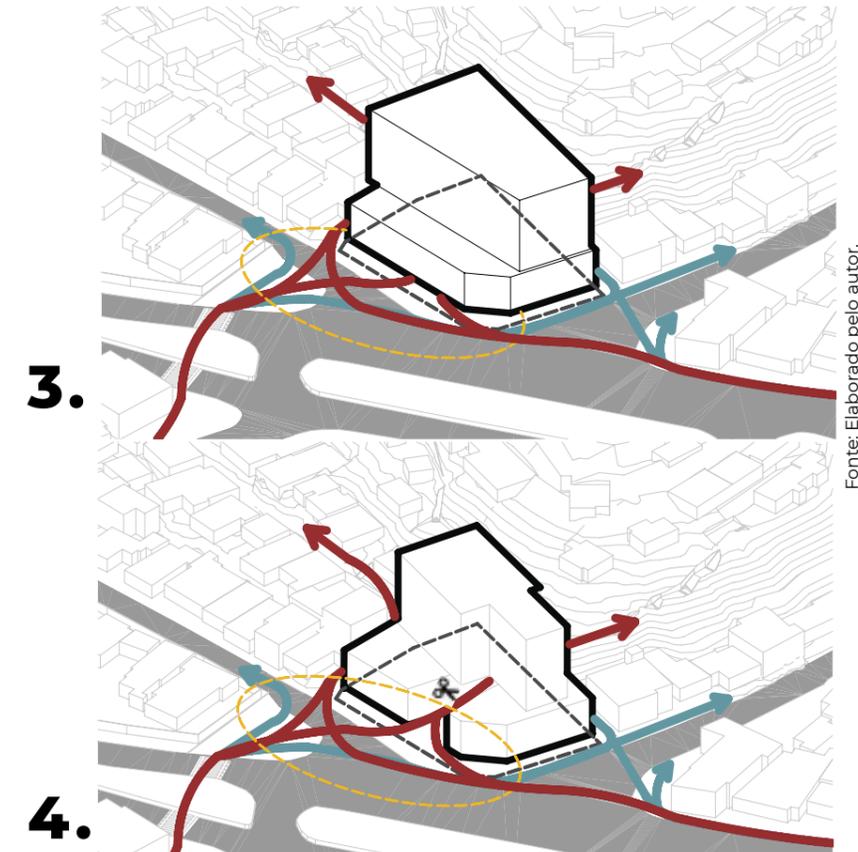
Fluxos atuais

Fluxos novos

Encontro de fluxos

Terreno

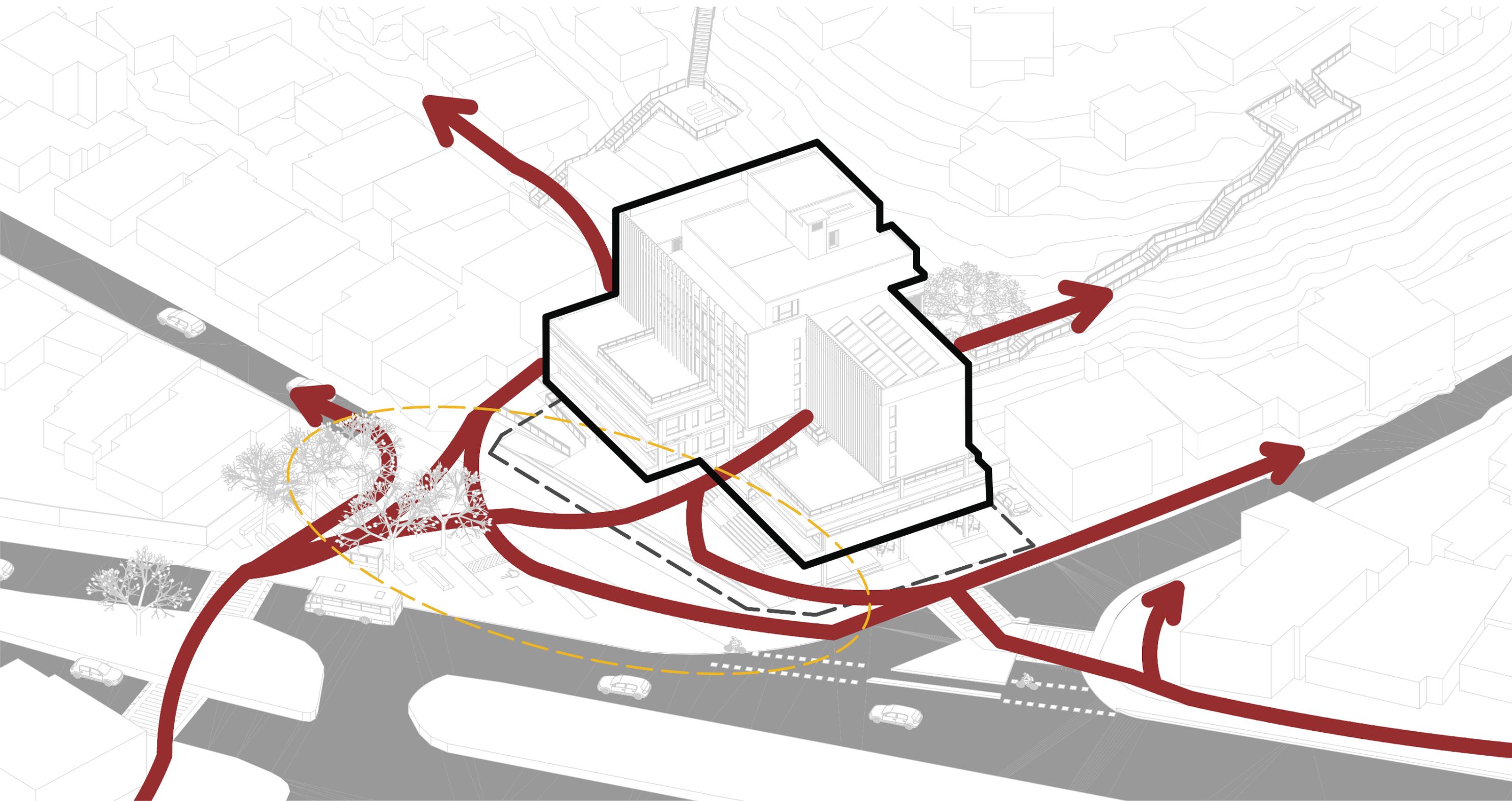
Inicialmente foram desenhados dois grandes blocos, respeitando os recuos do terreno, os volumes foram posicionados no nível do pedestre, de forma que a topografia fosse recriada através da própria edificação.



Neste volume foram propostos recortes na passagem do "Eixo Rua", com o bloco do embasamento cortado criando um cone visual da escada.

O recorte para a passagem do eixo possibilita a criação de uma arquitetura que permite a entrada da cidade, envolvendo o entorno e permitindo que ele ajude a conformar o espaço construído.

- 5.** Para fortalecer as novas conexões de fluxo propõe-se uma extensão da praça, ampliando o espaço público existente, seu desenho tem como diretriz os trajetos dos usuários.



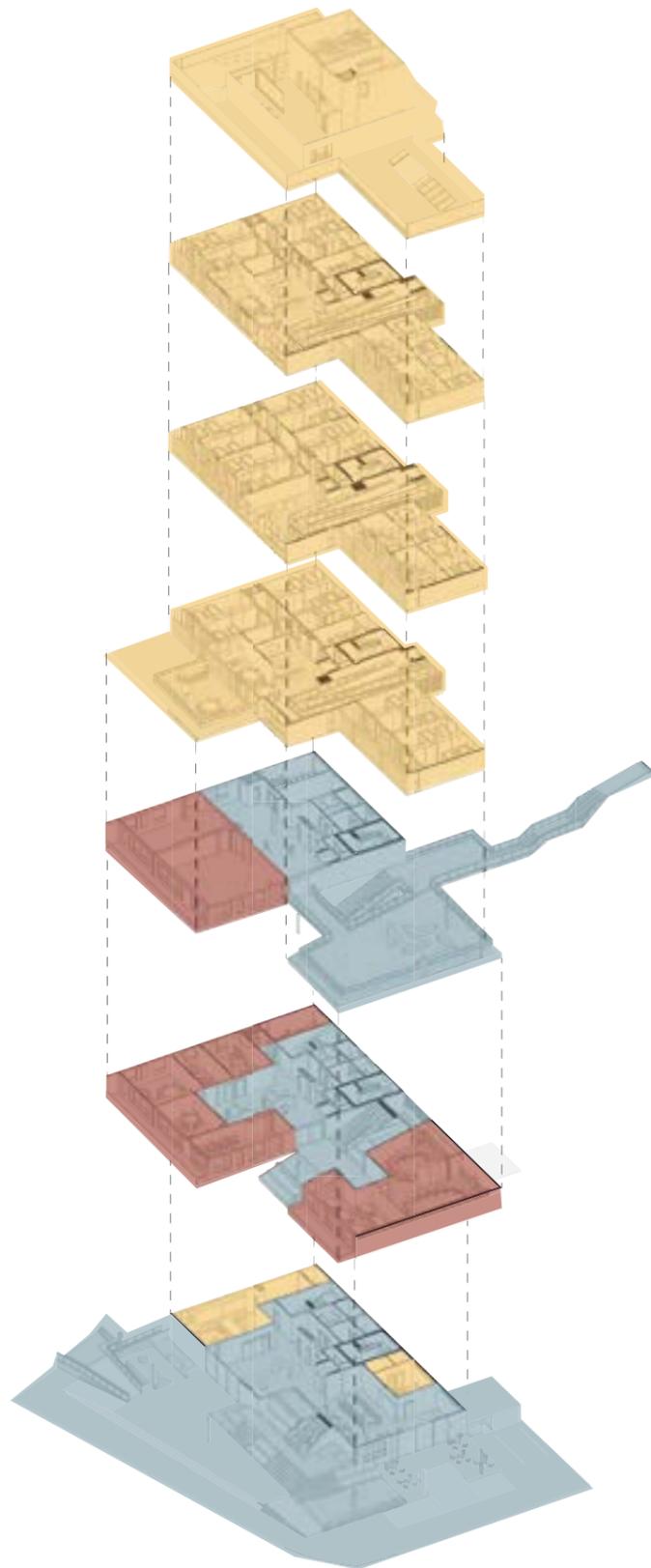
Projeto Arquitetônico

O programa foi dividido por andares, de acordo com os níveis de intimidade.

No volume inferior estão abrigadas as atividades do centro de referência com a divisão entre aberto ao público e serviços que precisam de cadastramento. No volume superior, de uso íntimo, encontra-se o abrigo temporário, acessado através de um elevador na recepção.

A criação de diferentes acessos permite que ambientes do projeto possam ser fechados de acordo com seu funcionamento, sem atrapalhar a abertura dos outros espaços, que podem ser utilizados pela comunidade de maneira mais livre. O que não impede que espaços de acesso cadastrado também sejam abertos para que a comunidade e os usuários possam utilizar mesmo fora dos horários habituais.

- Aberto
- Cadastrado
- Íntimo



1. Praça | 2. Refeitório | 3. Cozinha |
4. Câmara Fria | 5. Despensa Seca |
6. Recepção | 7. Administração e sala de técnicos |
8. Banheiros | 9. Apoio técnicos |
10. Acesso comunidade | 11. Lixo e gás |
12. Salas de uso coletivo | 13. Apoio Salas de uso coletivo |
14. Acesso à Internet | 15. Salas de Atendimento |
16. Coworking | 17. Área Técnica |
18. Praça elevada | 19. Sala de Layout Flexível |
20. Hall de espera | 21. Depósito |
22. Módulo de dormitório | 23. Terraço |
24. Cozinha | 25. Sala de estar |
26. Estar | 27. Jogos | 28. Varal |
29. Lavanderia | 30. Placas solares

- Acesso Abrigo →
- Acesso Centro de Referência →
- Acesso Comunidade →

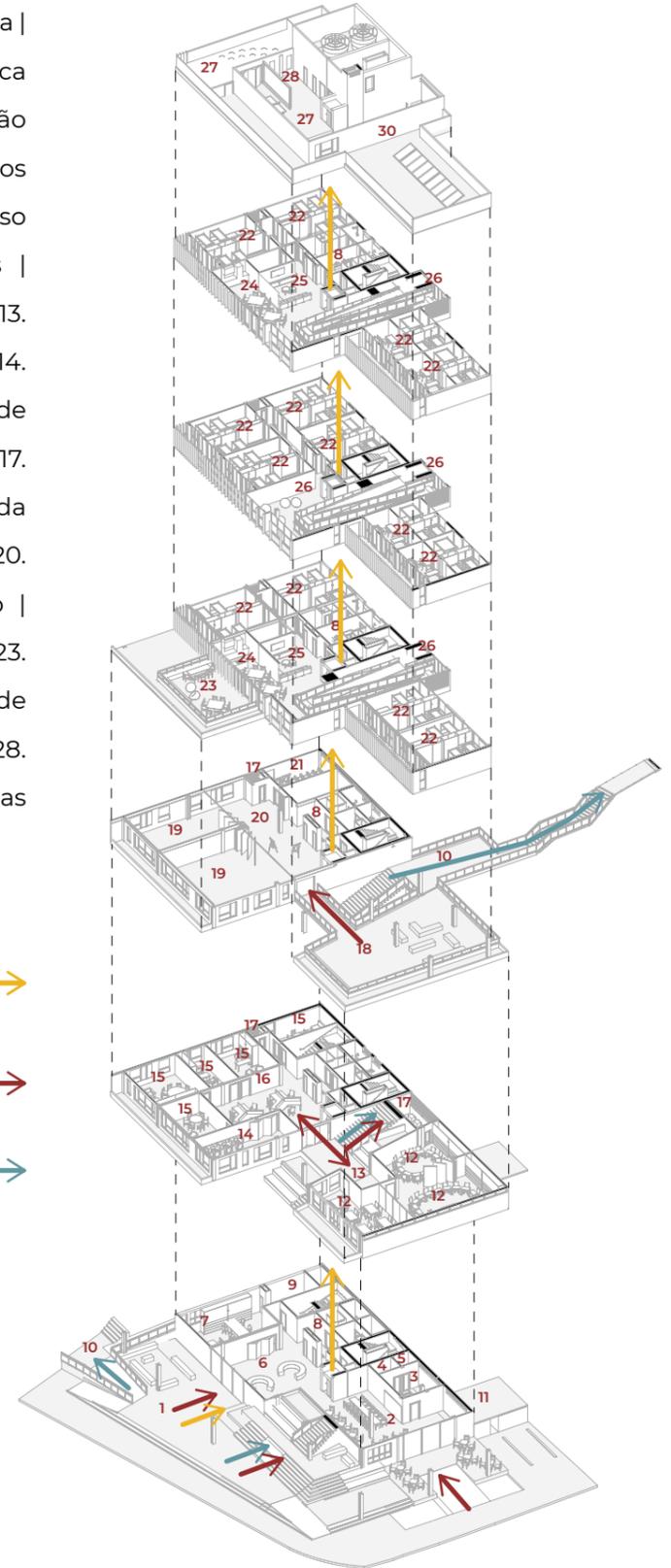




Imagem da Avenida Abraão João Francisco. Elaborado pelo autor.

Os volumes tiveram tratamentos diferentes de fachada.

O embasamento com vedações de alvenaria aparente e jardins possui uma forma mais robusta e segura o volume logo acima, tratado com cores claras e formas simples para dar a impressão de uma estrutura leve, que flutua sob o embasamento. Os brises verticais além de darem uniformidade a fachada, auxiliam a filtrar o sol no período da tarde, quando o sol à oeste pode afetar a fachada norte e causar desconforto devido ao calor excessivo. Os balanços na fachada norte também possuem função de sombreamento nos horários de calor intenso. No embasamento, estes balanços possuem canteiros, trazendo a paisagem para dentro do prédio.

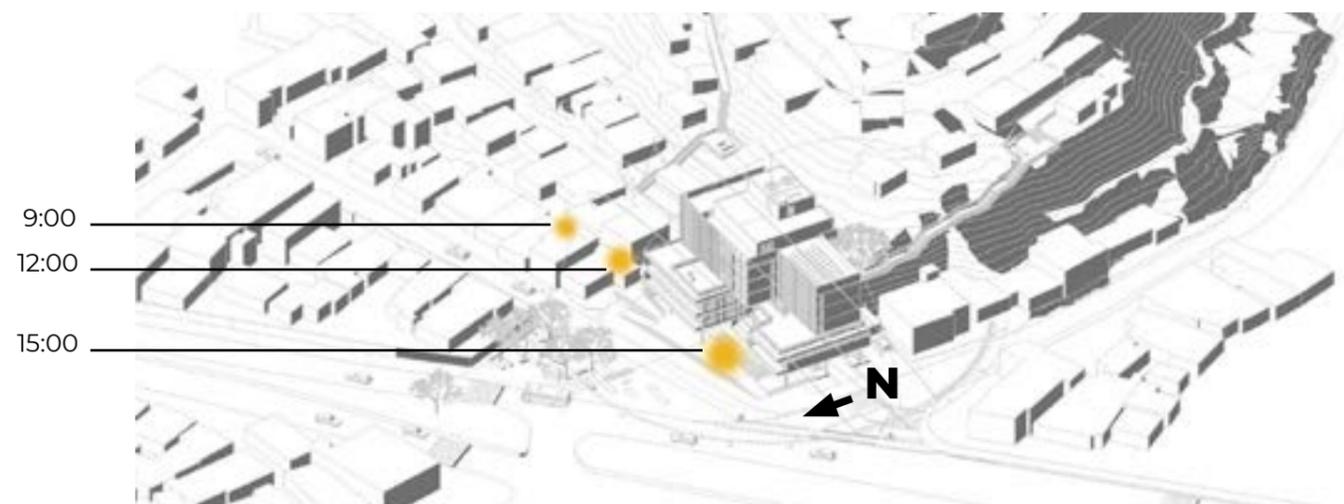
As vedações da fachada oeste foram projetadas com paredes duplas para um maior isolamento e suas aberturas são em menor quantidade que o restante da edificação. Na fachada sul, fachada sombreada, foram posicionados os banheiros e circulação.

Foi utilizada uma malha de 60x60 cm em todo o projeto. A estrutura é metálica, incluindo a escada de acesso ao morro, porque além de permitir vãos mais livres, também é uma estrutura que gera menos resíduos no canteiro, necessita de menor espaço na montagem e pode se tornar 15% mais barata em comparação ao concreto armado (REBELLO, 2007, p. 23). Nos encontros com o morro foram pensados em muros de contenção e a caixa de escadas em concreto armado, servindo de contraventamento para a estrutura metálica no restante do edifício. As rampas são estruturadas por tirantes metálicos.

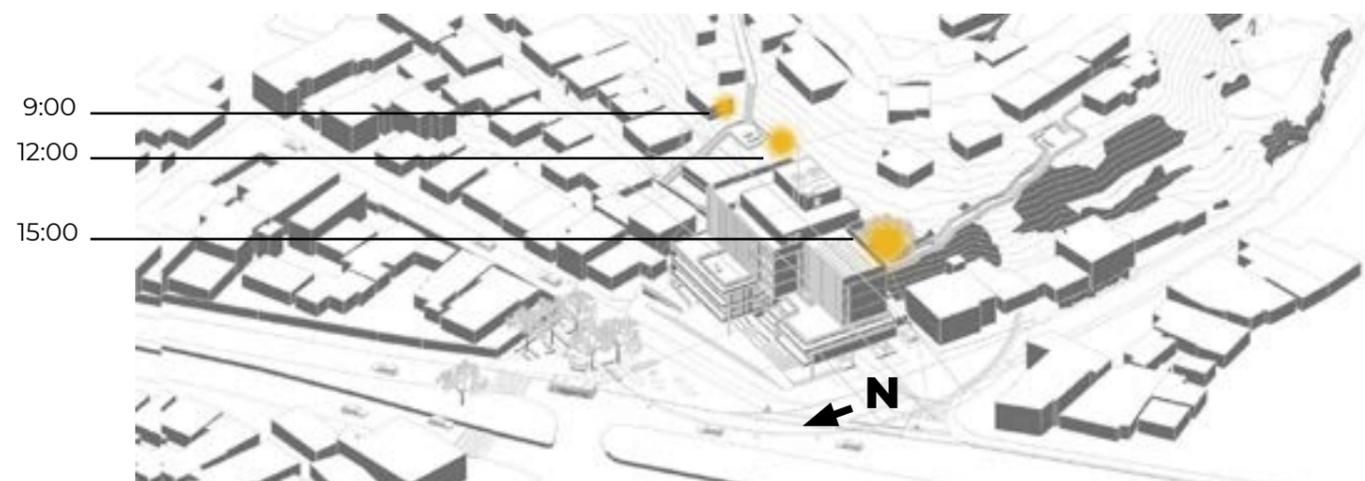
As lajes foram pensadas em lajes painel, um material de fácil montagem e que necessita de pouco acabamento.

As vedações em alvenaria pintada, floreiras de concreto e alvenaria aparente são soluções presentes no cotidiano, utilizadas no entorno e trazem diferentes texturas e tons, com a intenção de passar a sensação de pertencimento, de algo conhecido em que se pode tocar e apropriar.

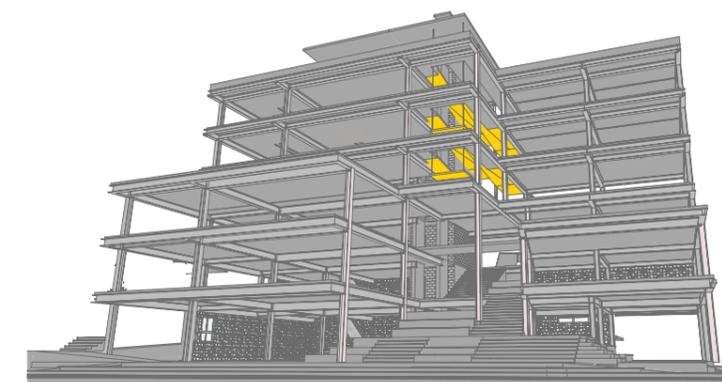
As esquadrias seguem dois tamanhos de acordo com a modulação da edificação, 60 cm e 120 cm, algumas com abertura e outras em vidro fixo. Portas amarelas sinalizam as entradas do centro de referência facilitando a localização do usuário.



Solstício de Inverno



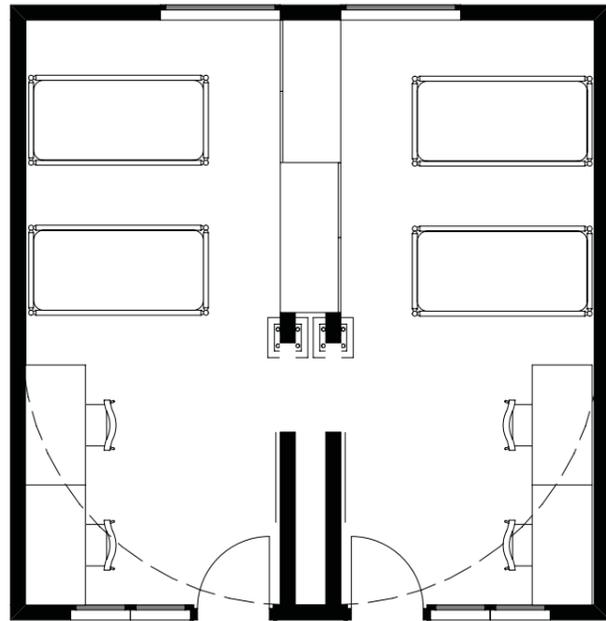
Solstício de Verão



Esquema estrutural

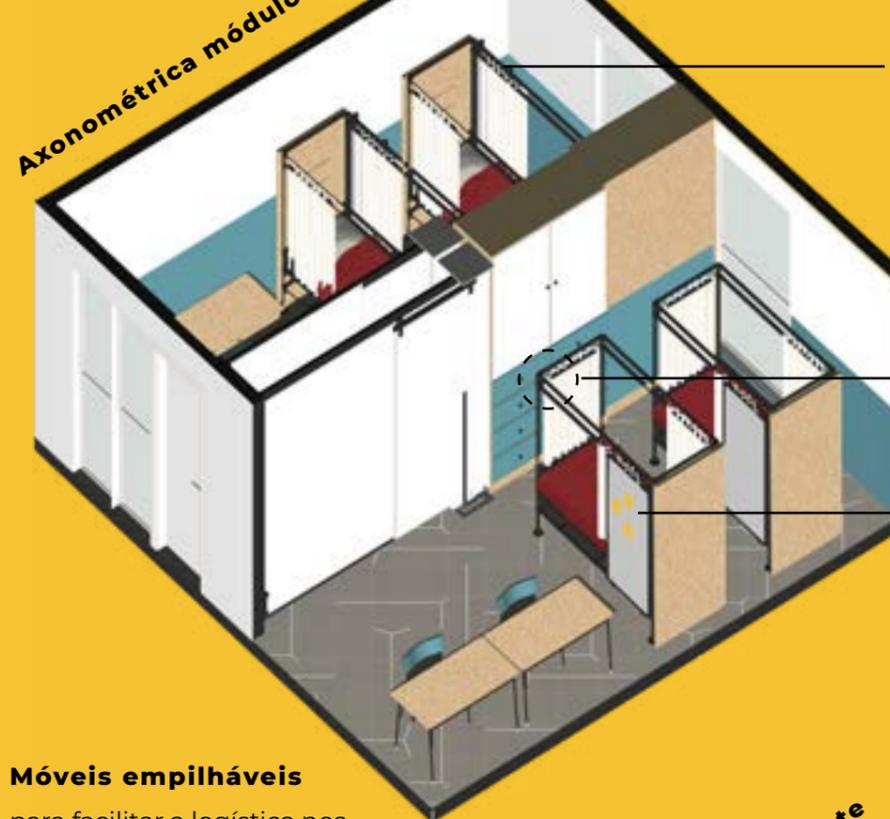
O desenho dos espaços foi iniciado a partir do pavimento de abrigo temporário, onde cozinha, estar e banheiros foram projetados para um uso coletivo, de forma que se tornem espaços de encontro e troca de experiências. Os quartos foram divididos para até três pessoas, a fim de criar ambientes mais íntimos.

O módulo de dormitório foi projetado com as dimensões de 6m x 6m, com uma malha de 60 cm, malha que guiou as decisões do restante do projeto. Este módulo possui duas camas de estrutura leve, duas mesas, dois armários e duas portas pivotantes centrais com portas de correr na sua extensão.



Planta módulo abrigo | Escala 1:100

Axonométrica módulo dormitório



Cortinas para maior privacidade

Detalhe cama



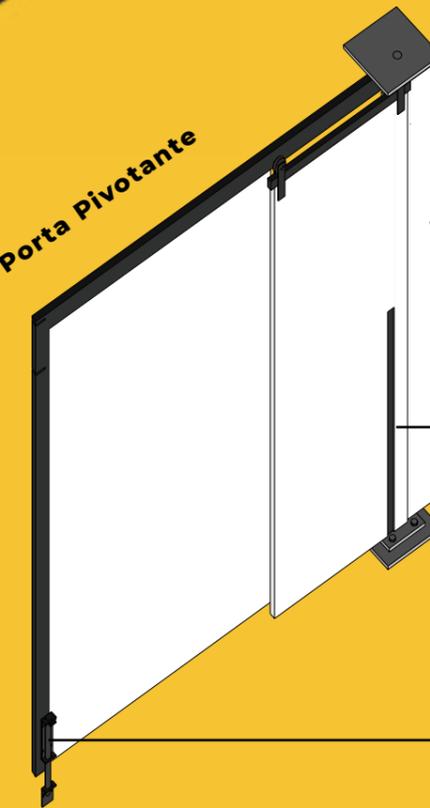
Camas de estrutura leve com parte superior desmontável

Painel personalizável

Móveis empilháveis
para facilitar a logística nos depósitos.



Porta Pivotante



Eixo de rotação preso no piso e teto através de peças metálicas

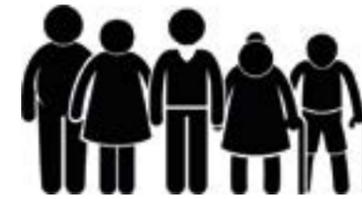
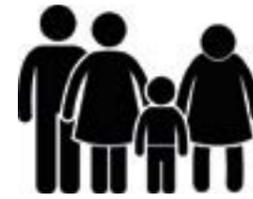
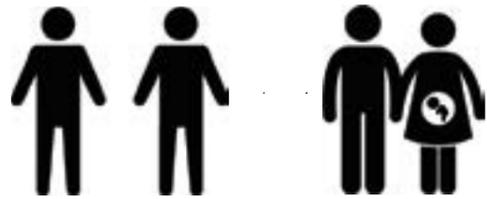
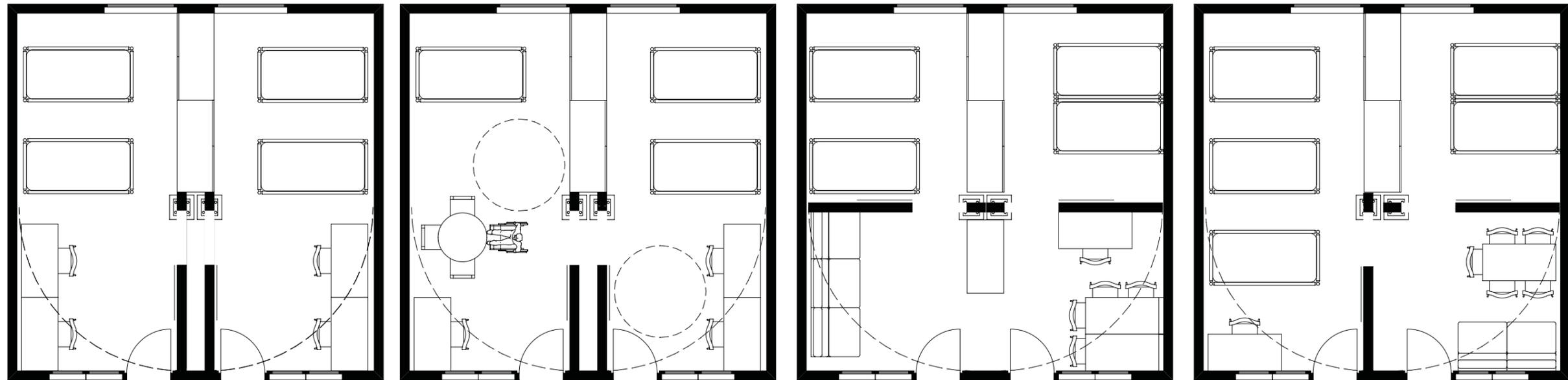
Preenchimento da lateral com material denso com função de contrapeso

Portas de correr com trilho superior

Trava

As portas pivotantes podem ser giradas e conformar novos espaços, que podem abrigar diferentes tipos de família, um meio de acolher as pluralidades culturais e suas diferentes conformações familiares, exemplificados a seguir.

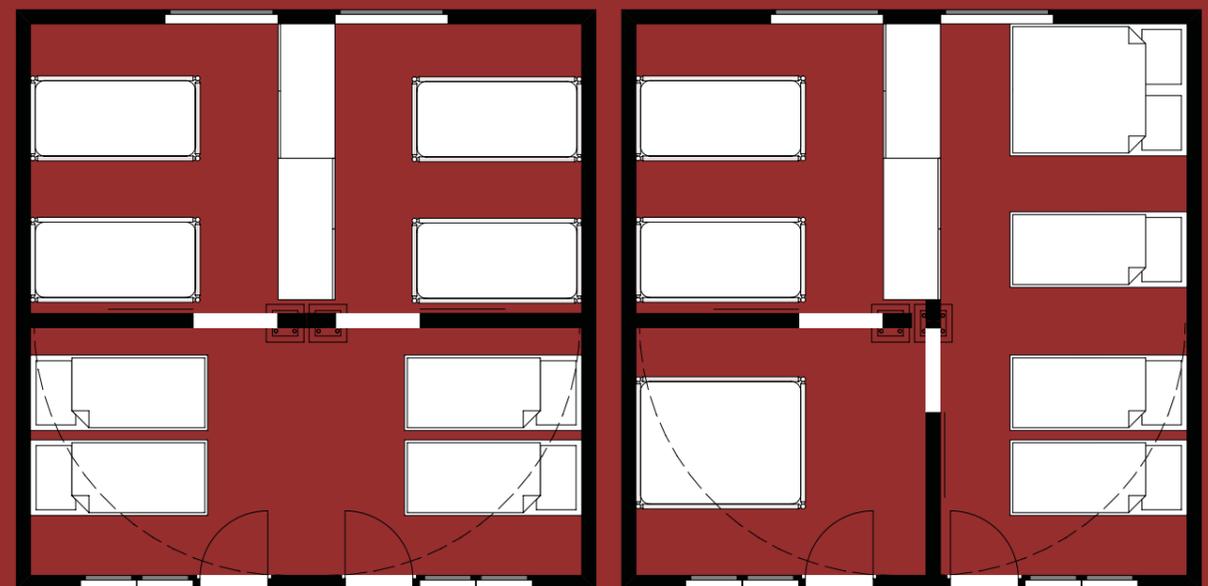
Possibilidades dos módulos | Escala 1:75



Possibilidades dos módulos em períodos de emergência

Em períodos de enchente, colchões disponibilizados pela defesa civil podem ser inseridos nos quartos e, ao girar as portas, são estabelecidos novos níveis de intimidade, diferente do que acontece nos abrigos atuais, em que as vítimas da calamidade são todas colocadas num mesmo espaço.

Com a proposta é possível passar de 50 usuários para 112 abrigados de emergência.



Nas pranchas a seguir serão apresentadas as plantas da torre.

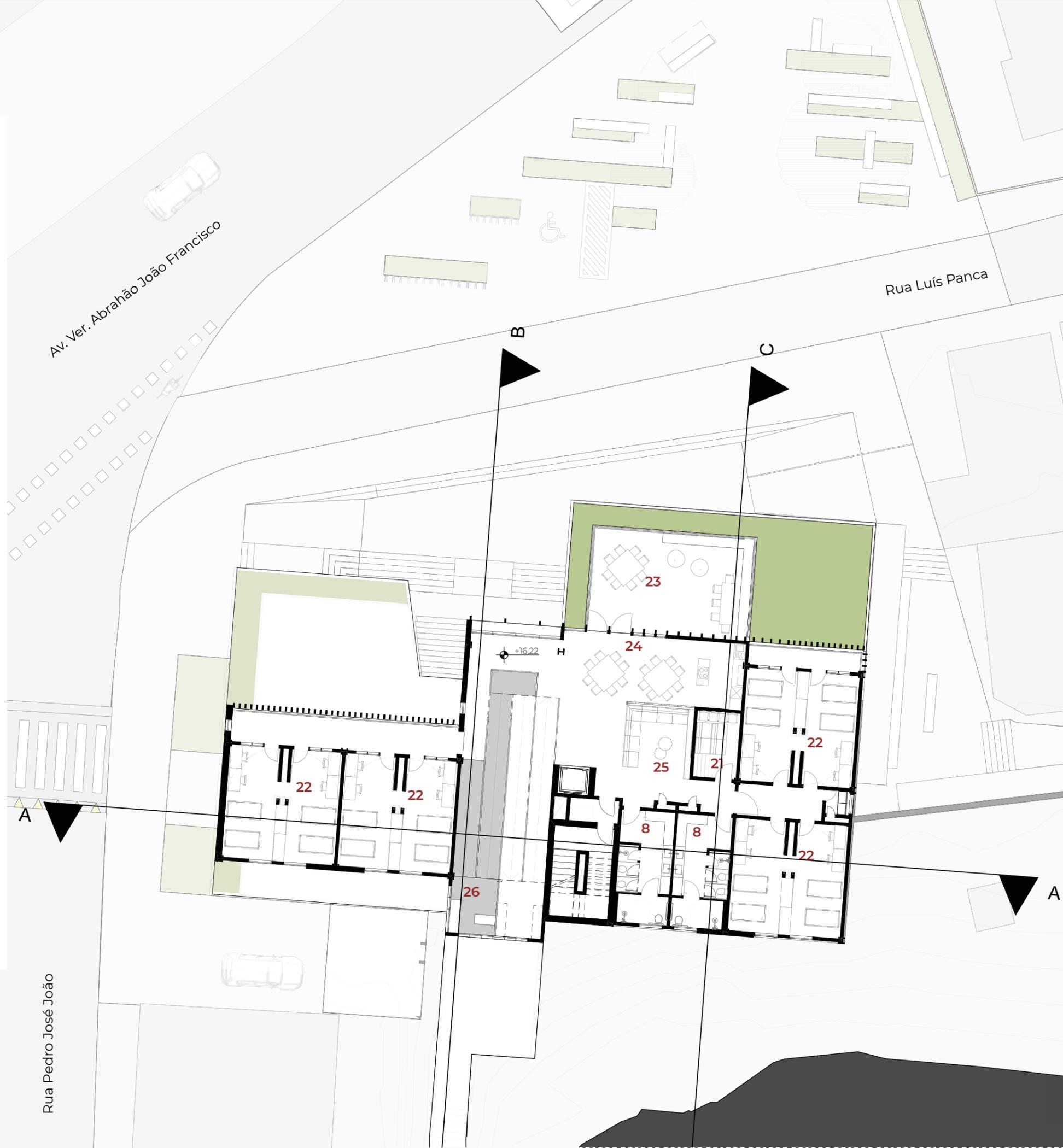
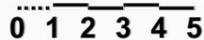
A torre do abrigo possui quatro pavimentos, dois de dormitórios e espaços comuns, uma somente com dormitórios, que utilizam os espaços comuns dos outros pavimentos, e um com lavanderia e playground.

Legenda

- 1. Praça | 2. Refeitório | 3. Cozinha | 4. Câmara Fria | 5. Despensa Seca | 6. Recepção | 7. Administração e sala de técnicos | 8. Banheiros | 9. Apoio técnicos | 10. Acesso comunidade | 11. Lixo e gás | 12. Salas de uso coletivo | 13. Apoio Salas de uso coletivo | 14. Acesso à Internet | 15. Salas de Atendimento | 16. Coworking | 17. Área Técnica | 18. Praça elevada | 19. Sala de Layout Flexível | 20. Hall de espera | 21. Depósito | 22. Módulo de dormitório | 23. Terraço | 24. Cozinha | 25. Sala de estar | 26. Estar | 27. Jogos | 28. Varal | 29. Lavanderia | 30. Placas solares



Escala 1:200



Legenda

- 1. Praça | 2. Refeitório | 3. Cozinha | 4. Câmara Fria | 5. Despensa Seca | 6. Recepção | 7. Administração e sala de técnicos | 8. Banheiros | 9. Apoio técnicos | 10. Acesso comunidade | 11. Lixo e gás | 12. Salas de uso coletivo | 13. Apoio Salas de uso coletivo | 14. Acesso à Internet | 15. Salas de Atendimento | 16. Coworking | 17. Área Técnica | 18. Praça elevada | 19. Sala de Layout Flexível | 20. Hall de espera | 21. Depósito | 22. Módulo de dormitório | 23. Terraço | 24. Cozinha | 25. Sala de estar | 26. Estar | 27. Jogos | 28. Varal | 29. Lavanderia | 30. Placas solares



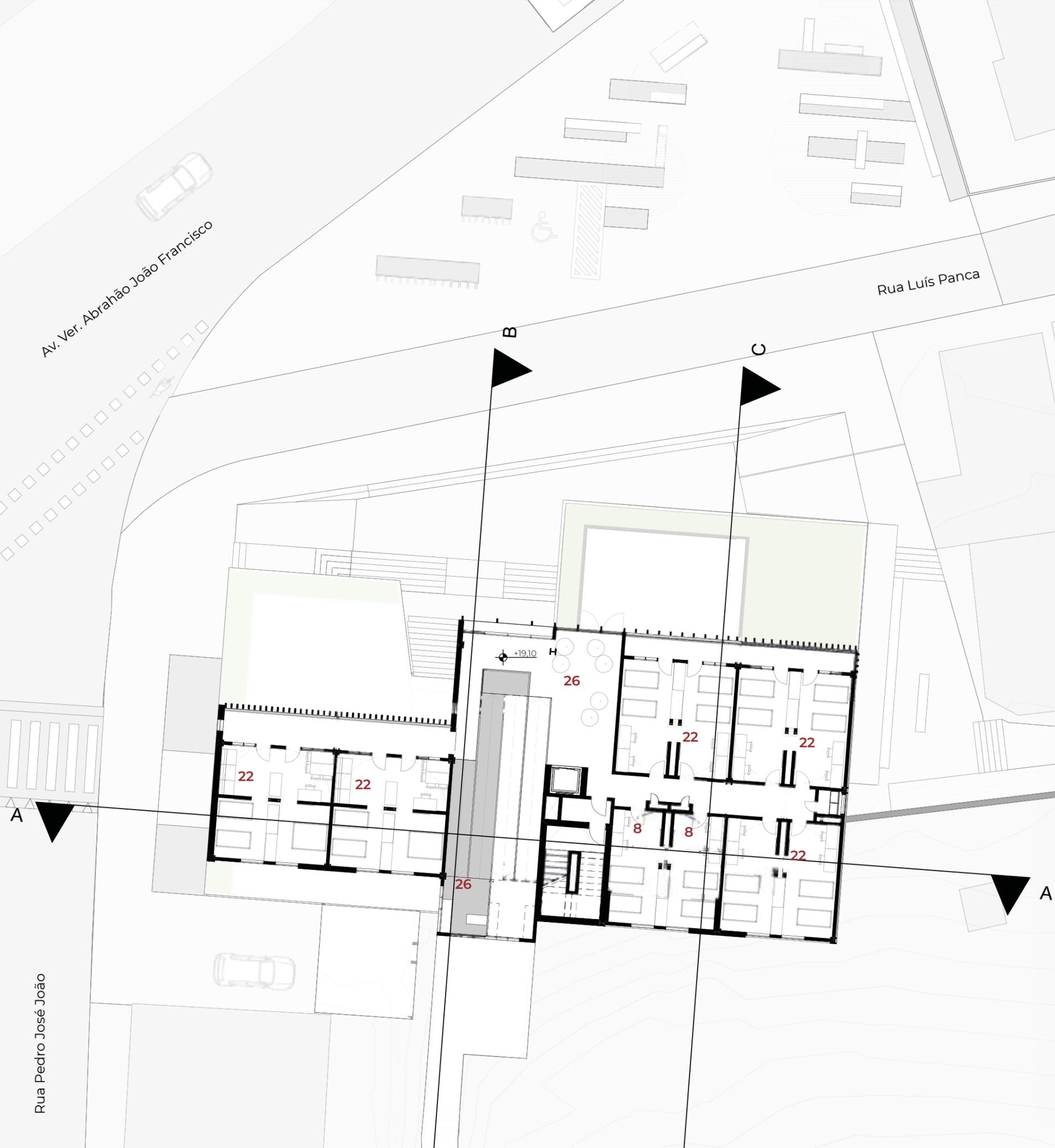
Escala 1:200

0 1 2 3 4 5

Rua Pedro José João

Av. Ver. Abrahão João Francisco

Rua Luís Panca



Quarto Pavimento

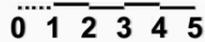


Legenda

- 1. Praça | 2. Refeitório | 3. Cozinha | 4. Câmara Fria | 5. Despensa Seca | 6. Recepção | 7. Administração e sala de técnicos | 8. Banheiros | 9. Apoio técnicos | 10. Acesso comunidade | 11. Lixo e gás | 12. Salas de uso coletivo | 13. Apoio Salas de uso coletivo | 14. Acesso à Internet | 15. Salas de Atendimento | 16. Coworking | 17. Área Técnica | 18. Praça elevada | 19. Sala de Layout Flexível | 20. Hall de espera | 21. Depósito | 22. Módulo de dormitório | 23. Terraço | 24. Cozinha | 25. Sala de estar | 26. Estar | 27. Jogos | 28. Varal | 29. Lavanderia | 30. Placas solares



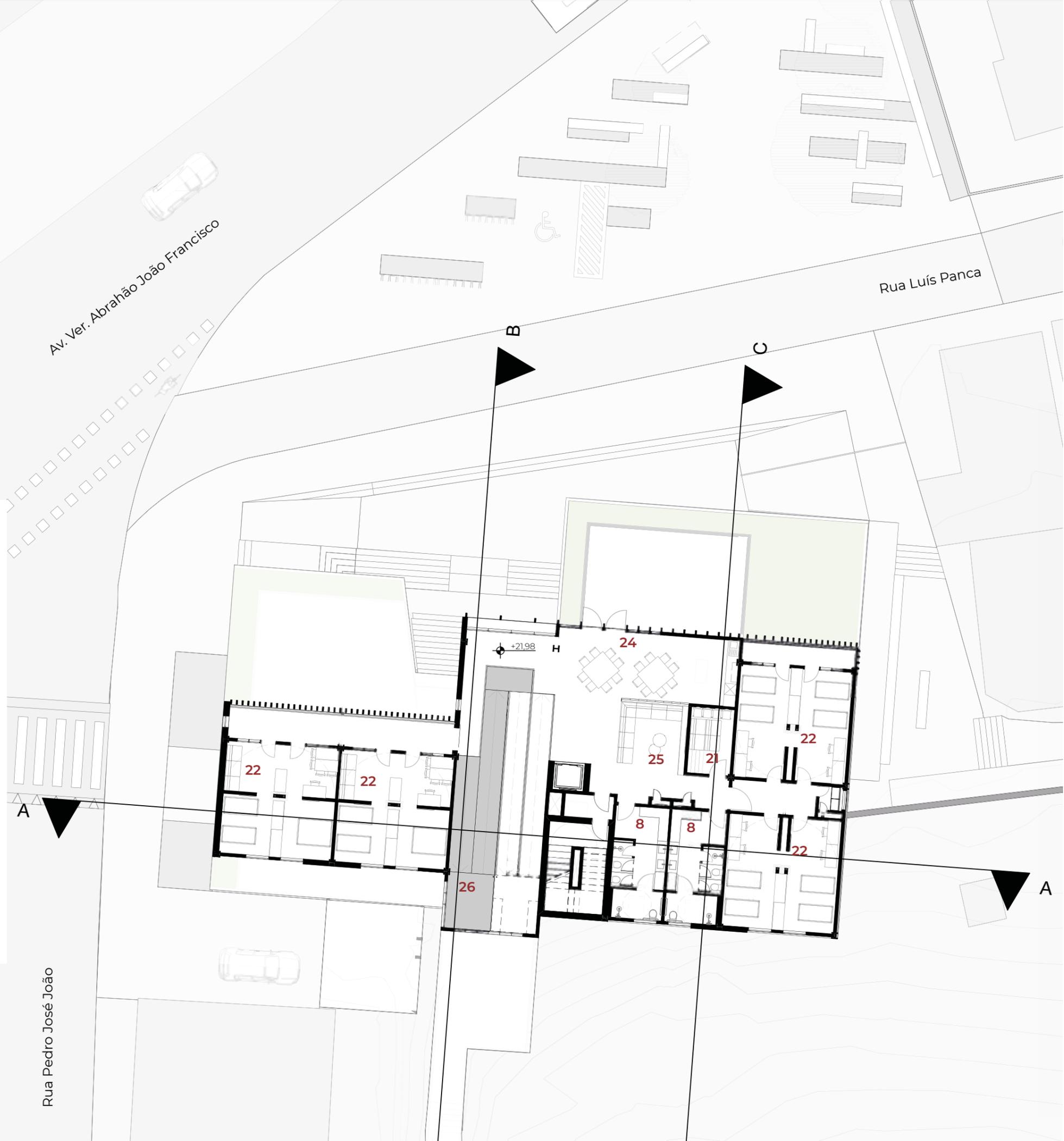
Escala 1:200



Rua Pedro José João

Av. Ver. Abrahão João Francisco

Rua Luís Panca



Quinto Pavimento

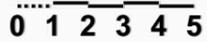


Legenda

- 1. Praça | 2. Refeitório | 3. Cozinha | 4. Câmara Fria | 5. Despensa Seca | 6. Recepção | 7. Administração e sala de técnicos | 8. Banheiros | 9. Apoio técnicos | 10. Acesso comunidade | 11. Lixo e gás | 12. Salas de uso coletivo | 13. Apoio Salas de uso coletivo | 14. Acesso à Internet | 15. Salas de Atendimento | 16. Coworking | 17. Área Técnica | 18. Praça elevada | 19. Sala de Layout Flexível | 20. Hall de espera | 21. Depósito | 22. Módulo de dormitório | 23. Terraço | 24. Cozinha | 25. Sala de estar | 26. Estar | 27. Jogos | 28. Varal | 29. Lavanderia | 30. Placas solares



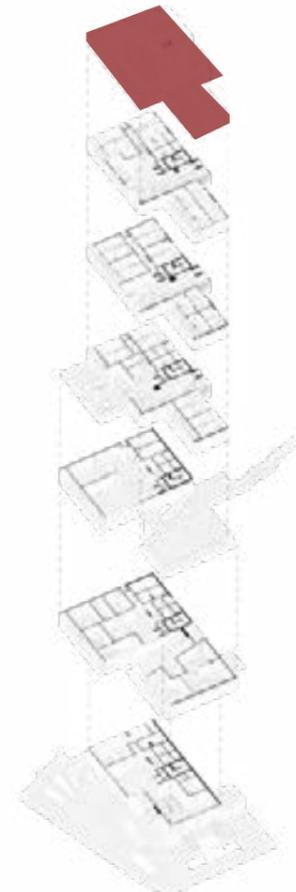
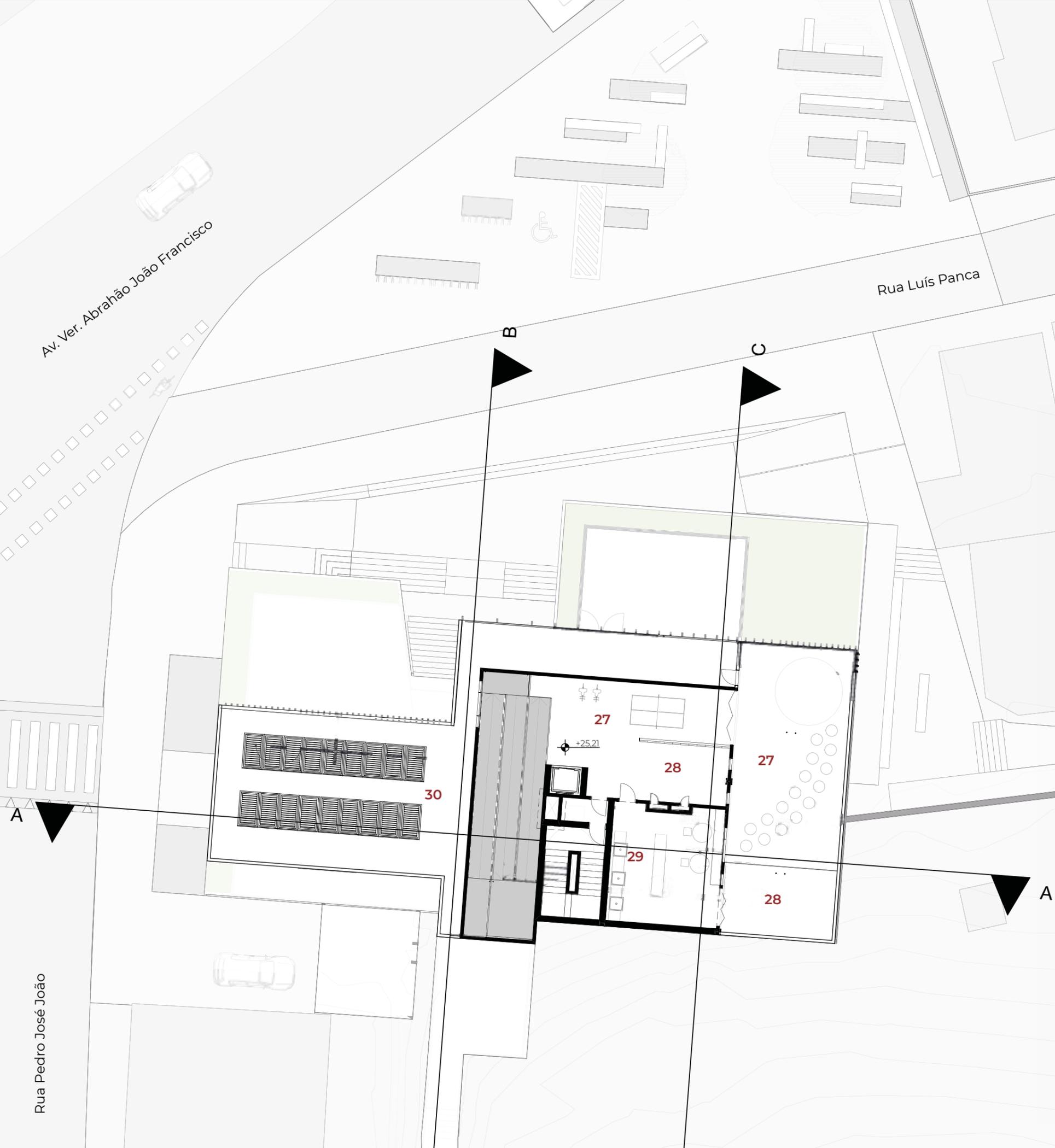
Escala 1:200



Rua Pedro José João

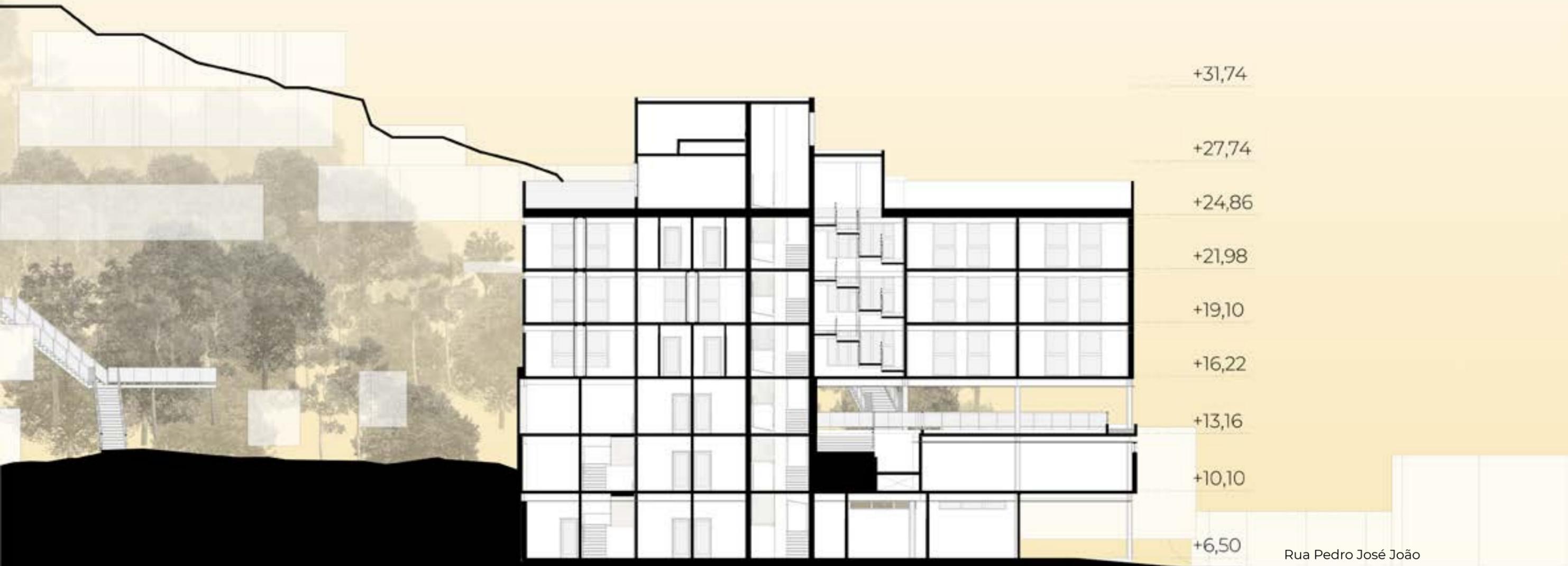
Av. Ver. Abrahão João Francisco

Rua Luís Panca



Sexto Pavimento

Corte AA' | Escala 1:200



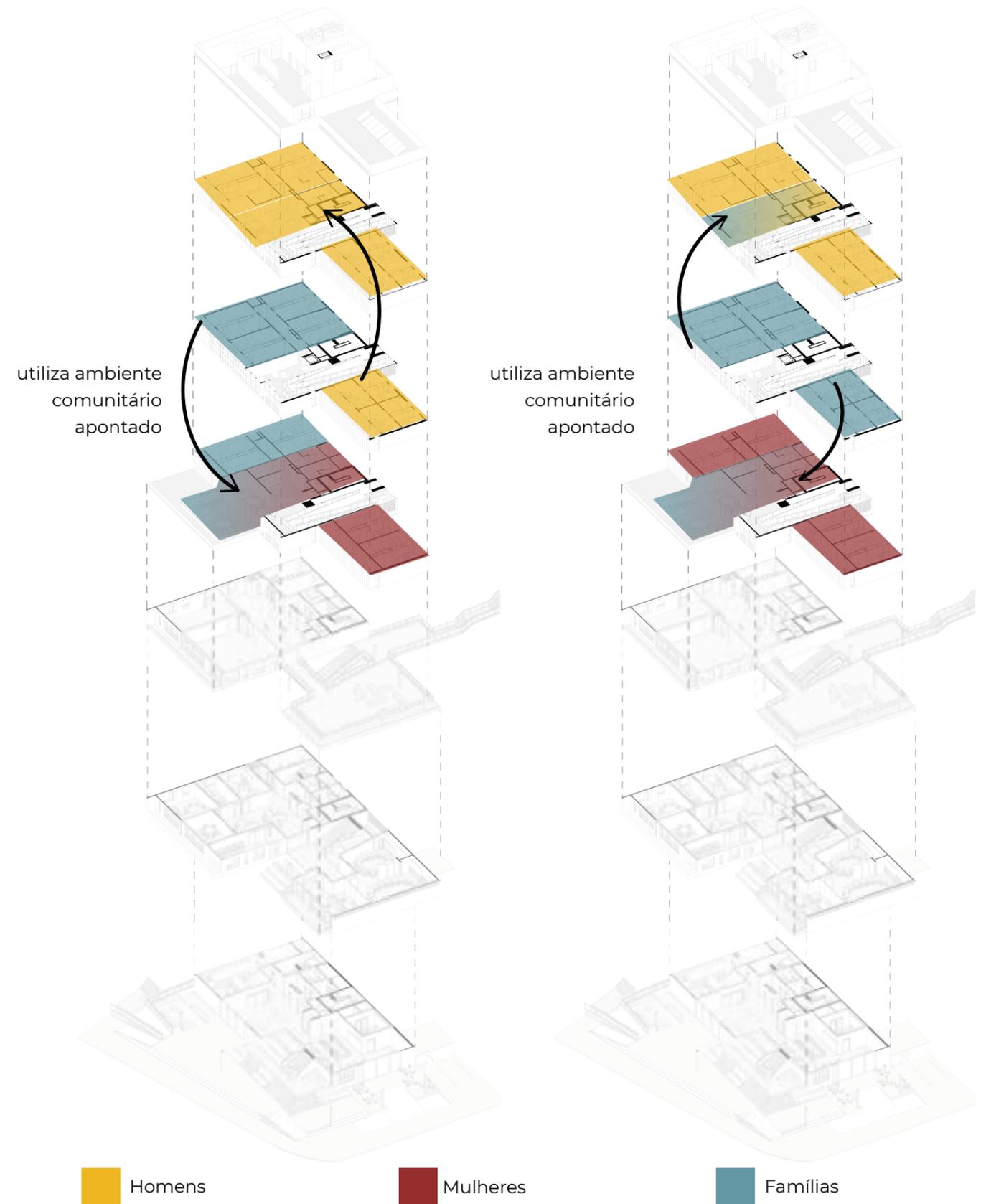
Algumas possibilidades de zoneamento

Os pavimentos podem ser zoneados de diferentes formas, com a separação de homens, mulheres e famílias, dependendo do perfil dos abrigados, das características do fluxo migratório e das vulnerabilidades.

A flexibilidade de zoneamento é facilitada por uma rampa que interliga todos os pavimentos. Por ser um espaço de constante cruzamento de pessoas, seus patamares foram dimensionados de maneira mais ampla, criando espaços de estar e encontro enquanto os usuários caminham pelo edifício.



Imagem do patamar intermediário da rampa. Elaborado pelo autor.



Homens

Mulheres

Famílias

O embasamento foi pensado para abrigar as atividades do centro de referência.

O projeto amplia o espaço de chegada, estendendo a praça que se encontra no entorno do terreno, através do tratamento da rua Luís Panca que cortava a ligação entre edificação e praça, criando assim um espaço de boas-vindas.

Com trânsito predominantemente local, parte da Rua Luís Panca recebe um tratamento de piso igual ao da praça com diferenciação de coloração, indicando que a preferência do espaço é do pedestre mas que a entrada de carros para atendimento das casas ainda é permitida. Também é proposta a alternância para um sentido único, possível através da ligação da Luís Panca com a Avenida Ver. Abrahão João Francisco.

Caminhos de Visibilidade: Proposta de integração de migrantes de deslocamento forçado em Itajaí.

- Sentido da Rua 
- Entradas do Centro 
- Calçada compartilhada Bicicleta/ Pedestre 
- Fluxo 
- Parada de ônibus 
- Pontos de ônibus atuais 
- Abertura na rua 



Escala 1:500

Planta de situação e cobertura

O desenho do espaço foi baseado no fluxo (pontilhado rosa) do bairro, indicando as entradas do centro. No entorno é sugerido a adição de faixas elevadas para diminuir a velocidade das vias, alternância do sentido da rua para sentido único e abertura para saída na Avenida Ver. Abrahão João Francisco. Este amplo espaço além de servir para o lazer da comunidade, é um apoio às feiras comunitárias e do centro que foram propostas no programa, como estratégia de reconhecimento da cultura e aproximação de diferentes públicos, transbordando os limites do programa para a cidade.

O eixo rua é projetado como uma escadaria/ arquibancada com espaços de encontro e canteiros, ele vence o desnível de entrada da comunidade e indica outros acessos do centro de referência.

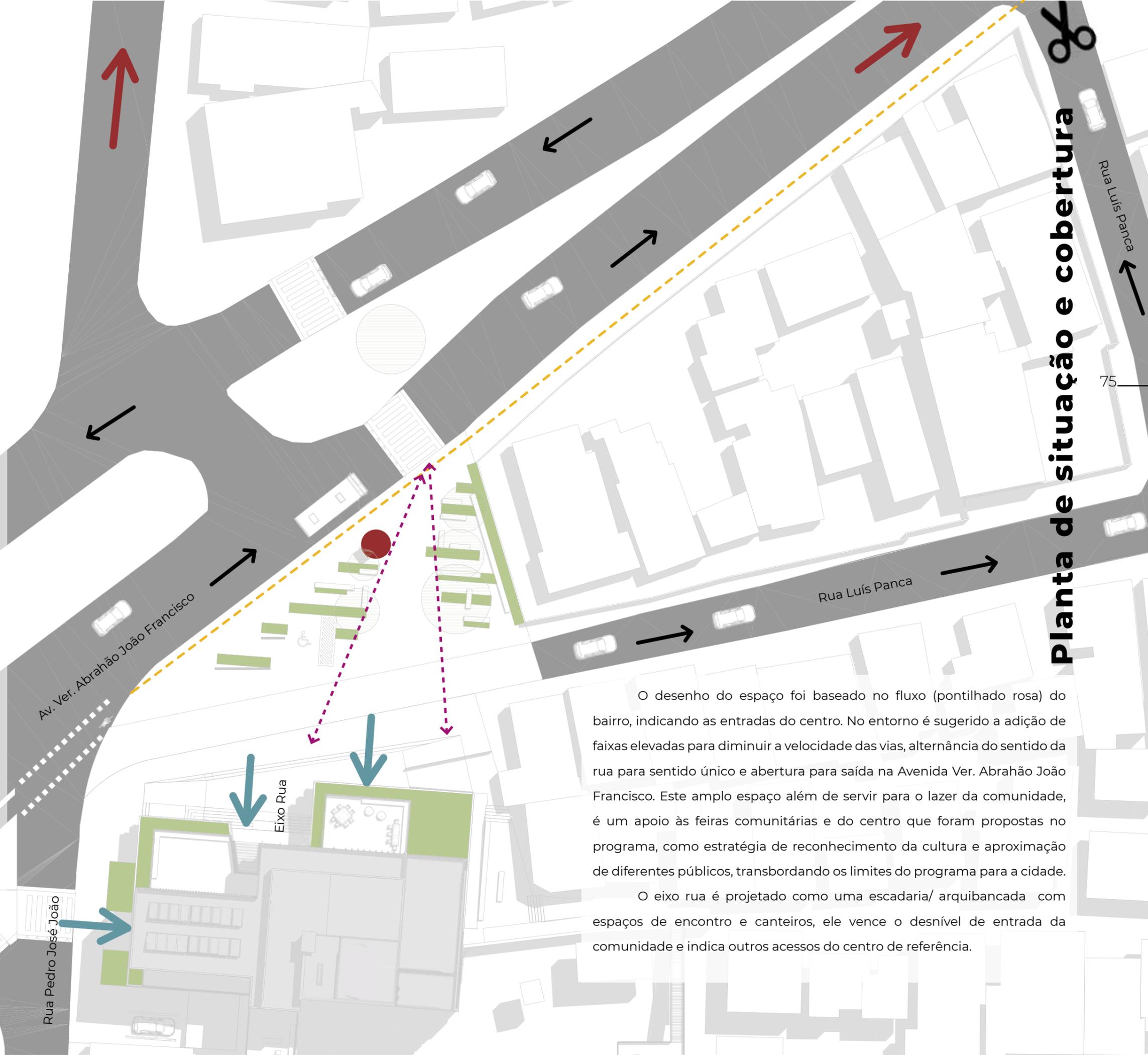


Imagem do "Eixo Rua". Elaborado pelo autor.



Praça de Boas-Vindas com eventos. Elaborado pelo autor.

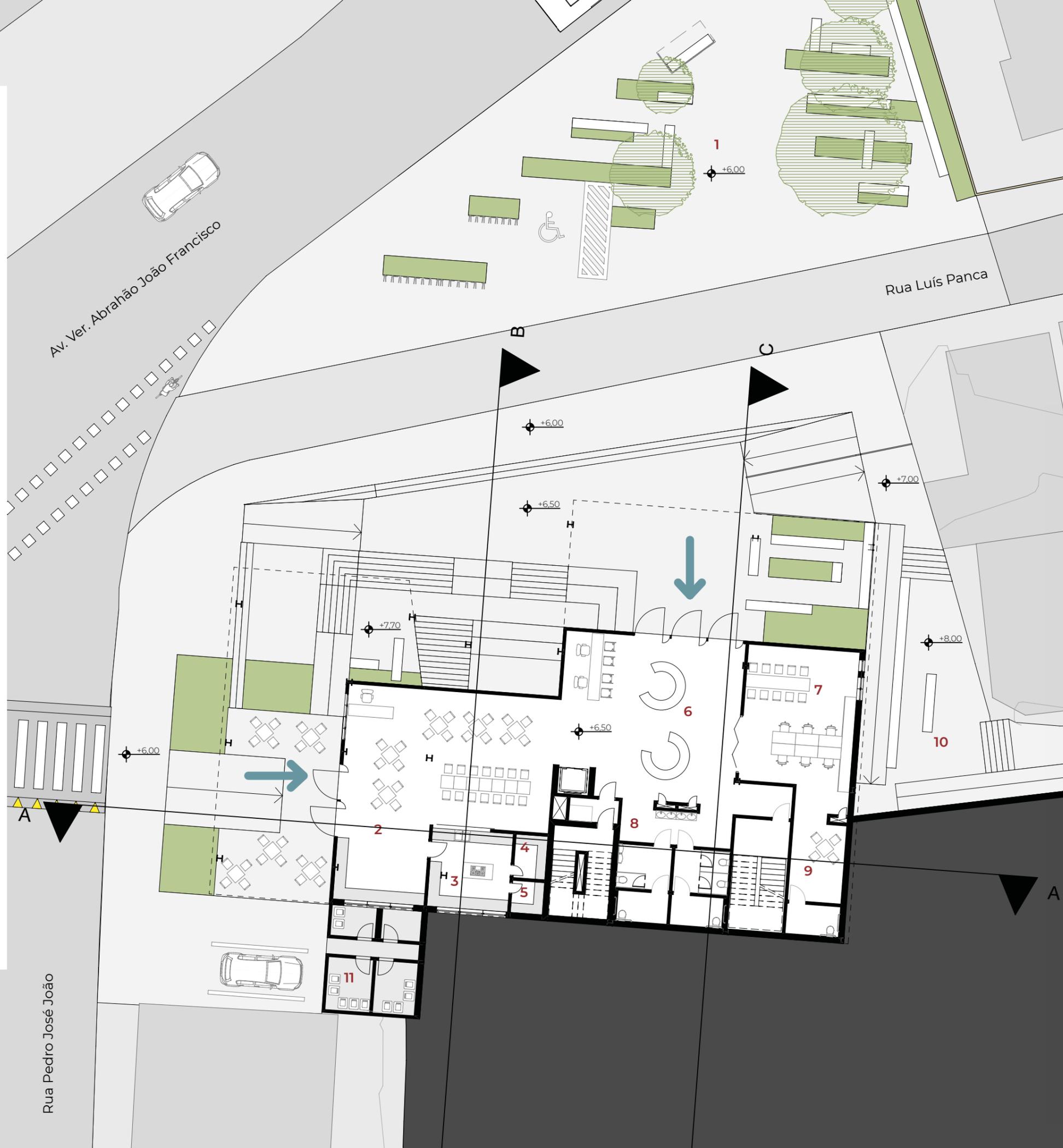


O terreno possui duas entradas e o início do acesso ao morro.

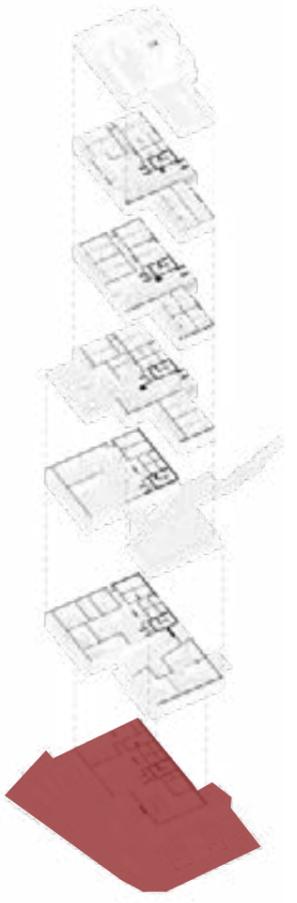
Logo a frente da praça de boas-vindas localiza-se a entrada com a recepção do centro de referência e sala dos técnicos ao lado. No outro o acesso ao refeitório que atende tanto o abrigo como os usuários do centro. A fachada do refeitório possui como vizinhos imediatos comércios locais, como lanchonetes e bares.

Legenda

- 1. Praça | 2. Refeitório | 3. Cozinha | 4. Câmara Fria
- 5. Despensa Seca | 6. Recepção | 7. Administração e sala de técnicos
- 8. Banheiros | 9. Apoio técnicos | 10. Acesso comunidade | 11. Lixo e gás
- 12. Salas de uso coletivo | 13. Apoio Salas de uso coletivo
- 14. Acesso à Internet | 15. Salas de Atendimento | 16. Coworking | 17. Área Técnica
- 18. Praça elevada | 19. Sala de Layout Flexível | 20. Hall de espera
- 21. Depósito | 22. Módulo de dormitório
- 23. Terraço | 24. Cozinha | 25. Sala de estar
- 26. Estar | 27. Jogos | 28. Varal
- 29. Lavanderia | 30. Placas solares



Térreo



O refeitório também permite que atividades gastronômicas sejam realizadas pelos migrantes e pela comunidade, entendendo que através da gastronomia é possível realizar uma troca intercultural, com reconhecimento e valorização de diferentes culturas.

Imagem da entrada do refeitório. Elaborado pelo autor.



O usuário que usufrui do centro de referência assim que é cadastrado na recepção tem acesso ao técnico que o levará às salas de atendimento no primeiro pavimento, através da escada protegida ou do elevador.

A escolha por uma escada protegida separada da escada enclausurada que atende ao abrigo, permite que o centro seja aberto à comunidade para atividades realizadas fora do horário de funcionamento, sem que a rota de fuga da escada enclausurada seja aberta em todos os pavimentos, com saída apenas na recepção.

O primeiro pavimento possui as salas do centro de referência, coworking que serve de apoio ao abrigo e um espaço de acesso a internet. Todas essas salas, com exceção do coworking, que fica aberto para o abrigo, podem ser fechadas em dias de eventos comunitários.

Neste pavimento também se encontram as salas de aula de línguas e ateliês. As salas possuem duas opções de divisão: duas salas maiores para eventos que tenham uma quantidade maior de pessoas, ou três salas menores para atender atividades como as aulas de línguas, que podem ser divididas em níveis básico, intermediário e avançado.

As aulas podem ser oferecidas aos migrantes como também podem ser ofertadas por eles, como aconteceu em Itajaí no ano de 2019, com um semestre experimental de Francês para brasileiros, exercidos por um professor nativo do Haiti.

Legenda

- 1. Praça | 2. Refeitório | 3. Cozinha | 4. Câmara Fria | 5. Despensa Seca | 6. Recepção | 7. Administração e sala de técnicos | 8. Banheiros | 9. Apoio técnicos | 10. Acesso comunidade | 11. Lixo e gás | 12. Salas de uso coletivo | 13. Apoio Salas de uso coletivo | 14. Acesso à Internet | 15. Salas de Atendimento | 16. Coworking | 17. Área Técnica | 18. Praça elevada | 19. Sala de Layout Flexível | 20. Hall de espera | 21. Depósito | 22. Módulo de dormitório | 23. Terraço | 24. Cozinha | 25. Sala de estar | 26. Estar | 27. Jogos | 28. Varal | 29. Lavanderia | 30. Placas solares



Rua Pedro José João

Rua Luís Panca



Primeiro Pavimento

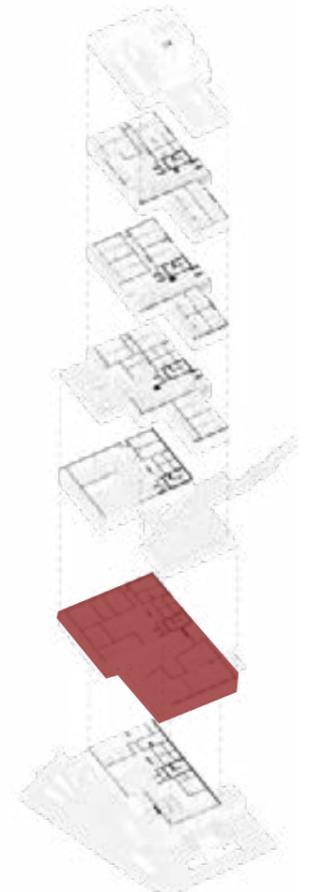




Imagem da Avenida Abrahão João Francisco. Elaborado pelo autor.

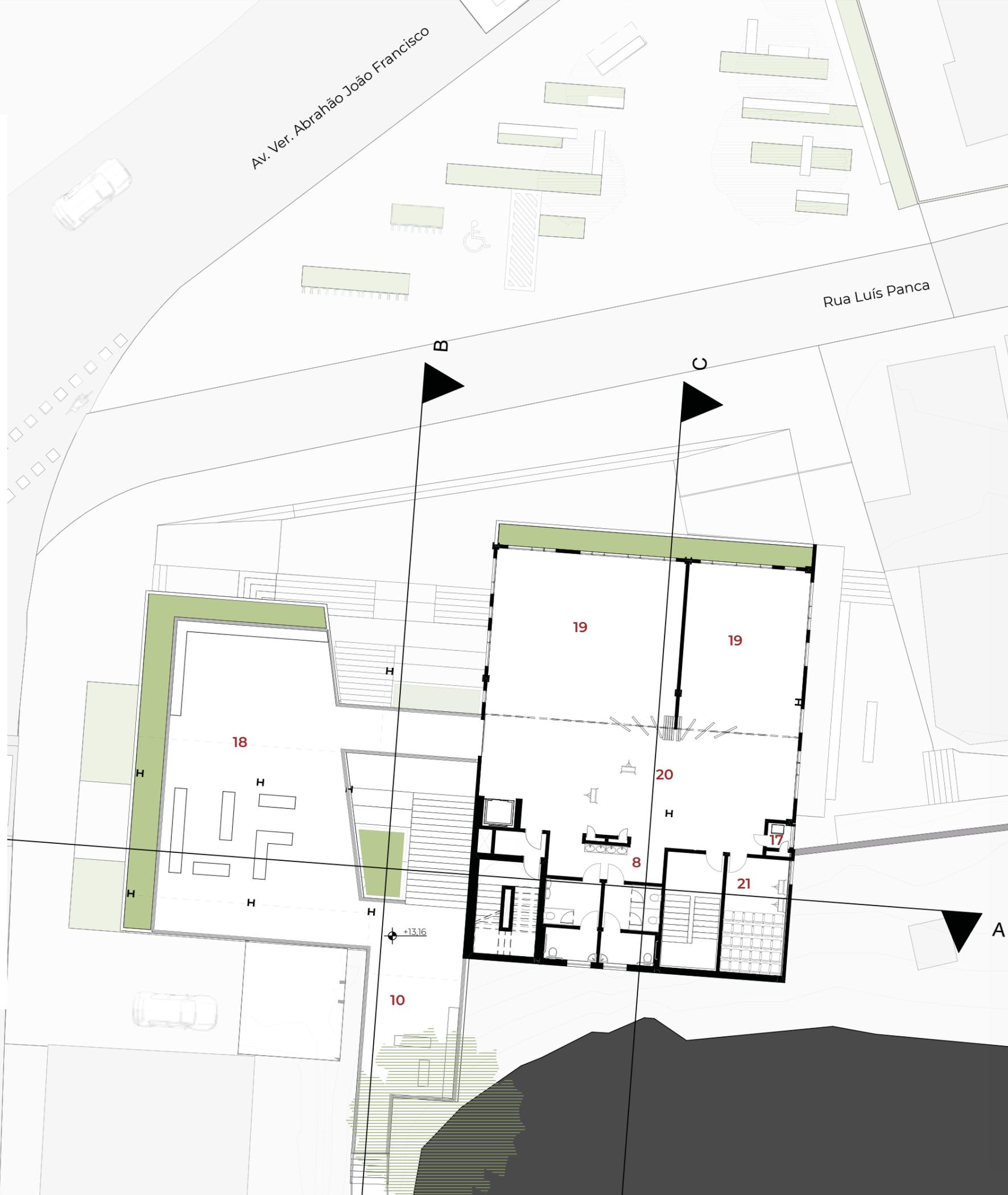
No segundo pavimento estão as salas com vãos mais livres - nelas foram pensadas aulas de dança e esportes, com um espaço de espera para as aulas e depósito para empilhar cadeiras utilizadas em palestras e eventos.

Este pavimento pode ser todo aberto dependendo da atividade ofertada devido a instalação de portas sanfonadas que integram ambientes, utilizando toda a área interna, a praça elevada e a conexão com o "Eixo Rua".

Eventos culturais, como a Festa da Bandeira celebrada pela comunidade haitiana em Itajaí e reuniões de associação poderiam usufruir deste espaço.

Legenda

- 1. Praça | 2. Refeitório | 3. Cozinha | 4. Câmara Fria |
- 5. Despensa Seca | 6. Recepção | 7. Administração e sala de técnicos | 8. Banheiros | 9. Apoio técnicos | 10. Acesso comunidade | 11. Lixo e gás | 12. Salas de uso coletivo | 13. Apoio Salas de uso coletivo | 14. Acesso à Internet | 15. Salas de Atendimento | 16. Coworking |
- 17. Área Técnica | 18. Praça elevada | 19. Sala de Layout Flexível | 20. Hall de espera | 21. Depósito | 22. Módulo de dormitório | 23. Terraço | 24. Cozinha | 25. Sala de estar | 26. Estar | 27. Jogos | 28. Varal | 29. Lavanderia |
- 30. Placas solares



Vista da sala de Layout Flexível que pode ser aberta.



Corte BB' | Escala 1:200

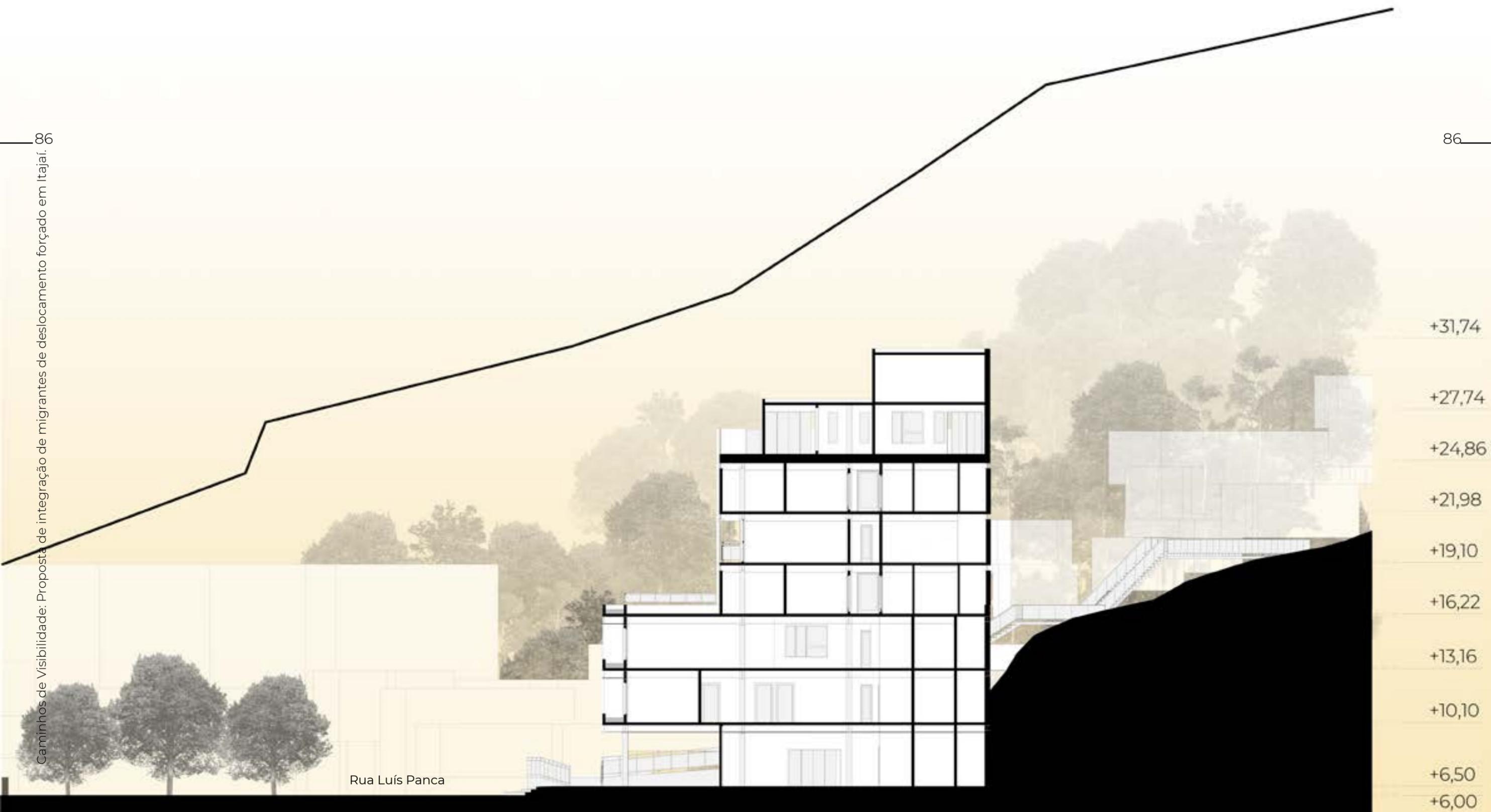
Do segundo andar se dá a continuidade do acesso a comunidade, através de uma escadaria metálica, com bolsões durante todo o caminho da população ao restante do morro.





Vista de quem desce o morro em direção à praça de boas-vindas. Elaborado pelo autor.

Corte CC' | Escala 1:200



Caminhos de Visibilidade: Proposta de integração de migrantes de deslocamento forçado em Itajaí.

Rua Luís Panca



Vista da Avenida Abrahão João Francisco. Elaborado pelo autor.

Referências

ACNUR. **Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil:** Subsídios para elaboração de políticas. 2019a. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>> Acesso em: 30 de jun. 2019.

ACNUR. **Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo.** 2019b. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/02/CARTILHA-ACNUR2019.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2019.

ACNUR. JUBILUT, Liliana Lyra e GODOY, Gabriel Gualano de (ORG), 2017 **Refúgio no Brasil:** Comentários à Lei 9.474/97. São Paulo: Quartier Latin do Brasil. ISBN 85-7674-812-6

ALVES, Schirlei. **Após atender 5,4 mil imigrantes, Centro de Referência fechará as portas em Santa Catarina.** ND Mais, 2019. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/apos-atender-54-mil-imigrantes-centro-de-referencia-fechara-as-portas-em-santa-catarina/>>. Acesso em 13 out. 2019.

ARCHDAILY. **CIC do Imigrante / Escola da Cidade + B Arquitetos.** 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/871396/cic-do-imigrante-escola-da-cidade-plus-b-arquitetos>>. Acesso em: 25 jun. 2019

ASSIS et al. **Migrações Internas e Internacionais Recentes.** Atlas Geográfico de Santa Catarina. ROCHA, Isa de Oliveira (ORG). Florianópolis: Editora UDESC, 2018. p. 127 - 141.

BRASIL. Decreto-lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Institui a Lei da Migração.** Coleção de Leis da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. **Interiorização de venezuelanos promovida pelo Ministério da Cidadania completa um ano,** 2019. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/abril/interiorizacao-de-venezuelanos-promovida-pelo-ministerio-da-cidadania-completa-um-ano>>. Acesso em 30 jun. 2019

BRASIL. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 72 p.

BRASIL. **Tipificação dos serviços Socioassistenciais.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2013. Brasília, DF.

Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., **Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil.** Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

CAGED. Ministério do Trabalho. **Perfil do Município.** Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 30 abr. 2019.

CONARE. **Refúgio em Números.** Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasil. 3ª Edição, 2017. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf/view> Acesso em: 24 abr. 2019.
D'ÁVILA, Edson. História. Município de Itajaí, 2019. Disponível em: <<https://itajai.sc.gov.br/c/historia#.XQu2YYhKhPY>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

DEFESA CIVIL DE ITAJAÍ. **Mapas.** Disponível em: <<https://defesacivil.itajai.sc.gov.br/c/mapas>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

DIÁRIO DO LITORAL. BR Lotada atrasa chegada dos refugiados em Balneário, 2018. Disponível em: <<https://diarinho.com.br/noticias/geral/br-lotada-atrasa-chegada-dos-refugiados-em-balneario/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

DIÁRIO DO LITORAL. **Integração é o maior desafio da Pastoral do Migrante,** 2017. Disponível em: <<https://diarinho.com.br/noticias/especial/integracao-e-o-maior-desafio-da-pastoral-do-migrante/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

DIÁRIO DO LITORAL. **Refugiados começam a trabalhar,** 2018. Disponível em: <<https://diarinho.com.br/noticias/geral/refugiados-comecam-a-trabalhar/>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

EMMAUS SOLIDARITÉ. **Le Centre Humanitaire Paris-Nord**, 2016. Disponível em: <https://www.emmaus-solidarite.org/le-centre-humanitaire-paris-nord/> Acesso em: 30 jun. 2019.

FOLLY, Maiara. Artigo Estratégico, Instituto Igarapé. **Migrantes Invisíveis: A crise de deslocamento forçado no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://igarape.org.br/migrantes-invisiveis/> Acesso em: 07 out. 2019.

Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis (GAIRF). **Santa Catarina inaugura primeiro Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante**, 2018. Disponível em: <https://imigrafloripa.wordpress.com/2018/02/02/santa-catarina-inaugura-primeiro-centro-de-referencia-e-atendimento-ao-imigrante/> Acesso em: 20 mai. 2019

GRUPO DE APOIO AO IMIGRANTE E REFUGIADO DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO. **Novos Imigrantes e Refugiados na Região da Grande Florianópolis: observações preliminares sobre suas experiências e demandas**. Florianópolis: NEFIPOne/UFSC, 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Panorama, Brasil**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 21 abr. de 2018.

ITAJAÍ. **Assinatura do financiamento internacional garante mais de R\$ 250 milhões para Itajaí**. Município de Itajaí, 30 out. 2018. Disponível em: <https://obras.itajai.sc.gov.br/noticia/21864/assinatura-do-financiamento-internacional-garante-mais-de-r-250-milhoes-para-itajai#.XQvKE4hKil>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ITAJAÍ. **CRAS Nossa Senhora das Graças atende a 600 famílias todos os meses**. Município de Itajaí, 19 ago. 2014. Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/9356/cras-nossa-senhora-das-gracas-atende-a-600-familias-todos-os-meses#.XRVUXOhKhPZ>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ITAJAÍ. **Famílias visitam seus futuros lares no Loteamento São Francisco de Assis**. Município de Itajaí, 09 nov. 2018. Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/21925/familias-visitam-seus-futuros-lares-no-loteamento-sao-francisco-de-assis#.XRLc8ohKhPY>. Acesso em: 30 jun. 2019.

ITAJAÍ. Lei Complementar N° 215, de 31 de dezembro de 2012. **Institui Normas para o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo no Município de Itajaí**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/i/itajai/lei-complementar/2012/21/215/lei-complementar-n-215-2012-institui-normas-para-o-codigo-de-zoneamento-parcelamento-e-uso-do-solo-no-municipio-de-itajai.html>. Acesso em: 25 jun. 2019.

ITAJAÍ. **Nossa Senhora das Graças**. Município de Itajaí, 27 ago. 2013. Disponível em: <https://itajai.sc.gov.br/noticia/6466/nossa-senhora-das-gracas#.XRLB2lhKhPY>. Acesso em: 28 jun. 2019.

ACNUR. LEO, C. C.; MORAND, M. B.; FEITOSA, V (ORG). **Construindo Comunidades de Prática para Refugiados Urbanos: Relatório da Mesa Redonda do Brasil**. 2015.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **O Haiti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú – SC**. Revista PerCursos. Florianópolis, v. 15, n.28, p. 223 – 256. jan./jun. 2014.

MARCON, Franciele. **Trabalhadores vêm atrás de uma vida melhor**, DIÁRIO DO LITORAL. 2013. Disponível em: <https://diarinho.com.br/noticias-quentinhas/trabalhadores-vem-atras-de-uma-vida-melhor/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

MARTINS-BORGES, L. (2013). **Migração involuntária como fator de risco à saúde mental**. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, n.40: 151-162.

Observatório de Migrações Forçadas. Instituto Igarapé, 2017. Disponível em: <https://migracoes.igarape.org.br/> Acesso em: 2 jul. 2019.

PADILLA, B. (2013). **Saúde dos imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal**. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, n.40: 49-68.

PARANÁ. **Departamento de Direitos Humanos e Cidadania**. Relatório Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná. Disponível em: http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2017/relatorio_CEIMweb.pdf. Acesso em: 01 jun. 19.

PEROTTO, Yuri Lima e NAPOLEÃO, Fábio. **A Imigração Haitiana para Santa Catarina: Considerações Gerais**. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. 2016. ISBN 978-85-99907-07-8

REBELLO, Yopanan Conrado Pereira, 1949- **Bases para projeto estrutural na arquitetura / Yopanan Conrado Pereira Rebllo**.- São Paulo: Zigurate Editora, 2007.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Ata da audiência Pública: Políticas Públicas para Imigração em Santa Catarina realizada no dia 21 de novembro de 2018**. Disponível em: http://transparencia.alesc.sc.gov.br/comissoes_permanentes_atas.php?assunto=&tipo_sessao_id=AUP&periodo=11-2018. Acesso em: 30 jun. 2018.

SANTOS, José Alisson. Arquidiocese de Florianópolis. **Primeiro mês de funcionamento do CRAI recebe 320 imigrantes**. 2018. Disponível em: <https://arquifln.org.br/noticias/primeiro-mes-de-funcionamento-do-crai-recebe-320-imigrantes/>. Acesso em: 29 jun. 2019.

SANTOS, Pedro Floriano dos. **A enfermagem na comunidade : uma estória na história do Bairro Nossa Senhora das Graças, Itajaí, Santa Catarina**. Itajaí, SC, 1997.

SÃO PAULO (Estado). **CIC do Imigrante visa promover a inserção social do estrangeiro**. 2016. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/cic-do-imigrante-visa-promover-a-insercao-social-do-estrangeiro/>. Acesso em: 20 mai. 2019.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global / Saskia Sassen**; tradução Angélica Freitas. - 1ª ed. - Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2016. 336p.; 23 cm.

SILVA, Karine de Souza; SILVEIRA, Henrique Martins da and MULLER, Juliana. **Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis**. Rev. katálysis [online]. 2018, vol.21, n.2, pp.281-292. ISSN 1982-0259. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p281>.

SPAUTZ, Dagmara. **Santa Catarina tem 5,7 mil imigrantes no cadastro de programas sociais**. NSC Total, 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/santa-catarina-tem-57-mil-imigrantes-no-cadastro-de-programas-sociais>. Acesso em: 13 out. 2019.

UNIVALI, FAPESC. **Cartilha: Realidade Socioeconômica dos Haitianos na AMFRI**. Itajaí, 2017.